



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ADENIZE QUEIROZ DE FARIAS

**TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS DE MULHERES: UMA LEITURA
INTERSECCIONAL DA DEFICIÊNCIA**

JOÃO PESSOA

2017

ADENIZE QUEIROZ DE FARIAS

**TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS DE MULHERES: UMA LEITURA
INTERSECCIONAL DA DEFICIÊNCIA**

Texto de defesa de tese a ser apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, na Linha de Pesquisa Estudos Culturais da Educação, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho

JOÃO PESSOA

2017

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F224t Farias, Adenize Queiroz de.

Trajetórias educacionais de mulheres: uma leitura
interseccional da deficiência / Adenize Queiroz de
Farias. - João Pessoa, 2017.
136 f.

Orientação: Maria Eulina Pessoa de Carvalho.
Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. Educação. 2. Capacitismo e desigualdades - gênero.
3. Deficiência - mulher. 4. Precariedade da vida. 5.
Trajetórias Educacionais - mulher deficiente. I.
Carvalho, Maria Eulina Pessoa de. II. Título.

UFPB/BC

ADENIZE QUEIROZ DE FARIAS

**TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS DE MULHERES: UMA LEITURA
INTERSECCIONAL DA DEFICIÊNCIA**

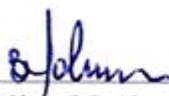
Texto de defesa de tese a ser apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, na Linha de Pesquisa Estudos Culturais da Educação, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Apresentada em: 14 de Dezembro de 2017

BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho (PPGE/UFPB)
(Orientadora)



Profª. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (UFPB)

Profª. Dra. Lívia Barbosa Pereira
Departamento de Serviço Social (UnB)

Profª. Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes
Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPB)

Profª. Dra. Rosana Glat
Programa de Pós-Graduação em Educação (UERJ)

RESUMO

Apesar dos significativos avanços e das crescentes possibilidades de participação social vivenciadas por mulheres e pessoas com deficiência, observa-se que a naturalização de seus corpos é fator principal da manutenção de práticas de silenciamento e discriminação. Nesta pesquisa doutoral, constata-se inicialmente que os movimentos feministas, assim como a vasta literatura em torno de questões de gênero, são frágeis quando se trata da intersecção com a deficiência; por sua vez, a maioria dos estudos sobre deficiência negligencia a condição feminina. Ao considerar que gênero e deficiência se entrecortam como fatores de opressão e discriminação que potencializam a vulnerabilidade e a desigualdade feminina, o argumento desta tese é que, no caso da mulher com deficiência, o processo de precariedade da vida se dá pela intersecção de estruturas capacitistas e sexistas. Estas estruturas, ao estabelecerem sólidas barreiras ao acesso à escola, à universidade e ao pleno exercício de sua sexualidade, as colocam em posições desiguais em relação aos homens com deficiência e às mulheres sem deficiência. Assim, o objetivo geral da investigação, situada na área dos Estudos Culturais da Educação, foi analisar os efeitos das estruturas capacitistas e de gênero na experiência de desigualdade e múltiplas vulnerabilidades de mulheres com deficiência. Com base em revisão de literatura e abordagem empírica de trajetórias de mulheres com deficiência, discute-se a precariedade da vida dessas mulheres, sob as perspectivas do capacitismo e das desigualdades de gênero. Utiliza-se a noção de trajetória proposta por Pierre Bourdieu, a qual destaca a ação individual de determinados sujeitos (*habitus*), em estreita relação com contextos sociais mais amplos (*campos*). Os relatos das trajetórias educacionais de Maria Aparecida Ramos de Menezes, Joana Belarmino de Souza e Nayara de Almeida Adriano, professoras com deficiência em atuação na Universidade Federal da Paraíba, colhidos através de entrevistas realizadas no primeiro semestre de 2016, buscam responder à pergunta de pesquisa: De que forma as desigualdades capacitistas e de gênero se evidenciam nas trajetórias familiares, escolares e acadêmicas de mulheres com deficiência? Com base em suas narrativas, que evocam a minha própria trajetória como mulher com deficiência visual, a análise aponta experiências de desigualdade vivenciadas pelo coletivo de mulheres com deficiência que, resultantes de uma cultura sexista e capacitista, as excluem da participação na esfera pública e lhes negam o direito de realizar escolhas e tomar decisões por conta própria. Todavia, as trajetórias dessas três mulheres revelam que, através da educação, é possível romper com as barreiras supracitadas e contribuir para o desenvolvimento educacional e social de outras mulheres com deficiência. Ao apresentar as relevantes contribuições das perspectivas feministas no tocante a uma nova compreensão acerca da deficiência, espero fortalecer o debate, ainda incipiente em ambos os movimentos, de mulheres e pessoas com deficiência, acerca da ruptura de mentalidades corpo-normativas, para suscitar novas possibilidades de empoderamento e participação social.

Palavras-chave: Capacitismo. Desigualdades de Gênero. Estudos sobre a Deficiência. Precariedade da vida. Trajetórias Educacionais.

ABSTRACT

In spite of significant advances and increasing possibilities of social participation experienced by both women and persons with disabilities, the naturalization of their bodies remains as the main factor related to the permanence of practices of silencing and discrimination. In this doctoral research, the starting point is the observation that feminist movements, as well as the vast literature on gender issues, are fragile when it comes to the intersection with disability; in turn, most studies on disability neglect the female condition. Considering that gender and disability intersect as factors of oppression and discrimination that heighten female vulnerability and inequalities, the argument presented in this dissertation is that, in the case of women with disabilities, the process of precariousness of life occurs through the intersection of ableist and sexist structures. By establishing strong barriers to access to school, higher education, and to the full exercise of their sexuality, such structures place them in unequal positions in relation to men with disabilities and women without disabilities. Therefore, the purpose of this research, located in the area of Cultural Studies of Education, was to analyze the effects of ableist and sexist structures in the experience of inequality and multiple vulnerabilities of women with disabilities. Based on literature review and an empirical approach to the trajectories of women with disabilities, it discusses the precariousness of the life they experience from the perspective of ableism and gender inequalities. It uses the notion of trajectory proposed by Pierre Bourdieu, which emphasizes the individual action of certain subjects (*habitus*), in close relation with wider social contexts (*fields*). The narratives of the educational trajectories of Maria Aparecida Ramos de Menezes, Joana Belarmino de Souza, and Nayara de Almeida Adriano, professors with disabilities at Federal University of Paraíba, collected through interviews conducted in the first semester of 2016, seek to answer the research question: "How ableist and sexist inequalities appear in the educational trajectories of women with disabilities within family, school, and higher education?" Based on their narratives, which evoke my own trajectory as a woman with a visual disability, the analysis points at the common experiences of inequality lived by women with disabilities, which exclude them from participation in the public sphere and deny their right to autonomous choice and decision-making, within a sexist and ableist culture. However, the trajectories of these three women reveal that education makes it possible to breakdown such barriers and contribute to the educational and social development of other women with disabilities. By presenting the relevant contributions of feminist perspectives regarding a new understanding of disability, this dissertation aims at strengthening the debate about the transformation of able-normative mentalities, a still incipient debate in both movements of women and people with disabilities, in order to open new possibilities of empowerment and social participation.

Keywords: Ableism. Gender Inequalities. Disability Studies. Precariousness of life. Educational Trajectories.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
IIDI	Instituto Interamericano sobre Deficiência e Desenvolvimento Inclusivo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LGBTTTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEESP	Secretaria de Educação Especial
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 CAPACITISMO E DESIGUALDADES DE GÊNERO: AS MÚLTIPLAS VULNERABILIDADES DA MULHER COM DEFICIÊNCIA	18
2.1 O capacitismo e seus desdobramentos no campo dos estudos sobre a deficiência	18
2.2 A desbiologização dos corpos sob o olhar dos estudos de gênero.....	22
2.3 Estudos de gênero como chave para uma nova compreensão da deficiência.....	30
2.4 A precariedade da vida sob a perspectiva dos estudos de gênero e estudos sobre a deficiência	46
3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	53
3.1 Sobre a escolha das entrevistadas	56
3.2 Procedimentos de pesquisa	58
3.2.1 Do acesso e realização das entrevistas	58
3.2.2 Seleção e organização de dados	61
3.2.3 Analisando os dados da pesquisa	63
3.3 Dilemas éticos da pesquisa	64
4 INTERSECÇÕES, GÊNERO E DEFICIÊNCIA: NARRANDO AS TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS DAS ENTREVISTADAS.....	66
4.1 Uma releitura da deficiência física na perspectiva feminista	66
4.2 Capacitismo e Deficiência Visual: uma chave para compreensão da Invisibilidade Feminina	75
4.3 Capacitismo no contexto da cultura surda: a invisibilidade feminina na escola, na universidade e no mercado de trabalho.....	87
5 AS DESIGUALDADES CAPACITISTAS E DE GÊNERO NO COTIDIANO DA MULHER COM DEFICIÊNCIA.....	94
5.1 A mulher com deficiência na relação com o corpo e a sexualidade	94
5.2 A superproteção familiar como expressão de desigualdades capacitistas e de gênero.....	97
5.3 Obstáculos e experiências de vulnerabilidade de mulheres com deficiência no âmbito escolar e acadêmico	99
5.4 A violação de direitos e a consolidação das desigualdades capacitistas e de gênero.....	103
5.5 Ressignificando o poder sob a perspectiva feminista da deficiência	105

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	119
APÊNDICE A – CARTA AOS COMITÊS DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE....	132
APÊNDICE B – ROTEIRO ENTREVISTA.....	133
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	135

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, com a política de inclusão social, o movimento pela inclusão educacional de pessoas com deficiência na rede regular de ensino e o crescente movimento organizado dessas pessoas na defesa e promoção dos seus direitos na sociedade brasileira, verifica-se que a problemática da pessoa com deficiência constitui matéria de interesse na agenda da política pública, da mídia, do mundo do trabalho, entre outras.

Impulsionadas pela Constituição Federal de 1988, inúmeras e significativas mudanças ocorreram no Brasil a partir da década de 1990 no que se refere às conquistas sociais para as pessoas com deficiência. Com a publicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada em 2006 pelas Nações Unidas, há uma tendência à expansão de estudos, pesquisas, políticas, programas e estratégias relativos a esse grupo social. Novas leis, hoje, asseguram o direito à inserção das pessoas com deficiência em diversas esferas da sociedade, todavia, seus direitos ainda são frequentemente violados.

Apesar deste desenvolvimento ser valioso para promover e assegurar mudanças no sentido da remoção de barreiras atitudinais, sociais, institucionais, comunicacionais, físicas etc., e embora esta Convenção seja categórica no tocante a necessidade de assegurar que as mulheres são detentoras destes mesmos direitos (Artigo 6º), considero que esta recomendação ainda é incipiente, o que se evidencia, por exemplo, por meio de uma pouco expressiva liderança feminina nos movimentos sociais de pessoas com deficiência.

De igual maneira, são significativas as conquistas obtidas pelos movimentos feministas, os quais possibilitaram maior visibilidade à participação da mulher e fortaleceram sua atuação na esfera pública. Nessa perspectiva, nos anos 1970 e 1980 emerge a luta de mulheres negras, professoras, prostitutas, lésbicas... que se mobilizam na defesa de seus direitos, constituindo grupos organizados e conscientes dos desafios para superar a exclusão feminina.

Ao considerar que questões em torno da deficiência estão igualmente ausentes das agendas feministas, nesta pesquisa doutoral analiso como ambas as condições humanas – gênero e deficiência – são vulnerabilizantes na medida em que determinam experiências de subordinação, opressão, discriminação, desigualdade de oportunidades, somadas a diversas formas de violência, as quais, por sua vez, estabelecem sólidas barreiras ao desenvolvimento humano pleno de mulheres que nascem ou adquirem deficiência ao longo da vida.

No Brasil, embora as mulheres constituam maioria na população de pessoas com deficiência, totalizando aproximadamente 57% desta população (BRASIL, 2012), sua presença nos espaços públicos permanece invisibilizada.

Uma revisão da literatura, em bases de dados brasileiras, realizada nos meses de agosto e setembro de 2016, ratifica este fato, já que evidencia uma frágil articulação entre questões que envolvem a temática gênero e deficiência. A esse respeito, foi possível identificar, ainda que incipientes, produções acadêmico-científicas voltadas à articulação entre corpo, gênero e deficiência, cujas discussões concentram-se nas áreas de saúde (NICOLAU; SCHRAIBER; AYRES, 2013), esporte e sexualidade (WELTER et al., 2008; DANTAS; SILVA; CARVALHO, 2013; SIMÕES, 2015).

A vasta literatura existente em torno da educação da mulher, assim como da inclusão escolar da pessoa com deficiência, é reduzida quando se trata da articulação feminismo, deficiência e educação (BRANDO; WALTER; NUNES, 2010). Identifiquei apenas duas publicações que enfocam a participação da mulher com deficiência no mercado de trabalho.

Pesquisei ainda anais de importantes eventos, nacionais e regionais, que abordam temáticas relativas a gênero ou a deficiência, nos quais também observei uma produção incipiente em relação a articulação teórica entre ambas as condições: o 6º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação e o 3º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação, realizados na Universidade Luterana do Brasil, em 2015; o 18º Encontro da REDOR – Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero, realizado na Universidade Federal da Paraíba, em 2014; o VI CBEE – Congresso Brasileiro de Educação Especial e IX ENPEE – Encontro Nacional dos Pesquisadores da Educação Especial, realizados na Universidade Federal de São Carlos, em 2014; o Seminário Nacional sobre Educação e Inclusão Social de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 2010. A busca realizada nos portais da Capes e Scielo revela certa fragilidade em relação a aspectos da intersecção entre gênero e deficiência.

No Brasil, a articulação teórica entre gênero e deficiência de maior relevância advém das contribuições oferecidas pela segunda geração de estudiosos/as do modelo social da deficiência, sendo por estes/as denominada crítica feminista ao modelo social da deficiência (DINIZ, 2003). Com a adoção deste modelo, ampliam-se as discussões em torno da temática, suscitando a realização de novas pesquisas que abordam questões articuladas entre gênero e deficiência, tais como justiça distributiva e cuidado (PEREIRA, 2013).

Ao apontar as múltiplas formas de opressão presentes na vida de mulheres e pessoas com deficiência, esta perspectiva teórica denuncia que

a referência para as necessidades humanas das teorias de justiça tradicionais são os homens e para os estudos sobre deficiência essa referência são os corpos sem impedimentos. Há vários cruzamentos e escalas possíveis ao se considerar tais referências em conjunto, sendo os homens sem deficiência o padrão superior dessas possibilidades e as mulheres com deficiência o inferior (PEREIRA, 2013, p. 74).

Destaco ainda a pesquisa de Mello e Nuernberg, “Gênero e deficiência: intersecções e perspectivas” (2012), que, por se tratar de um trabalho que tem como uma de suas autoras uma mulher com deficiência, assim como eu, traz elementos que melhor correspondem ao referencial teórico desta tese, cujas discussões privilegiam os obstáculos decorrentes de estruturas capacitistas e de gênero desiguais, que geram experiências de opressão e múltiplas vulnerabilidades no cotidiano de mulheres com deficiência.

Além disso, é importante observar que, tal qual ocorreu com a produção científica, no Brasil, assim como nos demais países da América Latina, os movimentos de luta pela garantia de direitos das mulheres com deficiência são tardios em todo mundo. Nesse sentido, constata-se que, na Europa, por exemplo, as mulheres com deficiência começam a se organizar dois anos após a conferência de Beijing, a qual impulsionou-as a lançar, no ano de 1997, o primeiro Manifesto das Mulheres com Deficiência na Europa que, uma vez adotado pelo Fórum Europeu da Deficiência, foi determinante para a introdução do enfoque integrado de gênero em seus programas e atividades (CABALLERO, 2013).

Ao observar o panorama, considero que investigar a presença e a participação da mulher com deficiência na escola e na universidade implica adentrar uma temática ainda não explorada no universo da pesquisa no Brasil. Nesse sentido, mais recentemente, impulsionadas pelas leis de inclusão, pessoas com deficiência ampliam sua participação no ensino superior. Todavia, no tocante à obtenção de dados, observa-se que questões de gênero ainda são negligenciadas.

As fontes pesquisadas revelam que, entre os anos 2010 e 2013, as matrículas de pessoas com deficiência no ensino superior aumentaram quase 50%, sendo 30 mil estudantes em 2013, enquanto em 2010 eram pouco mais de 19 mil (BRASIL, 2015). No entanto, a esse respeito, não localizei estatísticas que quantificassem estas matrículas a partir de critérios de gênero, o que não me permitiu identificar se houve avanços no tocante à participação de mulheres com deficiência nesta etapa de ensino.

Diante de tal conjuntura, nesta tese argumento que, no caso da mulher com deficiência, o processo de precariedade da vida se dá pela intersecção de estruturas capacitistas e de gênero que, ao estabelecer sólidas barreiras ao acesso à escola, à universidade e ao pleno exercício de sua sexualidade as colocam em posições desiguais em relação aos homens com deficiência e às mulheres sem deficiência.

Minha experiência como mulher, cega e professora universitária, motivou-me a investigar a trajetória de três mulheres com deficiência, buscando identificar elementos que, na vivência familiar, na educação básica como também ao longo de sua permanência no ensino superior, auxiliassem na compreensão das estruturas capacitistas e de gênero desiguais que caracterizam a opressão e as múltiplas vulnerabilidades de todo o coletivo de mulheres com deficiência. Ao considerar a universidade lócus intelectual privilegiado, todavia omissa em relação à voz dos grupos vulneráveis, pretendo evidenciar a ação de professoras com deficiência de modo a permitir que sua história fale, ecoando em ambos segmentos como tentativa de ruptura diante de uma cultura corpo normativa e sexista, que as exclui da participação na esfera pública.

Ao apontar obstáculos que caracterizam a exclusão da pessoa e mais fortemente da mulher com deficiência e, ainda, por tratar-se de uma pesquisa na área da educação, considero importante visibilizar processos de aprendizagem construídos por tais mulheres, que marcam trajetórias femininas que, quer numa dimensão pessoal, quer numa perspectiva coletiva, engajam-se nas lutas visando à defesa de direitos e ao empoderamento de mulheres com ou sem deficiência.

Tais questões serão tratadas à luz dos estudos culturais da educação, os quais constituem uma área de conhecimento relevante para a contemporaneidade, porque pesquisam e produzem conhecimentos sobre o valor social de grupos vulneráveis em situação de desvantagem nas relações de poder (ESCOSTEGUY, 2006; HALL, 2006). Um estudo sobre mulheres com deficiências, portanto, compatibiliza-se com os Estudos Culturais, porque insere neste campo de conhecimento um tema ainda inexplorado relativo a um grupo social em situação de desvantagem socioeconômica, educacional, política etc. Soares (2010, p. 14) chama atenção para

[...] a necessidade de inserir os estudos concernentes à inclusão do grupo constituído pelas pessoas com deficiência, historicamente à margem da ciência nos Estudos Culturais, pois assim como outros grupos que já recebem merecida atenção como negros e mulheres, esse grupo também poderá se valer de seu substrato teórico na clarificação das relações de poder socialmente estabelecidas.

Concordo com a autora que os Estudos Culturais oferecem pressupostos teóricos relevantes à produção do conhecimento e debate sobre a inclusão social da pessoa com deficiência, apesar do tema deficiência ser escassamente contemplado na literatura dos Estudos Culturais. Dessa forma, estou ciente do caráter inovador que a presente pesquisa oferece ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, em particular à linha Estudos Culturais em Educação que, apesar de já contemplar trabalhos em torno da cultura surda, como também da inclusão de estudantes com deficiência, ainda não contava com trabalhos que abordam esta temática numa perspectiva interseccional. Tal debate, em pesquisas futuras, pode ser enriquecido pelo aprofundamento de temáticas como: cultura dominante sobre a deficiência como incapacidade, identidade construída pela pessoa com deficiência como dependente e incapaz, diferença e diversidade como condições humanas e conceitos que abrem perspectivas para rupturas profundas com a condição de subalternidade criada socialmente e dentro da qual este grupo tem vivido por muito tempo.

Compreendo, portanto, que além de constituir tema relevante para o campo dos Estudos Culturais, assim como para os Estudos Feministas e Estudos sobre Deficiência, esta pesquisa traz uma contribuição acadêmica significativa, uma vez que amplia a discussão nas diversas áreas de conhecimento mencionadas acima.

Trata-se de um debate emergente na conjuntura atual em que a dignidade da mulher com deficiência é duplamente ferida, posto que a maioria tem sua vida limitada aos espaços familiares e, alguns casos, tem acesso à primeira etapa escolar, a educação básica, onde tende a permanecer por anos a fio até a vida adulta. Contudo, há exceções:

Apesar da força constrangedora que desde cedo perturba e desgasta o desenvolvimento humano integral da pessoa com deficiência, surpreendentemente, há mulheres que ao vivenciar experiências negativas causadas pelas duas condições, gênero & deficiência, manifestam seu poder interno para romper com as barreiras que encontram no dia a dia, superando-as e superando-se, de forma a enraizarem sobre as mesmas seu desenvolvimento humano e profissional (FARIAS, 2011, p. 11).

As motivações que me levaram a construir este estudo resultam do fato de que, como mulher cega, nordestina e de origem pobre, compreendi que os obstáculos capacitistas e de gênero encontrados ao longo da vida deveriam ser urgentemente inseridos nos debates relativos às pessoas com deficiência.

Considero, ainda, que discussões em torno de experiências corpo normativas, que vulnerabilizam as mulheres com deficiência, fortalecem os movimentos feministas, igualmente desafiados a romper as múltiplas faces da exclusão social.

O silenciamento é uma das características historicamente marcantes nas trajetórias femininas, sobretudo até a segunda metade do século XX, sendo delegadas ao homem voz e autorização para realizar escolhas, tomar decisões e falar em nome das mulheres. A deficiência, por sua vez, potencializa a dominação masculina (BOURDIEU, 2011), de tal forma que a voz de um grande número de mulheres que possuem esta condição não lhes pertence, mas aos seus pais, maridos, professores/as ou cuidadores/as.

Ao considerar que o objeto de estudo desta investigação é a inclusão da mulher com deficiência na escola e na universidade, decidi fazer uso das perspectivas Bourdieusianas de trajetória, por entender que

a narrativa conduzida pela pessoa com deficiência, a partir da metodologia de história oral, é sintônica com o contexto institucional da Política de Educação Especial no Brasil, construído ao longo da última década, a favor da escolarização das pessoas com deficiência, mediante o respeito à diferença e à alteridade dos sujeitos, pois se trata de uma forma de “falar com eles e não sobre eles” (HAAS, 2012, p. 4).

Diante do exposto, nesta tese analiso a trajetória de três mulheres com deficiência, sendo uma física, uma visual e uma auditiva, a fim de que, ao olhar para sua passagem pela escola e pela universidade, elas próprias rememorem vivências capacitistas e de gênero desiguais, importantes para a compreensão das múltiplas formas de opressão e vulnerabilidades que marcam trajetórias de mulheres, com ou sem deficiência, em igual condição.

Considerando que essa pesquisa doutoral desenvolve-se em um programa de pós-graduação em educação e ainda, por entender que o sistema educativo brasileiro, seja na escola básica, seja na universidade, é marcado por significativas experiências de exclusão, decidi fazer um recorte nas trajetórias destas mulheres, delimitando-as a partir de elementos relacionados a sua educação. Assim sendo, elenco práticas educacionais que, na família, na escola, ou na universidade, evidenciam experiências de precariedade e desigualdade de mulheres com deficiência.

Registro ainda que, nem mesmo a universidade, espaço notadamente reconhecido como ambiente de crítica, poder e formação de novas mentalidades, escapa às estruturas capacitistas e de gênero. Digo isso, em razão das experiências de desigualdade que vivenciei enquanto docente e discente do ensino superior, as quais também se evidenciam nas trajetórias das professoras entrevistadas.

Assim, ao buscar na universidade, experiências de mulheres, formadoras, empoderadas, que registram suas trajetórias como pessoas com deficiência, espero contribuir no sentido de fortalecer o poder e a participação social deste segmento, ainda invisível dentro e fora do contexto acadêmico.

Para tanto, a pergunta que conduziu a pesquisa foi: de que forma as desigualdades capacitistas e de gênero se evidenciam nas trajetórias familiares, escolares e acadêmicas de mulheres com deficiência, professoras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)?

Considero importante assinalar que a construção de trajetórias deve levar em conta aspectos como: a questão da relação estabelecida, o sentido que o sujeito dá a sua história, a ressignificação dela e a condição do discurso, que vem ser uma ponte entre o social e o individual. Tais elementos foram determinantes na tomada de decisão por esta opção metodológica, principalmente porque evidenciam que a vida das mulheres entrevistadas não se encerra nelas mesmas. Ao revisitar e ressignificar suas trajetórias, estabelecem um diálogo com o coletivo de mulheres com deficiência, apontando as múltiplas formas de opressão que precisam ser urgentemente denunciadas por este segmento.

O objetivo geral da investigação é analisar os efeitos das estruturas capacitistas e de gênero na experiência de desigualdades e múltiplas vulnerabilidades de mulheres com deficiência. Nesse sentido, quando se trata da condição de deficiência, observa-se que elementos culturais comuns aproximam realidades femininas desiguais. No entanto, estas se potencializam por força do modelo médico e em consequência de ambientes sociais pouco acessíveis, os quais estabelecem barreiras específicas em função das necessidades físicas e sensoriais, apresentadas no decorrer desta pesquisa.

Elenco, ainda, outros desdobramentos da realização do estudo, como objetivos específicos: (i) Mapear a bibliografia que articula gênero e deficiência no Brasil; (ii) Discutir a relação entre corpo e sexualidade de mulheres com deficiência à luz das desigualdades capacitistas e de gênero; (iii) Identificar experiências de desigualdades capacitistas e de gênero na vivência familiar de mulheres com deficiência; (iv) Apontar obstáculos e barreiras à inclusão escolar e profissional de mulheres com deficiência; (v) Refletir sobre a experiência de opressão e vulnerabilidade de mulheres com deficiência em contextos de violação e negação dos seus direitos; (vi) Ressignificar as possibilidades de poder e participação das pessoas com deficiência à luz das perspectivas feministas.

Ao identificar a escassez de pesquisas envolvendo a articulação entre gênero e deficiência, no segundo capítulo, proponho uma redefinição conceitual de ambas as condições vulnerabilizantes (gênero e deficiência), considerando a força do biopoder (FOUCAULT,

1979) e das estruturas socioculturais capacitistas (MELLO, 2014). Nesta perspectiva, chamo a atenção para a necessidade de pensar corpo como uma construção cultural, já que os papéis, ora atribuídos a mulheres e pessoas com deficiência, partem de uma concepção naturalizada de corpo, a qual as define como frágeis e incapazes de atuar na esfera pública.

Além disso, por se tratar de uma pesquisa na área dos Estudos Culturais, destaco a polissemia do conceito de gênero e seus diversos usos, às vezes limitados diante da riqueza do conceito (CARVALHO; RABAY, 2015). Nesse sentido, estou ciente de que, atualmente, discutir gênero implica pensar as múltiplas formas de relações de poder entre os gêneros e intra-gênero. Implica considerar dicotomias, assimetrias e hierarquias, mas também pluralizar as masculinidades e feminilidades, e apontar a sua fluidez, borrando as fronteiras. Implica ainda reconhecer que as desigualdades de gênero que afetam as mulheres se interseccionam com outras relações de desigualdade, as quais são potencializadas, por exemplo, pela condição da deficiência. Portanto, neste estudo, que aborda a precariedade na vida de mulheres com deficiência (BUTLER, 2004), optei por utilizar o termo desigualdades de gênero como forma de dar ênfase à vulnerabilidade feminina, resultante de experiências de opressão sexista/machista e heteronormativa.

Assim, após conceituar capacitismo, termo ainda escassamente empregado na literatura brasileira, o qual denuncia a utilização de concepções equivocadas acerca da incapacidade das pessoas com deficiência, destaco a necessidade de avanços no tocante ao uso desta perspectiva por parte dos estudiosos/as do campo da deficiência no Brasil. A seguir apresento as contribuições dos estudos de gênero que, a partir do reconhecimento das múltiplas formas de desigualdades socioculturais, possibilitam uma nova compreensão acerca da deficiência. Finalmente discuto, à luz da perspectiva feminista da deficiência, as experiências de vidas precárias (BUTLER, 2004) e os caminhos para ressignificar as possibilidades de poder e participação social de mulheres com deficiência.

No terceiro capítulo, detalho o caminho metodológico percorrido na construção das trajetórias de vida das três mulheres entrevistadas, as quais serão apresentadas e discutidas no capítulo seguinte, à luz de elementos capacitistas e de gênero que apontam experiências de desigualdades evidenciadas na história educacional de mulheres e pessoas com deficiência.

Início o capítulo quatro, abordando o tema da deficiência física por meio da trajetória de Maria Aparecida Ramos de Menezes, a qual no decorrer desta tese será denominada Cida Ramos, como tem sido popularmente conhecida, seja por sua trajetória na UFPB, seja pelo trabalho à frente da Secretaria de Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba. A professora possui graduação em Serviço Social pela UFPB (1987), mestrado em Serviço

Social pela UFPB (1992) e doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001).

Ela é professora associada da UFPB e já coordenou o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social desta universidade. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Fundamentos Teórico-metodológicos e Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: Crise Contemporânea, Serviço Social e Política Social, Pobreza e Classe Social. Suas pesquisas confrontam as realidades contemporâneas com os diversos autores clássicos que estudaram as classes sociais, desde Marx e Lênin a Francisco de Oliveira e Castel, enfocando temas como as novas (re)configurações das classes sociais, especialmente as situadas no limiar entre a proletarianização e a pobreza absoluta e relativa; as relações entre o trabalho informal e o mercado nas sociedades periféricas; os fenômenos de desfiliação e exclusão, entre outros. Também se interessa pela temática da universalidade e particularidade da estratégia welfare no projeto profissional de ruptura do serviço social brasileiro.

Posteriormente, ao refletir sobre elementos que caracterizam possibilidades de empoderamento da mulher com deficiência visual, trago a trajetória de Joana Belarmino de Sousa, a qual neste texto tratarei por Joana Belarmino, nome como a mesma é reconhecida em sua trajetória tanto na universidade como no movimento de pessoas cegas. Ela é jornalista, Bacharel em Comunicação Social (Jornalismo) pela UFPB (1981), Mestre em Ciências Sociais pela mesma universidade (1996), Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004).

Joana Belarmino é professora Associada Nível 1 do Curso de Jornalismo da UFPB, tendo iniciado a docência em 1994. Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UFPB, desenvolve pesquisas nas áreas de acessibilidade à comunicação, ciberativismo, cegueira e percepção tátil, arte, literatura e comunicação. É colunista semanal do jornal A União, onde também publica seu projeto de Microentrevistas realizado na rede social Twitter.

Para finalizar o capítulo, apresento as características da identidade surda, através da trajetória escolar e acadêmica de Nayara de Almeida Adriano, neste trabalho denominada Nayara Adriano, coordenadora do curso de Letras/ LIBRAS na modalidade à distância e professora assistente da disciplina LIBRAS da UFPB. Nayara é Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2004) e em Letras/Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010), Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010) e Doutoranda em Letras pela UFPB. Possui experiência na área do ensino da LIBRAS e atualmente pesquisa temas relacionados à Literatura surda e ao ensino bilíngue.

A seguir, estabeleço um diálogo entre as três trajetórias, identificando aspectos capacitistas e de gênero desiguais que me auxiliaram na elucidação da pergunta de pesquisa, qual seja: de que forma as desigualdades capacitistas e de gênero se evidenciam nas trajetórias familiares, escolares e acadêmicas de mulheres com deficiência que se tornaram professoras da UFPB? Finalmente, apresento conclusões do estudo.

2 CAPACITISMO E DESIGUALDADES DE GÊNERO: AS MÚLTIPLAS VULNERABILIDADES DA MULHER COM DEFICIÊNCIA

Neste capítulo abordo as múltiplas vulnerabilidades de mulheres com deficiência que, decorrentes da força do capacitismo e das desigualdades de gênero, instauram processos de precariedade em suas vidas (BUTLER, 2004), resultando para elas em experiências de exclusão e negação do direito de tomar decisões em relação ao seu corpo, aos seus sentimentos e às suas necessidades.

Argumento aqui que os movimentos políticos emergentes a partir do reconhecimento das desigualdades de gênero foram determinantes para a resignificação do conceito de corpo, para além do viés biológico, o que resultou numa intensa mobilização visando a redefinição dos papéis socioculturais femininos.

Os efeitos desta concepção, emergente nas décadas de 60 e 70 do século XX, se fizeram sentir, nas décadas seguintes, entre as lideranças do já consolidado modelo social da deficiência, que a compreendiam como uma condição decorrente de barreiras sociais transcendentais aos limites biológicos de seu corpo. Para elas, uma pessoa capaz de remover tais barreiras e de gerir sua vida com autonomia, teria eliminado a condição de deficiência.

Ampliando esta perspectiva, a segunda geração de teóricos/as do modelo social registra importantes contribuições feministas no tocante a uma nova compreensão da deficiência, de acordo com a qual se torna imperativo associá-la a questões como sofrimento, dor, cuidado e interdependência.

Início o Capítulo discutindo o conceito de capacitismo e seus desdobramentos no campo dos estudos sobre a deficiência no Brasil. A seguir, ao tratar da naturalização e das desigualdades dos corpos femininos, apresento os estudos de gênero como uma nova chave para a leitura e compreensão da deficiência. Por fim, identifico a perspectiva feminista da deficiência como uma possibilidade de ruptura com contextos socioculturais excludentes e discriminatórios, que geram processos de precariedade na vida de mulheres com deficiência.

2.1 O capacitismo e seus desdobramentos no campo dos estudos sobre a deficiência

Nesta seção, discuto o conceito de capacitismo, a forma como este vem sendo empregado pelos estudos sobre a deficiência no Brasil e seus efeitos na experiência de precariedade da vida de pessoas e particularmente de mulheres com deficiência.

Numa sociedade que cultua corpos perfeitos e, do ponto de vista do capital, seleciona indivíduos em condições de produzir economicamente, as pessoas com deficiência, assim como as pessoas transexuais, consideradas fora da norma e, por isso mesmo, tidas como inadequadas ao convívio social. Nesse sentido, a exemplo do que ocorre com a opressão sexista e heterossexista, os ativistas da deficiência adotam a discriminação capacitista para explicar

discriminação sofrida pelas pessoas com deficiência de forma activa (por exemplo, através de insultos e considerações negativas ou arquitectura não acessível), como de forma passiva (por exemplo, quando se tem um discurso sobre as pessoas com deficiência que as considera merecedoras de pena e caridade, em vez de as ver como pessoas de plenos direitos) (PEREIRA, 2008, p. 18).

Assim, mais que um termo utilizado tão somente como forma de designar um segmento social, no caso as pessoas com deficiência, o capacitismo, que no Brasil ainda é escassamente empregado, tem sido adotado por estudiosos/as da área, como uma categoria de análise que visa suscitar, seja do ponto de vista teórico conceitual, seja do ponto de vista político, uma visão mais ampla acerca da deficiência.

Trata-se de uma categoria que define a forma como pessoas com deficiência são tratadas como incapazes (incapazes de amar, de sentir desejo, de ter relações sexuais, etc), aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais como o sexismo, o racismo e a homofobia (MELLO; NUERNBERG, 2013, p. 6).

Compreender a opressão capacitista implica, portanto, assumir um compromisso político perante as pessoas com deficiência, de modo a permitir que a sociedade reconheça que, mais que um corpo fisicamente impedido, é na mentalidade e no imaginário social, disseminados por meio de uma série de artefatos culturais discriminatórios, que se encontra a raiz destas manifestações tão perversas de exclusão. A esse respeito, Andrade denuncia que

A lógica capacitista se configura como uma mentalidade que lê a pessoa com deficiência como não igual, incapaz e inapta tanto para o trabalho quanto para, até mesmo, cuidar da própria vida e tomar as próprias decisões enquanto sujeito autônomo e independente. Tudo isso porque, culturalmente, construiu-se um ideal de corpo funcional tido como normal para a raça humana, do qual, portanto, quem foge é tido, consciente ou inconscientemente, como menos humano (ANDRADE, 2015, p. 3).

Assim como ocorre com a heteronormatividade, do ponto de vista sociocultural, a noção de capacidade corporal é tão forte, que quem não atende a estes padrões hegemônicos é desconsiderado/a em sua dignidade de ser humano. Por esta razão, é recorrente assistirmos

ocasiões em que, sob a alegação da deficiência, pessoas são descartadas e, mais que isso, sua presença causa incômodo e repulsa em determinados ambientes.

Ao olhar para este panorama, associo-me ao que afirma (BUTLER, 2004, p. 37), diante dos corpos ameaçados pela violência e opressão norte-americanas.

Esto significa que en parte cada uno de nosotros se constituye políticamente en virtud de la vulnerabilidad social de nuestros cuerpos – como lugar de deseo y de vulnerabilidad física, como lugar público de afirmación y de exposición. La pérdida y la vulnerabilidad parecen ser la consecuencia de nuestros cuerpos socialmente constituidos, sujetos a otros, amenazados por la pérdida, expuestos a otros y susceptibles de violencia a causa de esta exposición.

É esta experiência de perdas e ameaças, tão bem ilustrada em rostos e corpos femininos e potencializada por meio de práticas socioculturais capacitistas, que evidencio no decorrer deste estudo. Neste sentido, as trajetórias das entrevistadas, assim como a bibliografia, ainda escassa em torno da questão, revelam que

Ao contrário das mulheres não deficientes, as expectativas que a sociedade tem das mulheres com impedimentos corporais muitas vezes as excluem do direito ao exercício da sexualidade, do trabalho de qualquer natureza e da maternidade. Há um entendimento cultural de que as mulheres com deficiência são incapazes de cumprir os papéis tradicionais de dona de casa, esposa, trabalhadora e mãe (GESSER; NUERNBERG; TONELI, 2013, p. 3).

A violência contra a mulher é mais um aspecto potencializado pela ação do capacitismo. Observa-se, a esse respeito, que além de mulheres com deficiência estarem duplamente expostas a situações de violência física, atitudes veladas de violência que versam sobre sua incapacidade são habitualmente praticadas, dentro e fora de suas casas.

Além de constituir obstáculo que impede a participação de tais mulheres na esfera pública, esta é uma experiência que contribui negativamente à formação da autoimagem de mulheres com deficiência, impedindo-as de adquirir a confiança que necessitam para se afirmar e se impor diante de si mesmas ou das pessoas e grupos a sua volta. De acordo com (PEREIRA, 2008, p. 157), isto se dá em função de

barreiras sociais originadas pelo capacitismo que acabam por afectar emocionalmente as próprias pessoas com deficiência. Por exemplo, ficar magoada ou magoado com as reacções menos próprias das outras pessoas, ter de lidar com as muitas ideias negativas pré-concebidas sobre as pessoas com deficiência como pessoas supostamente de “menor valor”, pouco atraentes e com vidas trágicas e sentir-se intimidada por exemplo ao tentar um novo emprego por receio da forma como as outras pessoas irão reagir.

O capacitismo, portanto, deve ser compreendido como um conceito político que visa dar nome a todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência que, apesar de expressamente combatidas por normativas nacionais e internacionais, (NAÇÕES UNIDAS, 2006¹; BRASIL, 2015²), afetam drasticamente a vida destas pessoas, analogamente ao que ocorre em consequência de atitudes homo/lebo/transfóbicas.

De acordo com Anahí Guedes de Melo, antropóloga e pesquisadora surda, a quem se deve a adoção da terminologia no Brasil, é necessário explorar os meandros da corponormatividade de nossa estrutura social ao dar nome a um tipo de discriminação que se materializa na forma de mecanismos de interdição e de controle biopolítico de corpos com base na premissa da (in)capacidade, ou seja, no que as pessoas com deficiência podem ou são capazes de ser e fazer (MELLO, 2016, p. 3).

Ao definir capacitismo como um neologismo que sugere um afastamento da capacidade ou aptidão pela deficiência, Mello (2016) aponta os efeitos econômicos e culturais da ideia de incapacidade corporal, discutida neste estudo, e os prejuízos decorrentes desta na vida de pessoas e, particularmente, de mulheres com deficiência.

A opressão gerada pelo biopoder, materializada nos corpos femininos e potencializada quando se trata de um corpo com deficiência, resulta, para tais mulheres, em práticas de segregação, violência e negação de direitos. Explica-se, dessa forma, a experiência de silenciamento e precariedade na vida de mulheres com deficiência, a qual, de acordo com as Nações Unidas, precisa ser urgentemente combatida.

E as mulheres com deficiência se encontram entre a população mais vulnerável e marginalizada da sociedade (WomenWatch, 2006), no entanto, quando se desenvolvem políticas específicas para as mulheres ou quando se pensa em estratégias de combate à pobreza, por exemplo, raramente se incluem as mulheres com deficiência. Os próprios feminismos não têm incluído nas suas agendas os assuntos relacionados com as mulheres deficientes e estas consideram que as suas vozes continuam a não ser ouvidas (PEREIRA, 2008, p. 13).

¹ Conforme o Decreto n. 6.949/2009, a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência de 2006 explicita assim a discriminação no caso da deficiência:

“Art. 2º “Discriminação por motivo de deficiência” significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro.” (BRASIL, 2009).

² “Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.” (BRASIL, 2015)

Compreendo, portanto, que pensar o capacitismo a partir de contextos sociais de vulnerabilidade e desigualdade, experienciados pelas mulheres com deficiência, consiste em assegurar uma maior visibilidade a este grupo social, seja em relação ao universo da pesquisa científica, seja no tocante à adoção de políticas públicas inclusivas.

Acredito, ainda, que a conjunção capacitismo e teoria *creep*, que, no contexto deste trabalho está associada à noção de poder e às reflexões acerca das vidas precárias (BUTLER, 2004), constitui um caminho para a compreensão da deficiência como uma categoria política de análise, considerando que relaciona sua opressão a de outros grupos socialmente vulneráveis.

A esse respeito, o capacitismo alude a uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade. É uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes (MELLO, 2016, p. 8).

Ademais, considero que é tempo de provocar as mulheres com deficiência e a sociedade em geral à ruptura com a cultura da corponormatividade, estimulando, com isso, a vivência de relações justas e igualitárias, o que, a meu ver, diminuirá as chances de risco e vulnerabilidade que impedem sua participação nas várias práticas e campos sociais, e na aquisição dos bens e serviços necessários à vida e à dignidade humana.

2.2 A desbiologização dos corpos sob o olhar dos estudos de gênero

É importante observar, em primeiro lugar, que o corpo ganha centralidade nas discussões deste capítulo, devido à força e ao controle que exerce na vida dos indivíduos, o que se potencializa quando se trata de uma mulher com deficiência.

“A distinção sexo/gênero e a própria categoria sexual, parecem pressupor uma generalização do corpo que preexiste à aquisição de seu significado sexuado. Amiúde, esse corpo parece ser um meio passivo, que é significado por uma inscrição a partir de seu significado sexuado” (BUTLER, 2017, p. 223).

Nesta perspectiva, é importante compreender que os embates políticos estabelecidos pelos estudos de gênero no tocante à desbiologização dos corpos passam, necessariamente, pelo viés da cultura, a qual gera em si mesma hábitos e normas que regulam os corpos e conseqüentemente a vida dos indivíduos, solapando-lhes quaisquer possibilidades de engajamento social e esforço de mudança.

Situações de controle, opressão e regulação dos corpos, constituem, a meu ver, a questão de maior relevância para os movimentos feministas, os quais se fundamentam na crítica ao poder masculino sobre a mulher e na hegemonia de um saber masculino dominante.

Exemplo disso é que, no Brasil, até os anos 1970, os espaços constitutivos de voz e de poder eram de domínio masculino, sendo as mulheres, cuja participação reservava-se ao âmbito privado, relegadas a posições de subalternidade e inferioridade. No propósito de combater as desigualdades de gênero o feminismo propõe um projeto de sociedade alternativa e coloca como objetivo a abolição, ou ao menos transformação profunda, da ordem patriarcal e de seu poder regulador, em nome de princípios de igualdade, de equidade e de justiça social (MIRANDA, 2014, p. 2).

Fundamentados em tais princípios, os movimentos feministas, cujas lutas articulavam-se às de outras minorias, asseguraram, ainda naquela década, avanços no tocante à participação da mulher brasileira na esfera pública. Estas, foram progressivamente

Integrando os quadros dos novos partidos políticos, criados com a "abertura" de 1979. Outras estavam nas cada vez mais numerosas Organizações Não Governamentais, também criadas a partir da redemocratização do país, ou nas agências do governo, que também se multiplicaram desde então: os Conselhos Estaduais da Condição Feminina e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, por exemplo. E um número grande delas tinha ido para a Universidade (CORRÊA, 2001, p. 3).

Sem dúvida, a nova conjuntura política ampliou as possibilidades da participação feminina no Brasil. Agora, mais do que projetar a utilização desses corpos "frágeis" como mão de obra "barata" no mercado capitalista, era preciso investir em novas formas de organização/mobilização das mulheres, o que motivou a expansão de pesquisas científicas em torno da questão.

No final da década de 1970 e ao longo dos anos de 1980, um movimento muito bem articulado entre as feministas universitárias, alunas e professoras, promoveu a institucionalização dos estudos sobre a mulher, tal como ocorria na Europa e nos Estados Unidos, e sua legitimação diante dos saberes acadêmicos, através da criação de núcleos de estudos, da articulação de grupos de trabalho e da organização de congressos, colóquios e seminários para provocar a saudável troca entre as pesquisadoras (DUARTE, 2003, p. 15).

Com estes subsídios, as mulheres reúnem forças para o enfrentamento de embates de cunho político, devido aos quais conquista, por meio da Constituição de 1988, a destituição do pátrio poder e a mudança em seu status jurídico.

No início do século XXI, e a partir dos estudos produzidos pela denominada quarta onda, o feminismo reestruturou sua agenda política, reelaborando seus discursos e práticas com base nos desafios recém-emergentes, dentre os quais destaco a

Incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão, além do sexismo, continuavam no silêncio e na invisibilidade (CARNEIRO, 2003, p. 3).

Essa dificuldade no diálogo com outros marcadores de opressão a partir dos corpos, a qual ainda hoje é possível observar, por exemplo, entre os movimentos feministas e aqueles relacionados à deficiência, se dá em função de binarismos, que, embora duramente combatidos pelo feminismo dos anos de 1970, se mantêm em vigor, resultando em larga separação entre questões de âmbito normal e anormal, público e privado, pessoal e político.

A partir da sociedade moderna, uma concepção biológica e naturalizada de corpo tem servido de parâmetro para o fortalecimento do binarismo homem e mulher, definindo papéis e identidades sociais distintos para ambos. Os movimentos feministas, por sua vez, confrontam os processos de dominação masculina (BOURDIEU, 2011), que ainda hoje resultam na violação de direitos e no silenciamento feminino, particularmente nos espaços públicos. Questionam a dominação de gênero com base no sexo biológico, na capacidade reprodutiva da mulher, que não pode reduzi-la a sexo frágil.

É importante sinalizar que o conceito de gênero, na teorização feminista, sustenta-se no argumento de que, mais que seres biologicamente constituídos, masculino e feminino, gênero consiste em uma construção sócio cultural, a qual gera extremas desigualdades entre homens e mulheres que, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas (1980), resultam no seguinte:

- a) 2/3 das pessoas analfabetas do mundo são mulheres;
- b) meninas têm menos escolaridade do que meninos da mesma classe social, exceto em alguns países e grupos sociais.

O reconhecimento de tais desigualdades, evidenciado pela emergência de estudos científicos e pela instituição de políticas e práticas sociais visando à valorização da participação feminina na esfera pública, questiona o conceito de corpo, que, até então, era determinante para a manutenção da hegemonia masculina nas mais diversas relações sociais.

Esta nova premissa, sugere pensar corpo segundo as perspectivas social e antropológica por meio das quais se identificam “[...] estereótipos e modelos culturais de apreciação e utilização do corpo físico que servem para moldar, regular, incluir e excluir” (CARVALHO; ANDRADE; JUNQUEIRA, 2009, p. 8).

Tal qual ocorre com a redefinição do conceito de corpo, observa-se que, a partir do reconhecimento das desigualdades e de múltiplas e variadas manifestações de violência, também a identidade de gênero é ressignificada, sendo concebida numa perspectiva dinâmica, o que oferece ao indivíduo possibilidade de se posicionar acerca de sua identificação com o gênero masculino ou feminino.

Além disso, um conjunto de ações, particulares e/ou institucionalizadas, locais e/ou internacionais, possibilitaram o nascimento de políticas feministas, cujos objetivos, entre outros, eram mudar as representações sexistas na linguagem e na mídia; criar cultura, conhecimento, ética e teologia do ponto de vista da mulher.

Os movimentos feministas, cujas lutas vão desde o reconhecimento político da mulher (primeira onda), a garantia de seus direitos legais e sua inserção em profissões até então masculinizadas (segunda onda), até a compreensão de que também os homens podem atuar como ativistas nesta causa (terceira onda) são resultado de uma redefinição dos conceitos de sexo e gênero, para além de seu suposto caráter natural e biológico.

Tal reformulação conceitual surgiu com o intuito de distinguir e separar definitivamente o sexo – uma categoria analítica marcada pela biologia e por abordagem essencializante da natureza e dos corpos sexados – do gênero. Esta dimensão enfatiza os traços de construção histórica, social e política estabelecidos entre homens e mulheres e sobre suas diferenças sexuais. Demanda, portanto, uma análise política e relacional (MATOS, 2015, p. 153).

A partir desse novo enfoque, discussões mais recentes em torno da questão apontam que, por si só, o conceito de gênero é insuficiente para pensar os desafios e problemáticas do cotidiano feminino. Daí a necessidade de abordar gênero numa perspectiva polissêmica e multidisciplinar, definida como transversal para alguns estudiosos, ou interseccional, que é o caso deste estudo, transitando por outras correntes teóricas.

[...] o termo “intersecções” serve como símbolo para todas as formas possíveis de combinações e de entrelaçamentos de diversas formas de poder expressas por categorias de diferença e de diversidade, sobretudo as de “raça”, etnia, gênero, sexualidade, classe/camada social, bem como, eventualmente, as de religião, idade e deficiências (KERNER, 2012, p. 55).

Nesta perspectiva, no caso da mulher, é inconcebível pensar gênero de maneira essencialista, uma vez que se torna extremamente perigoso definir a totalidade dos sujeitos tão somente por sua condição corporal feminina. Trata-se, pois, de pensar relações de desigualdade e poder do ponto de vista de mulheres, cuja diversidade se estabelece a partir dos marcadores supracitados. A partir desta nova perspectiva cultural, a sociedade é convocada a mobilizar-se em torno de uma redefinição dos conceitos de masculino e feminino, e consequentemente, das identidades e papéis sociais desempenhados por homens e mulheres.

O termo transversalizar, por sua vez, amplia ainda mais as perspectivas para pensar gênero, ao estabelecer que as desigualdades entre homens e mulheres mantêm estreitas relações com outras questões de ordem política, educacional e econômica. Nesta perspectiva, a transversalidade de gênero consiste em “la integración sistemática de las situaciones, prioridades y necesidades de mujeres y hombres, respectivamente, en todas las políticas y actividades” (LÓPEZ, 2015, p. 2).

Para além do universo acadêmico-científico, as desigualdades de gênero tornam-se objeto de discussão em conferências internacionais, constituindo tema de interesse para agências financiadoras nas áreas de cooperação e desenvolvimento, principiando, dessa forma, sua inserção no âmbito das políticas públicas globais.

O principal desafio a ser enfrentado consiste em vencer a resistência de forças políticas e jurídicas conservadoras, garantindo à mulher o gozo de seus direitos humanos, historicamente violados. No Brasil, por exemplo, apesar da aprovação do Estatuto da Mulher Casada (BRASIL, 1962), esta mantinha-se aprisionada a um arcabouço jurídico que rechaçava sua capacidade plena. Mudanças efetivas neste quadro foram suscitadas pela Constituição Federal de 1988. Neste documento,

Pela primeira vez foi enfatizada a igualdade entre homens e mulheres, em direitos e obrigações (inc. I do art. 5º). De forma até repetitiva é afirmado que os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher (§ 5º do art. 226) (DIAS, 2010, p. 2).

Esta redefinição dos papéis conjugais foi um passo significativo para o empoderamento feminino, na medida em que provocou o deslocamento da mulher do exercício de suas funções maternas e domésticas a uma participação cada vez mais ampla nas esferas públicas, contribuindo decisivamente para o fortalecimento de sua posição enquanto líder. Tanto é assim que, nos anos 2000, as mulheres chefiavam 24,9% dos domicílios, e em 2010 esse número avançou para 38,7% (IBGE, 2010).

Dados do IBGE revelam ainda que, a partir dos anos 2000, cresce a participação feminina nos espaços públicos. Há uma diminuição no número de filhos e um maior investimento nos estudos, sobretudo por parte das mais jovens. “O fato de que até o ano de 2013, 55% dos estudantes que ingressaram em um curso superior são mulheres (estimativa que avança para 60% quando se trata de concluintes)” (BRASIL, 2016) indica que estas estão garantindo o crescimento da educação e, conseqüentemente, maiores índices de desenvolvimento humano no país.

Os indicadores acima são resultado da luta dos movimentos feministas, que particularmente a partir dos anos 2000, abrem novas perspectivas para a mulher no Brasil. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e a Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015) são importantes conquistas que emergem desta luta. Além disso, nesse período ocorre a inserção de questões de gênero nas áreas de saúde e justiça. Cria-se a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e, com ela, tem-se a expansão de cursos de formação continuada na perspectiva feminista ofertados a educadores/as em todo território nacional.

A reestruturação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, no ano 2000, a criação da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres³, em 2004, além da realização da primeira Conferência de Mulheres brasileiras, ocorrida em 2004, na qual abordaram-se os processos de participação política feminina, foram determinantes para a obtenção de avanços no que diz respeito à inserção da mulher em diversos setores da sociedade.

Tais avanços, contudo, não foram suficientes para a equiparação da participação feminina na política partidária. Nesse sentido, apesar da mulher representar 51% do eleitorado nacional, apesar de se destinarem 5% dos fundos partidários ao empoderamento feminino e de se haver estabelecido um percentual de 30% dos cargos públicos eletivos a serem exercidos por mulheres, constata-se que a participação feminina na política partidária brasileira é ínfima. Pelos números do IBGE, na Câmara Federal apenas 9,9% dos/as eleitos/as nas eleições de 2014 são mulheres, totalizando 51 mulheres. E no Senado estão em exercício, com mandato parlamentar previsto até o final de 2018, 16% (13 mulheres) (BAPTISTA, 2014).

Esses dados indicam que “o maior peso eleitoral feminino não tem se refletido na redução do déficit democrático de gênero, pois as mulheres continuam sub-representadas na

³ Esta secretaria foi extinta através da Medida Provisória Nº 768, de 02 de Fevereiro de 2017, juntamente com as Secretarias de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, de Direitos Humanos, dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e dos Direitos da Criança e do Adolescente, ficando as questões relativas a estas pastas a cargo da Secretaria Geral da Presidência da República e Ministério dos Direitos Humanos, criados pela mesma Medida Provisória.

política e a participação feminina no Brasil é a menor em termos percentuais da América do Sul e uma das mais baixas do mundo” (ALVES, 2007 apud OLIVEIRA, 2013, p. 18).

Pensar a participação política da mulher com deficiência constitui processo ainda mais desafiador, já que há um total deslocamento entre questões de gênero e a condição de deficiência. Observa-se, nesse sentido, que apesar da legislação eleitoral estimular a participação feminina, candidatos/as com deficiência não são solicitados a declarar esta condição no ato de inscrição junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o que dificulta o trabalho de pesquisadores/as neste campo.

Apesar de ainda hoje serem culturalmente valorizados perfis femininos como o de Marcela Temer, primeira dama do Brasil, descrita pela Revista Veja como “bela, recatada e do lar” (LINHARES, 2016), observa-se, por outro lado, que um número crescente de mulheres tem demonstrado sua força e capacidade de produzir, o que se evidencia pela maior participação destas no âmbito político, científico, cultural e econômico. Apesar disso, sua escala salarial é inferior e, embora tenham as mesmas responsabilidades e perfil profissional que os homens, ganham menos, o que reforça sua posição subalterna. Nesse sentido, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) calcula que o Brasil pode levar ainda 87 anos para igualar o salário de homens (cuja média é de R\$ 2.600,00) e de mulheres, que atualmente percebem em média R\$ 2.100,00.

Na academia, diferentes perspectivas disciplinares têm contribuído para intensificar o debate em torno da transversalidade do conceito de gênero, para o qual os estudos feministas têm dedicado particular atenção.

Enquanto construto teórico orientador, a transversalidade das políticas de gênero consiste em ressignificar os conceitos-chave que possibilitam um entendimento mais amplo e adequado das estruturas e dinâmicas sociais que se mobilizam – na produção de desigualdades de gênero, raciais, geracionais, de classe, entre outras (BRASIL, 2013, p. 10).

A transversalidade das políticas de gênero, portanto, emerge como um desafio a mais a ser enfrentado pelo movimento feminista que, empenhado no combate a tais desigualdades e articulado às minorias que constituem a diversidade brasileira, mobiliza-se em torno da garantia do princípio da liberdade de expressão em relação à orientação sexual, particularmente no espaço escolar, onde esta temática caracteriza-se como uma das diferenças mais combatidas quando se trata de estudos da diversidade humana.

Atualmente, documentos oficiais internacionais, a exemplo da Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em 1995 em

Beijing, reconhecem que a construção de uma sociedade democrática passa necessariamente pelo empoderamento feminino e pela equidade de gênero, os quais constituem tema relevante não apenas para a mulher, mas para toda a sociedade. Nesse sentido, ao reafirmar a necessidade de transversalizar a temática, os países que ratificaram o documento assumem que:

Governo e outros atores devem promover uma política ativa e visível de transversalização da perspectiva de gênero, em todas as políticas e programas, de sorte que, antes de decisões serem tomadas, proceda-se uma análise de seus efeitos sobre mulheres e homens, respectivamente (ONU, 1995, p. 27).

Os efeitos desta recomendação se fizeram notar em muitos países que foram provocados a rever a produção científica, bem como as medidas políticas e jurídicas em relação à posição social da mulher. Esta nova conjuntura demanda, por parte de pesquisadores/as da área, maior atenção ao fato de que

As noções de homem e mulher, masculino e feminino são ativamente produzidas em uma determinada cultura, de acordo com o tempo histórico e com outros marcadores como raça e classe, de um modo específico. Tais construções se dão discursivamente na cultura e podem, em função disso, modificar-se ao longo do tempo, agregando, lentamente, novos valores, novos modos de ver, pensar e viver a relação entre homens e mulheres nos contextos sociais (ANDRADE; BARZOTTO, 2015, p. 7).

A transversalização do tema, portanto, contribui para a promoção social, política, econômica e cultural das mulheres, em particular daquelas cuja realidade se intersecciona com outras matrizes de opressão social, como é o caso das mulheres com deficiência, cuja participação nos movimentos feministas é invisibilizada. Exemplo disso é a inexistência de dados relacionados ao registro da participação de mulheres com deficiência na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, ocorrida em 2004. Este encontro contou com a participação de

[...] gestoras e gestores públicos de diferentes esferas do governo, organizações nacionais dos movimentos de mulheres e feministas - negras, lésbicas, indígenas, sindicalistas, trabalhadoras rurais, militantes das áreas de saúde e de direitos sexuais e reprodutivos, entre outras (BRASIL, 2011, p. 16).

Apesar de não registrado, pode-se observar que havia, de maneira direta ou indireta, participação de mulheres com deficiência na referida conferência, tendo em vista que os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2004; BRASIL, 2008; BRASIL, 2013) são ricos no que diz respeito à implementação de políticas de saúde, educação, acessibilidade, trabalho e renda para mulheres com deficiência. Todavia, novamente percebe-

se a invisibilidade da mulher com deficiência, evidenciada pela ausência de estatísticas que comprovem a participação destas mulheres nas respectivas conferências nacionais.

Apesar dos estudos já consolidados no tocante à articulação gênero e raça (IPEA, 2011); gênero e classe (HIRATA, 2014); gênero e geração (BRITES; SCHABBACH, 2014); gênero e religião (AMARAL, 2015), observa-se que, neste movimento, a deficiência é concebida como o ‘entre outros’. Desconsideram-se assim, quer do ponto de vista teórico-conceitual, quer na efetividade das políticas públicas, as questões específicas deste coletivo de mulheres, como se constatará nas seções seguintes.

2.3 Estudos de gênero como chave para uma nova compreensão da deficiência

As conquistas obtidas nas últimas décadas no campo dos direitos humanos, as quais foram expressivas para segmentos sociais diversos, a exemplo de mulheres, negros/as, gays, lésbicas, entre outros, não dão conta de abarcar o movimento da pessoa com deficiência, que no Brasil ainda é reconhecido como o etecetera no campo dos movimentos sociais, posto que é marcado por esquecimento e invisibilidade.

[...] os deficientes não tinham voz própria. Sobre e no lugar das pessoas deficientes falavam as entidades prestadoras de serviços para deficientes, as instituições que faziam reabilitação, os políticos, os religiosos, os acadêmicos estudiosos do assunto, enfim, os antigos ‘porta-vozes (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 133).

Nesse contexto, apesar deste segmento totalizar 24% da população do país (IBGE, 2010), sua participação nos movimentos sociais mais amplos ainda é fragilizada.

Olhar para o movimento social da pessoa com deficiência, demanda, em primeiro lugar, tal como ocorreu no movimento feminista, rediscutir o próprio conceito de deficiência, o qual se desloca de um fenômeno natural a uma construção sociocultural, analogamente à ressignificação dos conceitos de sexo e de gênero,

Nesta guinada acadêmica, deficiência não é apenas uma simples expressão de uma lesão que impõe restrições à participação social de uma pessoa. Deficiência é um contexto complexo que reconhece um corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente (DINIZ, 2012, p. 9).

Este movimento, portanto, parte da compreensão de que deficiência e lesão são experiências distintas. Assim, uma lesão de ordem física ou sensorial não caracteriza uma pessoa com deficiência. Esta passa a ser identificada a partir das barreiras que impedem sua participação plena na vida em sociedade.

Historicamente, o tema da deficiência tem sido observado pelo viés da medicalização, razão pela qual é negada a identidade/condição de pessoa com deficiência, que por sua vez deixa de ser considerada como cidadã, sujeito de direitos. “As desvantagens sociais seriam resultado da deficiência e da incapacidade da pessoa com deficiência de se adaptar ao meio social. A resposta assim seria a cura ou a reabilitação das anormalidades do corpo” (LEÃO; LIMA, 2011, p. 75).

A lógica predominante é a da normalização do corpo deficiente, a fim de torná-lo capaz de conviver em sociedade. Caso contrário, estes indivíduos com deficiência eram institucionalizados em espaços segregados, privilegiando-se práticas de caridade e assistencialismo, em detrimento de experiências de participação social. “Havia intensa vigilância sobre a vida deles e os contatos com o ambiente externo eram não apenas controlados, como esparsos” (DINIZ, 2012, p. 16).

Particularmente, no contexto do século XX, três modelos marcam a leitura que se faz da pessoa com deficiência, os quais incidem diretamente nas ações voltadas a este segmento, seja na esfera pública, seja nos espaços privados, onde grande parte desta população tende a permanecer assistida por anos a fio.

O modelo biomédico caracteriza-se pela não diferenciação entre doença e deficiência.

A concepção simplista sobre a pessoa com deficiência traz como consequência vê-la apenas como uma eterna criança que precisa de cuidados, mesmo quando está na fase adulta, o que gera a dependência familiar e o controle das escolhas pessoais, restringindo a sua história de vida à voz de autorização de seus responsáveis (DANTAS; SILVA; CARVALHO, 2013, p. 1).

Este entendimento, que exerceu forte influência, sobretudo até a Segunda Guerra Mundial, parte da compreensão de impotência do indivíduo e da sociedade diante da condição de deficiência, resultando, à época, em práticas de extermínio, esterilização e segregação ostensiva.

Quando se fala dos campos de extermínio da Segunda Guerra Mundial, a tendência é lembrar dos judeus e outros grupos, mas é importante considerar que, neste cenário de guerra contra as minorias, também as pessoas com deficiência foram vítimas dos nazistas. Pelo menos 300.000 pessoas com algum tipo de deficiência foram exterminadas em campos de concentração, sem contar os outros milhares que passaram por processos de esterelização forçada (COSTA, 2016, informação verbal)⁴.

⁴ Fornecida em palestra no I Encontro Brasileiro de Mulheres com Deficiência Visual, realizado em São Paulo, em maio de 2016.

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, nasce a Organização das Nações Unidas (ONU), e com ela o conceito de minorias sociais, as quais se fundamentam na ideia do direito a ter direito, o que não se trata de concessões públicas, mas de conquistas decorrentes da luta encabeçada pelos grupos minoritários, os quais partem da ideia de que, apesar dos direitos serem assegurados a homens e mulheres indistintamente, nem todas as pessoas têm as mesmas oportunidades.

Era este o panorama vivenciado pelas pessoas com deficiência que, “ao invés de internados para tratamento ou reabilitação, estavam encarcerados. A experiência da deficiência não era resultado de suas lesões, mas do ambiente social hostil à diversidade física” (DINIZ, 2012, p. 16).

Os anos de 1950 e 60 são marcados por grandes mudanças na constituição das famílias e na forma destas entenderem o direito daqueles membros com algum tipo de deficiência. Neste período, são recorrentes, por parte de teóricos, educadores e familiares, as críticas em torno das práticas de segregação de pessoas com deficiência, as quais deveriam integrar-se à sociedade, ainda despreparada para entender suas necessidades. Fruto desta consciência, o Brasil dá os primeiros passos para a inserção de estudantes com deficiência nas escolas regulares. Com base no modelo educacional da deficiência, ainda que separados dos demais estudantes, são criados serviços denominados classes especiais, com o propósito de integrar os chamados excepcionais, o que se caracterizou como um avanço na educação destes estudantes, já que estavam contemplados pelo Art. 88 da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 4.024/61 “A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade” (BRASIL, 1961).

A partir deste reconhecimento é instituído, por meio de decreto presidencial, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). Vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, o CENESP, que foi a base para a criação da Secretaria de Educação Especial, (SEESP) teve por finalidade promover em todo o território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais, estimulando a criação de serviços de educação especial desde a pré-escola até o ensino superior.

Nessa época, intensificam-se, particularmente na Inglaterra e nos Estados Unidos da América, os movimentos sociais de diversos grupos minoritários. As pessoas com deficiência, por sua vez, que em número elevado eram sobreviventes de guerra, não eram reconhecidas pelo poder público e sociedade civil em geral, o que as levou a se mobilizarem em torno de uma vontade de transformação deste cenário.

Este princípio foi a base para a constituição do movimento social, bem como do modelo social da deficiência, que no Brasil começam a ganhar força a partir dos anos 80. Tal perspectiva é impulsionada por pessoas que, deixando os espaços segregados e ingressando nas universidades, começam, elas próprias, a pensar a situação de opressão à qual as pessoas com deficiência estavam submetidas.

A partir daí, questiona-se a crença até então naturalizada em relação à incapacidade desses indivíduos, estabelecendo-se a compreensão de que “deficiência seria a desvantagem ou restrição de atividade provocada pela organização social contemporânea, que pouco ou nada considera as pessoas que possuem lesões e as exclui das principais atividades da vida social” (DINIZ, 2012, p. 18).

Em contraposição ao modelo biomédico, este modelo tem como preocupação primeira, a de desmistificar a ideia de deficiência como doença. Nesta perspectiva, a deficiência é entendida como um fato social e o termo deficiência é escolhido pelo próprio movimento para caracterizar este grupo de pessoas que, por sua condição diferenciada, possui necessidades e objetivos específicos.

Temos o fenômeno da deficiência como um processo que não se encerra no corpo, mas na produção social e cultural que define determinadas variações corporais como incompletas, inferiores ou passíveis de reparação/reabilitação quando situadas em relação à corponormatividade. Isto é, aos padrões hegemônicos funcionais corporais (MELLO; NUERNBERG, 2012, p. 2).

O fenômeno da deficiência, portanto, se pauta no fato de que a interação entre um indivíduo, cujo corpo é marcado por uma lesão de natureza intelectual, sensorial ou física, e a sociedade, que por sua vez é refratária ao princípio da diversidade, é marcada por barreiras que reduzem suas chances de participação social.

Todos os deficientes experimentam a deficiência como uma restrição social, não importando se estas restrições ocorrem em decorrência de ambientes inacessíveis, de noções questionáveis de inteligência e competência social, da inabilidade da população em geral em utilizar a linguagem de sinais, da falta de material para o Braille ou das atitudes políticas hostis das pessoas que não têm lesões visíveis (DINIZ, 2012, p. 22).

A remoção de tais barreiras, somada às possibilidades de acesso ao trabalho, constitui condição determinante do fortalecimento da autonomia destes indivíduos.

Trata-se de um princípio extremamente revolucionário uma vez que, ao olhar para as diversas condicionantes sociais que subjazem à deficiência de um indivíduo, a responsabilidade é deslocada deste para a sociedade e para o poder público, que deverão viabilizar estruturas universalmente acessíveis a todas as pessoas.

Uma sociedade que se afirma democrática é convocada a incluir a maior diversidade possível de corpos, de orientações sexuais, de etnias, raças, etc. Todavia, apesar dos significativos avanços resultantes do modelo social da deficiência, observa-se que a primeira geração dos teóricos que o representava era composta tão somente por homens, brancos e lesados medulares (DINIZ, 2012).

Em 1976 a ONU provoca os países em relação à necessidade de se construir um cronograma que sinalizasse o compromisso de mudar esta realidade, o que se deveria consolidar, em primeiro lugar, por força dos parâmetros legais e posteriormente pela educação da sociedade, que à época era convocada a abrir-se à integração da pessoa deficiente.

O Ano Internacional da Pessoa Deficiente (NAÇÕES UNIDAS, 1981), assim como o Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência (NAÇÕES UNIDAS, 1982), foram importantes resultados destas discussões, na medida em que materializaram a luta deste segmento, despertando a emergência de uma grande militância, com lideranças expressivas, que ainda hoje representam a história de luta das pessoas com deficiência.

Este conjunto de recomendações das Nações Unidas resulta em avanços por parte do governo brasileiro que, pela primeira vez na história do país, institui políticas públicas voltadas às especificidades deste segmento. Nessa perspectiva, são criadas a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) (BRASIL, 1989) e a Secretaria de Educação Especial (SEESP) que, em consequência das políticas de transversalidade vividas pelo país no ano de 2010, são relocadas a outras instâncias governamentais. A primeira foi vinculada à recém-extinta Secretaria de Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência por meio da portaria nº 2.344, de 03 de novembro de 2010. Já as atividades da SEESP foram repassadas à SECADI (BRASIL, 2011).

Além disso, desde a quebra do regime militar ocorreu uma série de mudanças no panorama jurídico nacional, o que resultou na abertura de novos espaços aos grupos minoritários, para os quais tornava-se possível a implementação de uma agenda pública no propósito de garantir-lhes maior visibilidade e participação social. Nesse sentido, foi marcante o protagonismo brasileiro no que diz respeito aos avanços nos movimentos sociais, em particular ao movimento das pessoas com deficiência, cuja militância tornou-se referência para toda América Latina.

É o que afirma Rosângela Berman Bieler, brasileira, com deficiência física, que se destaca na defesa dos direitos da pessoa com deficiência, por meio de uma efetiva participação na ONU e pela fundação do Instituto Interamericano sobre Deficiência e Desenvolvimento Inclusivo (IIDDI): “[...] começamos uma lista de discussão na América

Latina há muitos anos e ajudamos a informar, a mobilizar, a capacitar e a viabilizar a participação na ONU de líderes da América Latina, incluindo o Brasil” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 438).

Fruto de uma ampla participação deste movimento na Assembleia Nacional Constituinte, instaurada em 1986, obtem-se pela primeira vez na história do país uma constituição que define direitos, competências e obrigações do estado para com as pessoas com deficiência nas mais diversas esferas da vida humana, conforme o quadro 1.

Quadro 1 – Direitos da pessoa com deficiência na Constituição de 1988

TRABALHO	PREVIDÊNCIA SOCIAL	EDUCAÇÃO	SAÚDE	ACESSIBILIDADE
Artigo 7 - inciso XXXI: Proibição de quaisquer atitudes discriminatórias em relação a trabalhadores/as com deficiência.	Artigo 203 - inciso V: Assistência financeira quando comprovada ausência de condições para o exercício do trabalho.	Artigo 208 - inciso III: atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino.	Artigo 23 - inciso II: garantia de proteção e assistência pública nos serviços de saúde.	Artigo 227 - inciso II: criação de programas de atendimento e prevenção das deficiências, visando à eliminação de obstáculos a sua integração social e a garantia do acesso a bens e serviços coletivos.
Artigo 37 - inciso VIII: Reserva de cargos e empregos públicos, com critérios para admissão de trabalhadores/as com deficiência.			Artigo 24 - inciso XIV: garantia de proteção e integração social.	Artigo 244: Adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo.

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Observa-se, por outro lado, que o marco legal que estabelece os direitos das pessoas com deficiência, consolidado pela Lei n. 7.853 (BRASIL, 1989), torna-se ineficaz sem a mobilização da sociedade civil. Tanto é assim que esta lei somente foi regulamentada 10 anos depois, através do Decreto Federal n. 3.298 (BRASIL, 1999), o que ocorreu principalmente

por força de importantes tratados internacionais, a exemplo da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), a qual estabelece princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.

A Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Pessoa com Deficiência, as leis 10.048 (BRASIL, 2000) e 10.098 (BRASIL, 2000b), ambas regulamentadas pelo Decreto 5.296 (BRASIL, 2004), asseguraram uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência no país.

A gestão pública, por sua vez, mostrava-se negligente quanto ao cumprimento dos prazos no tocante às normas de acessibilidade estabelecidas por este arcabouço legal, demandando maior articulação por parte dos protagonistas do movimento social de pessoas com deficiência, que sentem a necessidade de incorporar sua luta a de tantas outras minorias invisíveis no país, em vista de maiores perspectivas de acessibilidade e inclusão social.

Fica claro aos atores deste movimento a urgência para o fato de que “[...] o direito da criança deficiente esteja no Estatuto da Criança. O do negro deficiente tem que estar no Estatuto do Negro. O do idoso deficiente tem que estar no Estatuto do Idoso e o da mulher deficiente no Estatuto da Mulher” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 306).

Ainda mais significativa foi a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que, por meio do Decreto n. 6.949 (BRASIL, 2009), adquiriu status de emenda constitucional. Uma vez reconhecendo a pouca eficiência da sociedade no trato com as diferenças, o documento reforça a luta da pessoa com deficiência em vista de uma sociedade para todos/as, na medida em que pede que a sociedade se modifique, que as cidades se tornem acessíveis, que o sistema de ensino se modernize, que as tecnologias sejam funcionais. Não se trata de reivindicar prioridades ou particularidades às pessoas com deficiência. Uma escola melhor será melhor para todas as crianças. Uma cidade acessível será benéfica a todos os cidadãos.

Ao adquirir equivalência constitucional, este documento fortalece o movimento enquanto grupo social organizado em torno da defesa dos direitos de seus pares e vai além.

A Convenção inova ao reconhecer expressamente o caráter social da discriminação e os fatores ambientais, sociais e econômicos como agravantes da deficiência e ao buscar impedir quaisquer ações que restrinjam os direitos humanos da pessoa com deficiência, alargando o conceito de discriminação por motivo de deficiência (LIMA; CORREIA; LEÃO, 2011, p. 30).

Objetivando a garantia de direitos, a equiparação de oportunidades e a promoção da acessibilidade, o marco legal acima culmina com a implementação da Lei Brasileira de

Inclusão. Sancionada em 2015, o documento referenda a legislação supracitada e estabelece a passagem da definição de deficiência do então modelo médico, o qual considerava a patologia da pessoa para caracterizar sua condição de deficiente, ao modelo biopsicossocial, o qual define a deficiência a partir do ambiente onde o indivíduo está inserido. “Diferentemente das abordagens biomédicas, a deficiência não deve ser entendida como um problema individual, uma tragédia pessoal, mas sim, uma questão eminentemente social” (DINIZ, 2012).

Um dos avanços relevantes nesta lei, cujo conteúdo baseia-se nos princípios estabelecidos pela Convenção da ONU, diz respeito ao fato de que nenhuma pessoa pode ser discriminada em razão de sua deficiência. Nesta perspectiva, a discriminação por motivo de deficiência pode ser entendida como

Qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro (BRASIL, 2009).

Trata-se de uma obrigatoriedade legal que deixa de ser exclusiva do governo, expandindo-se à sociedade civil e setores da iniciativa privada, a exemplo da saúde (Artigo 23) e educação (Artigo 28), criminalizando a discriminação, na medida em que se prevê pena de 1 a 3 anos a qualquer pessoa ou setor que venha a adotar práticas de recusa ou cobranças adicionais por serviços prestados a estas pessoas.

Aspectos como direitos sexuais e reprodutivos, violência doméstica, oportunidades iguais de trabalho, acessibilidade e, sobretudo, a luta por maiores perspectivas de participação social, constituem reivindicações emergentes, as quais sinalizam certa aproximação entre as minorias e grupos oprimidos, em particular mulheres e pessoas com deficiência.

É nesse contexto que nasce a terceira perspectiva teórica acerca da deficiência, a qual oferece novas possibilidades de olhar para esta condição.

Merece destaque o relevante papel desempenhado por feministas que, ao questionar a hegemonia masculina na liderança dos movimentos em defesa das pessoas com deficiência, problematizam o próprio conceito de deficiência e trazem para a agenda deste movimento a reivindicação/participação de novos atores/as, tais como negros/as, mulheres, mães, cuidadoras e pessoas com deficiências severas. A atuação destas ativistas, cuja liderança é encabeçada por mulheres com deficiência que já haviam ingressado na universidade, converte-se em novos posicionamentos acerca da deficiência, resultando, a partir dos anos 1990, em novos estudos, os quais

[...] terão sua expansão crítica nas humanidades, criando alguns distanciamentos teórico-analíticos com algumas vertentes mais sociológicas da área, alocando a deficiência cada vez mais como uma categoria de análise cultural na esteira dos entendimentos da época com relação às problemáticas envolvendo outras categorias como classe, raça, gênero e sexualidade (GAVÉRIO; OLIVEIRA, 2015, p. 4).

Entretanto, é importante registrar que não apenas no Brasil, mas em todo debate internacional, inclusive na Inglaterra e nos Estados Unidos, berço dos *Disability studies*, esta é uma perspectiva teórica pouco explorada, resultando, conforme afirmo em sessões anteriores, numa frágil articulação entre gênero e deficiência, caracterizando-se, portanto, como uma temática de uma escassa notabilidade, o que se verifica tanto no universo da pesquisa científica, como na atuação política dos movimentos sociais que envolvem ambos os seguimentos: gênero e deficiência. Nesse sentido, apesar de ainda se tratar de uma discussão periférica, destaco as relevantes contribuições desta perspectiva para o movimento social das pessoas com deficiência, tendo em vista que “ao tempo em que aproximava os deficientes de outras minorias, como as mulheres e os negros, também legitimava a reivindicação de que a deficiência deveria ser, por isto mesmo, matéria de ações políticas afirmativas e de intervenção do Estado” (QUEIROZ, 2007, p. 2).

Tais recomendações, impulsionaram a implementação de medidas políticas e sociais voltadas às pessoas com deficiência, que, no Brasil, somente foram reconhecidas pelo Estado como sujeitos de direitos a partir da Constituição Federal de 1988 (ver quadro 1).

Até então, práticas de caridade regulavam a vida social das pessoas, e mais fortemente das mulheres com deficiência, gerando experiências de segregação e opressão potencializadas quando outras condições vulneráveis se somavam à deficiência, o que era duramente criticado pela perspectiva feminista, a qual compõe a segunda geração de teóricos/as do modelo social. Nesse sentido, observa-se que

Grande parte das feministas adotam o modelo social da deficiência, não discordando do princípio que as estruturas sociais são opressivas para o deficiente, em especial para os deficientes mais vulneráveis. Todavia, os argumentos feministas apresentam uma dupla face: por um lado, revigoram a tese social da deficiência e, por outro, acrescentam novos ingredientes para o enfrentamento político da questão (DINIZ, 2003, p. 2).

Assim, os *Feminist Disability Studies* ou a Crítica Feminista ao Modelo Social, avançam na medida em que provocam os estudiosos/as da área da deficiência, visando maior aproximação conceitual com as epistemologias feministas. No entanto, do ponto de vista da visibilidade e participação social das pessoas com deficiência, há muito ainda no que avançar, tendo em vista que:

Diferentemente das discussões sobre desigualdade de gênero, nas quais há consenso político de que a biologia não determina a desvantagem social, no campo da deficiência esse seria um argumento inócuo: a rejeição à lesão é algo tão difundido nas sociedades industrializadas que a separação entre a natureza e a sociedade não seria facilmente digerida nas negociações políticas em prol dos direitos dos deficientes (QUEIROZ, 2007, p. 3).

Para as feministas, esta desvantagem, agora deslocada do viés biológico ao social, gera a exclusão das pessoas com deficiência, negando-lhes o direito de estudar, de trabalhar e, particularmente às pessoas com comprometimentos intelectuais, impedindo possibilidades de vínculo ou convivência fora do espaço de sua casa ou da clínica que frequentam para tratamento.

Além disso, considero que, ao discutir as diversas formas de poder que no âmbito da família, da escola e da universidade oprimem pessoas, em especial mulheres com deficiência e ao enquadrar a condição da deficiência como uma categoria social e política de análise, é possível visualizar nesta perspectiva as bases que sustentam o objeto desta tese inscrita na linha de pesquisa Estudos Culturais da Educação, uma vez que

[...] ao investigarem significados culturais atribuídos aos corpos que as sociedades consideram deficientes, os *feminist disability studies* fazem vasta obra crítica cultural. Primeiro, entendem a deficiência como um sistema de exclusões que estigmatiza as diferenças humanas. E, em segundo lugar, revelam as comunidades e as identidades que os corpos que consideramos deficientes têm produzido (THOMSON apud QUEIROZ, 2007, p. 5).

Liderado por mulheres com deficiência que já haviam ingressado na universidade, este modelo opõe-se ao anterior, na medida em que se assenta na ideia de que autonomia e acesso ao trabalho não devam ser os pilares que conduzam a luta das pessoas com deficiência. “As teorias feministas desafiaram não só o tabu do corpo deficiente, como principalmente a falsa suposição de que todos os deficientes almejavam a independência, ou mesmo seriam capazes de experimentá-la como proposto pelos teóricos do modelo social” (DINIZ, 2012, p. 15).

Ao considerar que o princípio da autonomia não é suficiente para construir a justiça social e pôr fim às desigualdades, e que grande parte da população de pessoas com deficiência não pode obter total autonomia econômica e financeira, já que não se compõe apenas por homens, brancos e lesados medulares, as feministas trazem para a cena pública questões até então relegadas ao âmbito privado, a exemplo do cuidado e do combate à violência.

A privação do acesso à educação e inclusão social, as posições desiguais de gênero, os padrões de corpo e de feminilidade presentes na contemporaneidade, aliados às possibilidades de as mulheres com deficiência ascenderem a eles, influem na

limitação do desenvolvimento biopsicossocial das mulheres com deficiência e na naturalização da violência sofrida, além de concorrer para que elas tivessem menos poder nas relações conjugais e familiares e ficassem mais vulneráveis à violência (GESSER; NUERNBERG; TONELI, 2013, p. 427).

Este modelo, portanto, denuncia que tal qual ocorre com a violência, há uma infundada naturalização em torno das desigualdades humanas, a qual afeta drasticamente a vida das mulheres com deficiência, cuja raiz reside na cultura da normalidade. Assim, alinhado ao viés econômico e cultural, o fato de ser mulher numa sociedade notadamente machista, de ser negro/a numa sociedade racista, ou de envelhecer numa sociedade que cultua corpos saudáveis e produtivos, denuncia a coexistência de uma série de condições geradoras de desigualdade e exclusão social.

Esta nova perspectiva teórica reconhece certa fragilidade no tocante aos estudos sobre a deficiência, posto que a maior parte da literatura é carente de discussões em torno da

“dupla desvantagem” com que vivem as mulheres com deficiência em relação a participação social, direitos sexuais e reprodutivos, educação, trabalho e renda. Ao se constituírem mutuamente e se retroalimentarem, os efeitos do duplo estigma potencializam a exclusão das mulheres com deficiência (MELLO; NUERNBERG, 2012, p. 641).

Ao olhar para esta realidade, as feministas advertem que toda sociedade é interdependente. Assim, acima da autonomia, entendem que é a interdependência o princípio fundamental à dignidade humana.

Embora desde os anos de 1980 venha se desenhando um consistente marco regulatório que estimula a equiparação de oportunidades para as pessoas com deficiência, observa-se a necessidade de se redobramos os esforços no tocante à participação feminina, já que, se comparada aos homens, ainda é fragilizada a atuação destas mulheres, seja nos respectivos conselhos de direitos, seja no exercício de cargos políticos ou mesmo nos movimentos associativos aos quais estão vinculadas.

Numa sociedade sexista e capacitista, pensar a participação plena de mulheres com deficiência implica em ir além de sua inclusão nos programas educacionais, assistenciais ou de saúde. É preciso dar-lhes a palavra para que apontem as reais necessidades de seu movimento, contribuindo efetivamente com o desenvolvimento de uma sociedade acessível a pessoas com e sem deficiência.

Se, por um lado, questões de gênero são consideradas como uma construção cultural que gera discriminação e segregação, a deficiência, por sua vez, não representa uma soma. Trata-se de uma condição que multiplica/potencializa a vulnerabilidade feminina. Exemplo

disso é que quando “nasce um bebê com deficiência, as atitudes discriminatórias exercem força corrosiva ainda maior” (FARIAS, 2011, p. 26).

A um expressivo quantitativo destas mulheres reservam-se os espaços privados, e as práticas de cuidado parecem ser a “única” saída para oferecer perspectivas mínimas de qualidade de vida a este grupo, cuja capacidade de realizar escolhas e tomar decisões dá lugar a experiências de medo e superproteção. A participação destas pessoas no mercado de trabalho formal brasileiro ilustra esta realidade. Registros indicam que apenas 0,77% das vagas existentes são ocupadas por pessoas com deficiência, as quais percebem as médias salariais mais baixas do país, sendo R\$ 2.500,00 para homens e R\$ 1.917,00 para mulheres (GABRILI, 2016, informação verbal)⁵.

Observa-se, nesse sentido, uma expressiva vantagem dos homens com deficiência que, apesar de serem minoria na população de pessoas com deficiência – cujas estatísticas apontam para 56,6% de mulheres e 43,4% de homens (IBGE, 2010) – ocupam situação de destaque em relação à mulher, seja no acesso à educação, seja na participação no mundo do trabalho. Neste último aspecto, os dados indicam que para as pessoas com pelo menos uma das deficiências, essa taxa era de 60,3% para os homens e 41,7% para as mulheres, uma diferença de 18,6 pontos percentuais (BRASIL, 2012).

Emanuelle Alkmin, advogada, pessoa com deficiência visual, Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Cidadania do município de Campinas (SP), no período de 2013-2016, ao tratar da temática no Seminário Nacional da Mulher com Deficiência, relata a experiência capacitista de ser direcionada por um homem e ter que caminhar pelo canto da rua. “Vem pro canto, porque mulher anda no canto” (EMANUELLE ALKMIN, 2016, informação verbal).⁶ Estar no canto implica em perda de poder, de identidade. A voz da mulher com deficiência dá lugar à voz do/a outro/a que assume o controle de sua vida, contrapondo-se a quaisquer formas de reversão deste quadro.

O processo de empoderamento de mulheres com deficiência somente se concretizará quando estas estiverem munidas das condições que lhes permitam sair do canto, porque, de acordo com Emanuelle Alkmin (2016, informação verbal), “o canto evoca, o canto é o único espaço que sobra, o canto é omissivo, o canto é invisibilidade, o canto é abuso, o canto é perda de protagonismo”.⁷

⁵ Fornecida em palestra no I Encontro Brasileiro de Mulheres com Deficiência Visual, realizado em São Paulo, em maio de 2016.

⁶ Fornecida por Emmanuelle Garrido Alkmin em palestra no I Encontro Brasileiro de Mulheres com Deficiência Visual, realizado em São Paulo, em maio de 2016.

⁷ Idem, 2016.

A ausência de condições materiais, somada a experiências de violência, bem como à inexistência de espaços que se abram a acolher suas necessidades, impede que mulheres com deficiência possam discernir entre atitudes de proteção, cuidado, carinho e práticas de invisibilidade e exclusão social, o que faz com que elas próprias se deixem colocar no canto, omitindo-se diante de situações desiguais geradas por ambas condições: gênero e deficiência.

No geral, não há estatísticas que possibilitem visualizar a intersecção entre essas condições, consequentemente, inexistem políticas públicas que assegurem o protagonismo destas mulheres. Falta intérprete de libras em hospitais e demais espaços prestadores de serviço; os livros, textos e equipamentos, em sua grande maioria, não estão acessíveis às pessoas com deficiência visual; e nos logradouros públicos a acessibilidade é superficial, sobretudo nos espaços de onde pessoas podem ser vistas e ouvidas, a exemplo de grande parte das tribunas legislativas brasileiras, as quais são inacessíveis às pessoas com deficiência física. Além disso, dados do Relatório Mundial sobre a Deficiência, indicam que cinco dos sites mais populares nas redes sociais não são acessíveis.

Esse processo histórico de silenciamento da pessoa com deficiência é resultado da inexistência de políticas e práticas educacionais que lhes assegurem empoderamento e autonomia na tomada de decisões. Embora a inclusão escolar deste grupo esteja pautada na agenda pública nacional desde a Constituição de 1988, das escolas brasileiras de ensino básico apenas 21% possuem acessibilidade física.

Tais práticas decorrem de um rótulo de incapacidade, o que determina que pessoas, em particular mulheres com deficiência, não sejam produtoras de conteúdo e, por isso mesmo, tornem-se incapazes de exercer seu protagonismo. Grande parte destas pessoas ainda são culturalmente identificadas como pedintes, razão pela qual não se criam expectativas em relação às suas possibilidades de crescimento. Investir em estruturas e condições geradoras de empoderamento e participação nos espaços políticos, por exemplo, implicaria em ‘prejuízos desnecessários’ aos cofres públicos.

Esta concepção resulta na invisibilidade da mulher com deficiência nos movimentos feministas. Nesse contexto, “mulheres com deficiência são o tempo todo interpeladas a responderem primeiro às demandas desde seu lugar ou condição de deficiência, negligenciando ou deixando à margem seus outros sujeitos políticos” (MELLO, NUERNBERG, 2012, p. 10).

Se, a qualquer mulher, atitudes de violência se configuram como experiências traumáticas e abusivas, há que se compreender que aquelas vítimas com algum tipo de deficiência, são ainda mais fortemente atingidas. Para observar o quanto estas se encontram

indefesas diante de situações de violência, cabem questionamentos simples: Como uma mulher surda acessará o serviço 190? Quem dará credibilidade a denúncias de reconhecimento prestadas por mulheres cegas ou com deficiência intelectual? Como mulheres com deficiência física poderão reagir em ocasiões de abuso? A ausência de estatísticas também é perceptível, uma vez que em grande parte dos boletins de ocorrência expedidos pelas secretarias estaduais de segurança pública, não constam informações em relação à deficiência, o que representa um descumprimento da Lei Maria da Penha, a qual amplia a pena quando se trata de agressões a mulheres nesta condição.

Entende-se, portanto, que apesar de se tratar de discussões ainda incipientes, o debate em torno da violência contra a mulher com deficiência se converte em um tema da agenda pública, sobretudo pelo fato de que muitas ações se configuram como expressões invisíveis de violência, constituindo, na vida de mulheres com ou sem deficiência, mais um fenômeno de exclusão e discriminação.

Um dos desafios para o coletivo de mulheres com deficiência, diante deste contexto de negação e violação de seus direitos humanos fundamentais, é a necessidade de serem empoderadas, de modo que suas ações possibilitem mudanças conceituais e estruturais na sociedade brasileira, que, apesar de adotar um consistente marco normativo favorável à diversidade, perpetua processos de inclusão aparente, já que as práticas inclusivas, grosso modo, se mantêm tão somente no campo do discurso.

Dessa forma, somado a uma ruptura com a cultura da normalidade, a qual é fortemente impregnada em nossa sociedade, que por sua vez deve ser convocada a eliminar as barreiras que excluem tais mulheres do exercício de uma participação ativa, considero que é preciso investir nos processos de educação e reabilitação de mulheres com deficiência, o que será insuficiente se elas próprias não assumirem o desafio de fortalecer a incidência em sua participação social e política e assim concretizar o lema mundialmente defendido a partir da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência: “Nada sobre nós, sem nós”.

Ao considerar que, no Brasil, o movimento social das pessoas com deficiência é marcado por esquecimento e invisibilidade, compreende-se que empoderar mulheres com deficiência implica investir em sua capacidade técnico-profissional, oferecendo-lhes conhecimento, autonomia e independência, a fim de que superem o olhar de incompetência e a cultura de incapacidade que, cotidianamente, lhes nega oportunidades de participação social. “O empoderamento é oposto à vulnerabilidade. Ou seja, quanto mais empoderada está uma pessoa, menos vulnerável ela estará” (SILVA, 2009, p. 22).

Dessa forma, penso que o empoderamento feminino consiste em dotar mulheres em situação de opressão e vulnerabilidade de uma consciência que lhes permita descobrir possibilidades de posicionar-se e ao mesmo tempo agir em ambientes impregnados por uma cultura machista, capacitista e discriminatória, diante da qual mulheres com deficiência podem sentir-se provocadas a reagir, todavia sem encontrar condições para tal.

Refiro-me a um número expressivo de mulheres que sequer são conhecedoras de suas possibilidades. O acesso ao mercado de trabalho, a aquisição da casa própria, a oportunidade de realizar suas escolhas sexuais e reprodutivas, dentre outros, parecem direitos ainda inalcançáveis a muitas destas mulheres, o que as mantém à margem do acesso à educação, reabilitação e inclusão social. Nesta perspectiva, o empoderamento consiste “en la adquisición del poder para manejar y comprender la vida propia e influir en el entorno, implica el fortalecimiento individual, autoestima y confianza en las propias capacidades, pero también capacidad de influir en el entorno inmediato” (FISHER, 2015, informação verbal)⁸.

Nesse sentido, ampliar as possibilidades de acesso à informação, bem como investir em um processo formativo com vistas à participação social dessas mulheres, aparecem como ações urgentes a serem assumidas por pessoas e organizações comprometidas com esta causa. Não se trata de construir um movimento separatista, mas de potencializar a força social, política e jurídica da mulher com deficiência, no sentido de provocar a gestão pública e a sociedade em geral com vistas à efetivação de políticas de inclusão social à luz dos tratados locais e internacionais produzidos nas últimas décadas.

Soma-se a isso a necessidade de fortalecer as parcerias, seja junto aos diversos conselhos, órgãos governamentais e entidades da sociedade civil em geral ou quaisquer outros organismos empenhados na defesa dos direitos dos grupos vulneráveis. A negação dos direitos destes grupos se traduz, inevitavelmente, numa realidade de injustiça social, a qual demanda uma participação política efetiva, para que os contextos de violação deem lugar a processos de visibilização de seus direitos e possibilidades.

Fomentar estratégias no sentido de fortalecer a participação política da mulher com deficiência e sua luta na defesa dos direitos de seus pares deve constituir ação permanente das diversas organizações em âmbito local e internacional. O passo inicial diz respeito ao conhecimento do marco regulatório que ratifica este estado de direitos. A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (UNITED NATIONS, 2007), atualmente ratificada por

⁸ Palestra concedida no I Foro Latinoamericano de Mujeres con Discapacidad Visual, realizado no Panamá em 24 nov. 2015.

195 países, destaca-se, não apenas por ser o primeiro tratado internacional instituído no terceiro milênio, mas por ser a mais rápida e abrangente convenção produzida na história da ONU. No entanto, do ponto de vista da garantia dos direitos humanos, o diferencial é que, na história das Nações Unidas, esta é a primeira convenção produzida para além dos escritórios da ONU, a partir de uma participação direta da sociedade civil, o que lhe imprime um caráter democrático e assegura maior visibilidade aos movimentos sociais organizados em torno da garantia de direitos às pessoas com deficiência. De acordo com este documento, que contou com a participação de protagonistas do movimento de pessoas com deficiência em todo o mundo:

Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar o pleno desenvolvimento, o avanço e o empoderamento das mulheres, a fim de garantir-lhes o exercício e o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais estabelecidos na presente Convenção (BRASIL, 2009).

Por sua vez, ao reconhecer que, “para alcançar a plena igualdade entre o homem e a mulher é necessário modificar o papel tradicional tanto do homem, como da mulher na sociedade e na família” (ONU, 1979), a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, associa a luta da mulher com deficiência à de tantas outras que, por sua condição econômica, racial, geracional, dentre outras, são vítimas de abusos e desvantagem social.

A ausência de estudos com vistas à intersecção entre gênero e deficiência, somada à inexistência de indicadores e agentes políticos mobilizados em torno da articulação destes dois grupos, foi determinante para que uma pauta comum a ambos somente viesse a ser implementada a partir dos objetivos de desenvolvimento sustentável, com a agenda 2030.

O processo de visibilidade da mulher com deficiência enquanto ator social, político, econômico e cultural demanda a implementação de programas de empoderamento e a oferta de uma educação pautada nos princípios de justiça e equidade, de modo a capacitá-la ao diálogo com a sociedade, o estado e os responsáveis pelas decisões políticas.

Desafio maior consiste em ampliar o debate em torno dos direitos dos grupos vulneráveis, em particular mulheres com deficiência, a outros setores da sociedade brasileira, os quais desconsideram sua capacidade de consumo e de tomada de decisões. De fato, as discussões em torno da deficiência ainda estão invisíveis, já que permanecem distanciadas dos coletivos étnicos, feministas, LGBT, dentre outros.

O VI Fórum Latino-americano de Mulheres Cegas, ocorrido em 2015 no Panamá, do qual participei, constitui indicativo de que, no cenário latino-americano, há mulheres que,

desprendidas de uma cultura de vitimização e acomodação, passam a atuar como ativistas, denunciando práticas de violência e construindo redes no propósito de apontar soluções para a problemática. Uma vez organizadas, tais mulheres compreendem que em cada país há a necessidade de avançar no fortalecimento e no cumprimento dos dispositivos legais, que lhes asseguram os direitos e a dignidade de pessoa, historicamente violados.

Em suma, a revisão de literatura apresentada acima elenca aproximações em torno de questões de gênero e deficiência, seja do ponto de vista conceitual, o qual busca romper a visão biológica e naturalizada de corpos masculinos e femininos, “deficientes” e “normais”, seja pelas lutas visando a equidade e participação social destas pessoas.

O desafio seguinte, a meu ver, consiste em fortalecer a articulação entre estas perspectivas teóricas, provocando a academia e, sobretudo, os movimentos feministas, assim como o movimento das pessoas com deficiência, a compreenderem que seus desafios se interseccionam. Por esta razão, torna-se necessário intensificar o diálogo e coletar, em ambos movimentos, elementos potenciais que estimulem a adoção de práticas de enfrentamento, que por sua vez tornem-se inclusivas e empoderadoras.

2.4 A precariedade da vida sob a perspectiva dos estudos de gênero e estudos sobre a deficiência

Pensar os processos de precariedade humana, os quais, a meu ver, procedem da interferência de forças externas, implica olhar para uma multidão de rostos e corpos anônimos, dos quais são extraídas quaisquer possibilidades/capacidades de pensar, agir e decidir por si mesmo/as.

É esta a experiência vivenciada pela grande maioria das pessoas com deficiência, que, por conviver, cotidianamente, com uma série de barreiras estabelecidas pela sociedade, são normalmente caracterizadas como incapazes, razão pela qual ficam impedidas de exercerem uma participação social proativa. Nesse sentido, dentro do modelo social, reconhecer que uma grande parte da população experimenta a deficiência implica dizer que a incapacidade da sociedade em se ajustar à diversidade resulta na exclusão de muitas pessoas da vida social cotidiana (MEDEIROS; DINIZ apud MELLO, 2009, p. 30).

Igualmente visível é a experiência de opressão que resulta na precariedade da vida feminina, materializada por suas chances reduzidas no processo de produção e participação econômica e social, bem como por meio de uma cultura que relega o exercício de seus papéis ao âmbito privado fortalecendo os índices de violência e controle de seus corpos. Assim, as

relações sociais de sexo ou as relações de gênero se travam no terreno do poder, e processos culturais, sociais, políticos e morais atribuem valores a essas relações, designando para as mulheres uma posição subalterna (ARAÚJO, 2015, p. 90).

Experiências de inferioridade, violência e exclusão social se potencializam quando se trata de uma mulher com deficiência, uma vez que o fato de estar mais fortemente condicionada a situações de extrema dependência de outrem reduz suas chances de participação na esfera pública, associando sua vida ao âmbito privado e ao exercício de papéis de infantilidade e passividade.

Ser mujer con discapacidad marca una trayectoria de doble discriminación, como mujer y como discapacitada, y añade barreras que dificultan el ejercicio de derechos y responsabilidades como personas, la plena participación social y la consecución de objetivos de vida considerados como esenciales. La discriminación de género, añadida a la discapacidad, margina doblemente a esta parte del colectivo (SOLER; TEIXEIRA; JAIME, 2008, p. 2).

Os discursos culturalmente produzidos pelo senso comum, assim como a pouca atenção que a pesquisa científica tem dedicado à questão, indicam se tratar de um grupo que carece de poder: de fala, de decisão, de participação...

Para Foucault, tal processo deve-se à força da medicina, que, na experiência da mulher com deficiência, é exercido por meio de práticas de intenso controle e vigilância sobre seus corpos, suas escolhas, sua vida. O poder político da medicina consiste em distribuir

Os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, individualiza-los, vigiá-los um a um, constatar o estado de saúde de cada um, ver se está vivo ou morto e fixar, assim, a sociedade em um espaço esquadrihado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente e controlado por um registro, tanto quanto possível completo, de todos os fenômenos (FOUCAULT, 1982, p. 52).

Para as mulheres com deficiência, tais olhares de controle e vigilância, assim como os registros visando à mensuração de suas capacidades, constituem poderosos mecanismos de exclusão e discriminação, particularmente para aquelas mais pobres ou que enfrentam outros marcadores de desigualdade e que, em grande maioria, são impedidas de estudar, trabalhar... Foi com base na crença em sua incapacidade para o exercício da sexualidade que, em muitos países, chegaram a ser esterilizadas. “As mulheres com deficiência são consideradas inadequadas para funções economicamente produtivas (que sempre se pensaram como dominadas pelos homens) e para criação e reprodução (ações consideradas próprias para as mulheres)” (AYRES, 2017, p. 194).

Observa-se, portanto, que, no cotidiano das pessoas com deficiência, as barreiras culturais e ambientais que afetam a população masculina se manifestam em proporções bem mais elevadas quando se trata de mulheres. Práticas de superproteção, infantilização, abuso e negação de seus direitos humanos fundamentais fortalecem o processo de precariedade de suas vidas, uma vez que reforçam as experiências de desigualdade e exclusão resultantes de concepções limitadas acerca da deficiência.

Sem voz, sem direitos, sem expectativas, uma maioria significativa de mulheres e meninas com deficiência permanece aprisionada. Para estas, é o discurso de seus pais, professores(as), médicos(as) e tantos outros especialistas que estabelece o que é "normal" e moralmente possível e aceitável em suas vidas. Assim, torna-se normal e moralmente aceitável que, embora tenham recebido sua matrícula, a maior parte das escolas pouco contribuam para a inclusão social destas pessoas; e que, em nome de uma ideia equivocada de incapacidade, os espaços de lazer, os postos de trabalho, assim como os serviços de saúde não disponham de equipamentos para atender às demandas específicas desta população.

É ainda comum que a mídia e outros artefatos culturais disseminem que caridade, fragilidade e extrema dependência sejam características próprias deste grupo de mulheres, que, para não estarem expostas a maiores riscos, devem ser mantidas à margem da esfera pública e consequentemente da participação política.

Um caminho teórico que possibilita a compreensão dos processos de precariedade da vida de mulheres com deficiência pode ser, a meu ver, oferecido por meio de uma leitura articulada dos estudos mais recentes de Judith Butler (2015) e do pensamento de Michel Foucault (1982) acerca da construção e das relações de poder. Para este, o corpo se constitui como uma estrutura que pode ser moldada a partir de uma série de saberes, poderes e discursos que, uma vez produzidos pela sociedade, passam a atuar sobre o próprio corpo determinando, consequentemente, as regras das quais resultam as práticas de violência, poder e dominação, de um homem para com outro, de uma classe para com outra.

Butler, por sua vez, afirma que a precariedade da vida traduz uma condição politicamente construída através da qual determinadas populações são assimetricamente expostas a contextos de violência, perigo, enfermidade, migração forçada, pobreza ou morte (BUTLER, 2009, p. 25).

É compreendendo que em decorrência de sua condição corporal, mulheres com deficiência, constituem uma população constantemente exposta a situações de opressão, violência e poder, que proponho esta articulação conceitual.

Nesse sentidas, segundo Diniz e Pereira (2010), estudiosas da área da deficiência, os corpos com impedimentos seriam corpos anômalos, cuja habitabilidade é desafiada pelos sentimentos de rejeição, solidão e incapacidade. Assim, do ponto de vista econômico, social e cultural o corpo se torna um elemento de opressão, exclusão e precariedade da vida do outro, uma vez que os espaços de voz e de poder legitimamente reconhecidos, são construídos em função dos que atendem aos padrões da corponormatividade. Nesta perspectiva, quanto mais

“desviante” e “deformado” um corpo, mais repulsa os “normais” sentem desse corpo, da sexualidade dissidente desse corpo, evidenciando uma situação peculiar de vulnerabilidade por condição de deficiência que, por sua vez, quando cruzada com as assimetrias de poder presentes nas relações de gênero, raça/etnia, classe, geração, sexualidade, etc., potencializa os efeitos desse duplo estigma, contribuindo para atitudes capacitistas que se refletem em diversas formas de violência e desigualdade contra as pessoas com deficiência (MELLO; NUERNBERG, 2013, p. 6).

Nas trajetórias nem sempre bem sucedidas de mulheres com deficiência, a experiência da desigualdade se traduz por meio de contextos de negação de direitos e falta de oportunidades no acesso à escola, ao mercado de trabalho e à livre expressão de seus desejos e aspirações. O reconhecimento de tais desigualdades foi tardio e somente pôde ser visualizado quando as próprias mulheres com deficiência deram um passo à frente na construção de um caminho visando às primeiras aproximações entre ambos os movimentos. A partir de então, reconheceu-se que a dimensão social da dupla vulnerabilidade

Das mulheres com deficiência diz respeito a vivências em um meio social no qual mulheres e pessoas com deficiência têm uma posição social menos qualificada e experimentam menores possibilidades de participação social e política, acesso à educação, à justiça, à saúde, ao trabalho regulamentado, a benefícios sociais, à cultura, ao lazer e demais bens sociais que promovam a equidade de gênero e o desenvolvimento humano de pessoas com deficiência (NICOLAU; SCHRAIBER; AYRES, 2013, p. 867).

Associado ao que os movimentos feministas denominariam terceira onda, observa-se que a presença e a participação da mulher no movimento de pessoas com deficiência foi significativa porque trouxe para a ordem do dia a necessidade de implementação de políticas sociais justas voltadas àqueles(as) cuja precariedade da vida se dá em função de experiências de dor e sofrimento decorrentes de sua condição de deficiência (DINIZ, 2003).

Além disso, ao reconhecer que, já no século XXI, as políticas e tecnologias de acessibilidade pareciam insuficientes para a superação de uma cultura estigmatizadora da corpo-normatividade, tal qual ocorreu no movimento feminista, ativistas de uma denominada terceira onda do movimento das pessoas com deficiência recorrem aos postulados da teoria

*Queer*⁹ para questionar tais pressupostos, o que resulta em concepções *Crip*¹⁰ acerca da deficiência.

Fazendo uma analogia ao uso ressignificado do termo pejorativo *Queer*, a palavra *Crip* é diminutivo de *Cripple*, que pode ser traduzida como aleijado(a), defeituoso(a) e tem sido pensada de maneira geral e estratégica, por partes da comunidade deficiente ativista, como uma tentativa de romper com definições estanques e objetivas que categorizam e especificam, perante uma norma pré-estabelecida, corpos, deficiências e comportamentos (GAVÉRIO, 2015, p. 111).

Diante do exposto, os desafios que se colocam às estruturas educacionais e sociais, ainda desiguais, dizem respeito ao fato de se conceber a deficiência como um construto objetivo e natural. Nesta perspectiva, de acordo com a teoria *Crip*, um corpo pode ter revertida sua situação de deficiência, se eliminados os obstáculos que impedem sua participação social.

Uma morfologia em particular é moldada por uma negociação temporal e espacial específica. É uma negociação ao longo do tempo no sentido de que a morfologia do corpo não permanece a mesma; novamente, ele muda de forma, adquire e perde capacidades. E é uma negociação com o espaço no sentido de que não existe corpo sem um lugar; o corpo é a condição do local e cada corpo precisa de um espaço para viver (BUTLER, 2004, p. 87).

A ideia é que, tal como ocorreu com as discussões em torno de corpo e gênero, a deficiência seja, de igual maneira, concebida como uma construção social que poderá, a qualquer tempo, ser ressignificada. Espera-se, em outras palavras, que a um corpo impedido de ver, caminhar, escutar, expressar ou compreender, sejam asseguradas, do ponto de vista normativo e cultural, a valorização, o reconhecimento e a dignidade de pessoa, a fim de que possa, a partir daí, descobrir formas de poder que lhe permitam migrar da margem ao centro da sociedade. Enquanto o principal axioma da teoria *Queer* postula que a sociedade contemporânea é regida pela heteronormatividade, na teoria *Crip* sua máxima se sustenta pelo postulado da corponormatividade de nossa estrutura social pouco sensível à diversidade corporal (MELLO, 2014).

⁹ Os estudos “queer” sublinham a centralidade dos mecanismos sociais relacionados à operação do binarismo hetero/homossexual para a organização da vida social contemporânea, dando mais atenção crítica a uma política do conhecimento e da diferença. Nas palavras do sociólogo Steven Seidman, o queer seria o estudo “daqueles conhecimentos e daquelas práticas sociais que organizam a ‘sociedade’ como um todo, sexualizando – heterossexualizando ou homossexualizando – corpos, desejos atos, identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais” (SEIDMAN, 1996, p. 13).

¹⁰ “A ‘teoria crip’, almeja, dentre outras coisas, uma posição analítica crítica com relação à materialidade fixa do corpo deficiente (disabled body) como independente do processo em que tal materialidade é necessária para a produção de corpos capazes\hábeis\eficientes (able-bodies) como se fossem naturais” (GAVÉRIO; OLIVEIRA, 2015, p. 1).

Ao conceber a deficiência como um modelo político relacional que pode então ser tomado como categoria de análise em articulação com outros marcadores de desigualdade social, a exemplo do gênero, busca-se ampliar o universo da pesquisa científica, contribuindo para a ruptura com uma ciência tradicional androcêntrica, que, fundamentada nos ideais da objetividade, racionalidade e neutralidade, ainda separa o corpo deficiente de uma visão de pessoa, de mundo e de sociedade.

Esta nova concepção, no dizer de Stuart Hall, se trata de uma virada cultural, uma vez que, a exemplo dos movimentos LGBT, que colocam em cheque a naturalidade da heterossexualidade, o movimento de pessoas com deficiência faz o mesmo ao deslocar a naturalidade de seus corpos a uma questão identitária. Nesta perspectiva, a deficiência passa, de um problema médico, a uma realidade cultural que desafia a sociedade como um todo.

O giro que se produziu com o enquadramento do modelo social, portanto, é ao mesmo tempo disciplinar, uma apropriação pelas ciências humanas de um tema tratado historicamente em marcos biológicos e políticos: da ênfase na terapêutica de corpos individuais à reivindicação de transformações sociais abrangentes – ou seja, levantando-se as barreiras criadas por uma sociedade que exclui corpos com formas e funcionalidades diversas (LOPES, 2016, p. 7).

Este avanço teórico conceitual, expressa a relevância e as conquistas resultantes de uma luta articulada de mulheres com deficiência e outros grupos socialmente oprimidos que, inconformados com experiências de exclusão e violência decorrentes de uma cultura de corponormatividade, assumem uma postura ativista que revela sentimentos de indignação em meio a situações de dor, sofrimento e múltiplas vulnerabilidades. Portanto,

Analisando as representações culturais em relação às mulheres com deficiência e por estarem implicados com o ativismo político, buscam recuperar a identidade feminina que a cultura lhes nega, além de uma política que preserve o direito de definirem suas diferenças físicas e sua feminilidade por si mesmas, ao invés de receberem interpretações de outros sobre os seus corpos (NICOLAU, SCHRAIBER, AYRES, 2013, p. 864).

Consequentemente, pensar a precariedade da vida à luz de perspectivas feministas da deficiência implica promover enfrentamentos no campo político, os quais deverão se converter em transformações, seja na forma com a qual indivíduos e sociedades se relacionam com o corpo e a deficiência, seja na luta pela garantia de serviços e ações que atendam às suas especificidades.

Ao articular capacitismo e desigualdade de gênero, espero haver construído um caminho teórico que possibilite a compreensão das múltiplas vulnerabilidades de mulheres com deficiência, a fim de que, ao enriquecer o debate em ambos os movimentos, seja

estimulada a adoção de uma agenda comum, assegurando-lhes maior visibilidade e abrindo para elas novas perspectivas de poder e participação social.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Em minha dissertação de mestrado (FARIAS, 2011) discuti, à luz da metodologia História de Vida, as possibilidades de ruptura das barreiras que colocam mulheres com deficiência em processo de múltipla vulnerabilidade. Argumentei então que ao superar experiências adversas, estas mulheres, além de bem sucedidas, tornam-se modelos de luta e resistência para outros membros de seu grupo social. Por esta razão, considerei necessário aprofundar o conhecimento construído na mencionada dissertação, uma vez que a literatura brasileira é escassa no que diz respeito à associação entre gênero e deficiência (FARIAS, 2011).

Ao considerar que, culturalmente, é recorrente que outros/as falem em nome das pessoas com deficiência e embasada no lema “Nada sobre nós, sem nós” considero importante que nós, mulheres com deficiência, tenhamos nossa voz reconhecida e socialmente legitimada, razão pela qual considero importante mencionar, ainda que brevemente, pesquisas de autoria de mulheres com deficiência que, no Brasil, atuam como ativistas visando o empoderamento e a garantia dos direitos humanos de tais mulheres.

Nesta perspectiva, além dos estudos de Mello, largamente discutidos nesta tese, bem como da pesquisa “Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental” (GLAT, 1989), destaco o relevante trabalho da pesquisadora Ana Rita de Paula, mulher com deficiência que desde os anos 1980 milita no movimento em defesa dos direitos destas pessoas. Entre outros estudos desta pesquisadora, considero relevante sua pesquisa acerca da sexualidade das pessoas com deficiência, cujo livro quer ser um convite à reflexão em torno de uma sociedade menos segregadora (PAULA; REGEN; LOPES, 2005).

Mais recentemente, Deborah Prates, advogada cega, tem desenvolvido pesquisas abordando a invisibilidade e as práticas de violência envolvendo mulheres com deficiência (PRATES, 2017). Após tornar-se cega, a pesquisadora reflete que além da opressão decorrente de gênero existe outra, a decorrente da deficiência, por meio da qual tais mulheres são socialmente invisibilizadas, o que, de acordo com a pesquisadora, ocorre inclusive na academia, uma vez que as pesquisas bibliográficas em quase nada contribuem, vez que o conhecimento real sobre a verdadeira extensão dos problemas dessa população é dificultado pela ausência de dados.

Ao avançar nos estudos sobre a questão, hoje compreendo que, mais que tomar mulheres com deficiência como modelo, a conjuntura desigual, do ponto de vista capacitista e de gênero, me desafia a olhar para os obstáculos que, em minha história pessoal, assim como

nas trajetórias de tantas outras mulheres com deficiência, geram situações de múltiplas vulnerabilidades.

Ao pesquisar trajetórias de mulheres com deficiência em situação de múltiplas vulnerabilidades revelo que a histórica condição de risco frente às experiências destruturadoras, às quais a pessoa com deficiência está exposta ao longo de sua vida, se potencializa quando associada ao fator gênero. Isto porque, do ponto de vista sócio-histórico-cultural, estas mulheres foram constituídas como sujeitos invisibilizados, perpetuando-se, portanto, experiências de exclusão, segregação e violência.

Apesar do conhecimento hoje disponível, das políticas públicas, ações da sociedade civil, da mobilização e inserção feminina em organizações não governamentais, dos estudos de gênero e da valorização do magistério, o debate atual ainda é incipiente quando se trata de questões pertinentes às meninas e mulheres com deficiência. Consequentemente, a violação de seus direitos, de seu corpo, de sua vida passam ao largo dos movimentos em defesa tanto da mulher como da pessoa com deficiência.

A presente pesquisa parte da seguinte indagação: De que forma as desigualdades capacitistas e de gênero se evidenciam nas trajetórias familiares, escolares e acadêmicas de mulheres com deficiência, que se tornaram professoras da UFPB? Para responder a esta pergunta optei por utilizar a análise de trajetórias proposta por Pierre Bourdieu. De acordo com este autor, uma trajetória é a materialização das relações entre os agentes e as forças presentes no campo. Essa materialização resulta em uma trajetória, “que diferentemente das biografias comuns, descreve a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo escritor em estados sucessivos do campo literário” (BOURDIEU, 1996, p. 71). Ao considerar que em suas narrativas as entrevistadas explicitam distintas posições econômicas, culturais, sociais e educacionais ocupadas por mulheres com deficiência, no decorrer de suas trajetórias, estou convicta de que esta abordagem metodológica é compatível com os objetivos da presente investigação:

Objetivo geral: Analisar os efeitos das estruturas capacitistas e de gênero na experiência de desigualdades e múltiplas vulnerabilidades de mulheres com deficiência.

Objetivos específicos: i) mapear a bibliografia que articula gênero e deficiência no Brasil; ii) discutir a relação entre corpo e sexualidade de mulheres com deficiência à luz das desigualdades capacitistas e de gênero; iii) identificar experiências de desigualdades capacitistas e de gênero na vivência familiar de mulheres com deficiência; iv) apontar obstáculos e barreiras à inclusão escolar e profissional de mulheres com deficiência; v) refletir sobre o processo de opressão e vulnerabilidade de mulheres com deficiência em contextos de

violação e negação de direitos; vi) ressignificar as possibilidades de poder e participação das pessoas com deficiência à luz das perspectivas feministas.

A opção por esta metodologia reside no fato de que seus pressupostos teóricos e metodológicos fornecem elementos que colaboram para a compreensão da cultura de indivíduos e grupos que agem em determinado tempo e espaço da sociedade.

Uma trajetória pode ser entendida como a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos. Nessa perspectiva, os eventos biográficos e seus respectivos sentidos podem ser compreendidos dentro de um contexto no espaço social, ou seja, dentro de uma estrutura de distribuição dos diversos capitais econômico, político e cultural entre outros (BOURDIEU, 1996, p. 292).

Conforme dito pelo autor, a apropriação de dados relacionados à vida de um indivíduo oferece luzes para analisar a história e a cultura de grupos, por vezes bem sucedidos, por vezes desempoderados, categoria da qual fazem parte as mulheres com deficiência, público alvo deste estudo.

Compreendendo que há mulheres que já identificam os obstáculos decorrentes do capacitismo e das desigualdades de gênero, considero relevante registrar seus testemunhos como forma de expressar que sua vida e vulnerabilidade não se encerram nelas mesmas. Ao contrário, estão intimamente relacionadas com experiências de opressão e vulnerabilidade vivenciadas cotidianamente por seus pares.

Podría intentar contar la historia de lo que estoy sintiendo, pero sería una historia en la que el "yo" que trata de narrar se detiene en el medio del relato; el propio "yo" es puesto en cuestión por su relación con el Otro, una relación que no me reduce precisamente al silencio, pero que sin embargo satura mi discurso con signos de descomposición. Cuento una historia acerca de las relaciones que elijo sólo para mostrar en algún lugar de la marcha el modo como esas mismas relaciones se apoderan de mí y desintegran mi unidad (BUTLER, 2004, p. 49).

Ao fazer uso das trajetórias para reconstituir a vida de um indivíduo, é importante que, diferentemente do que ocorre em construções biográficas tradicionais, o/a pesquisador/a evidencie a ação de grupos socialmente desprivilegiados. Burke (1992) argumenta que esta é a história vista de baixo, ou seja, a história de indivíduos ou grupos cujas vozes foram abafadas e cujas ações foram mantidas no esquecimento, porque pertencem a grupos subalternos às classes sociais privilegiadas.

Esta metodologia, portanto, relaciona-se de forma consistente ao objeto de estudo da presente pesquisa, uma vez que mulheres com deficiência representam um grupo social em situação de vulnerabilidade, já que constituem parcela populacional histórica e socialmente

excluída. Nesse sentido, “a história oral de mulheres não apenas traz de volta à superfície parcelas da experiência histórica feminina, mas, também, contribui para enfocar os mecanismos de inclusão e exclusão que regem memórias públicas” (SALVATICI, 2005, p. 36).

Os mitos e crenças sobre pessoas com deficiência, em geral, são caracterizados por estereótipos que enfatizam sua deficiência como base de sua incapacidade e condição de inferioridade social, porque se assume que não podem aprender e que são dependentes por natureza (FERREIRA, 2014). De acordo com Figueira (2008), as lendas, uma das maiores tradições orais do Brasil, contribuem de forma negativa no tocante à exposição da imagem das pessoas com deficiência, uma vez que enfatizam a deficiência como algo feio ou mau.

Este estudo representa uma tentativa de contribuir para a desconstrução de tal estereótipo e imagem das pessoas com deficiência, em especial das mulheres com deficiência, na medida em que denuncia, inclusive do ponto de vista literário e midiático, a disseminação de estruturas capacitistas e de gênero desiguais das quais resultam experiências de adversidade e constrangimento.

A seguir, detalho o percurso metodológico com o objetivo de clarificar aspectos relevantes da metodologia como elemento chave orientador de minha ação como pesquisadora. Dessa forma, inicio com o detalhamento do processo de seleção das mulheres entrevistadas. Posteriormente, descrevo o caminho percorrido para a obtenção de seus relatos por meio de entrevistas, incluindo informações relevantes quanto a sua realização.

3.1 Sobre a escolha das entrevistadas

Nesta seção destaco os critérios adotados no processo de escolha das entrevistadas, iniciando pela relevância e papel desempenhado por tais mulheres no grupo social ao qual estão inseridas.

Com a história vista de baixo, outros personagens entram em cena e provocam novas leituras de pessoas que até então não tinham muita importância, visto que não tinham nem dinheiro, por exemplo. Mas essas mesmas pessoas possuem histórias; suas leituras de mundo em suas trajetórias de vida têm muito mais a revelar para a História do que se pensava, assim elas passam a ser também autores sociais importantes, ganhando, com essa biografia, notoriedade (SILVA, 2017, p. 81).

Este critério foi determinante para a escolha das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, cujos sujeitos são três mulheres com deficiência: uma mulher surda, uma mulher cega e uma

mulher com deficiência física, que exercem a docência no Campus I da UFPB, em João Pessoa. Nesse sentido, ao permitir, por meio da análise de suas trajetórias, que um grupo, histórica e socialmente silenciado, tenha a palavra, busco assegurar maior visibilidade às suas ações, do que, espero, possa resultar a formação de mentalidades menos capacitistas e desiguais, estimulando, dessa forma, a adoção de políticas públicas visando o respeito e a garantia de sua dignidade enquanto seres humanos.

Ao optar por entrevistar professoras com deficiência, considero que sua ação no ensino superior é um indicativo de lutas e enfrentamentos em meio a estruturas desiguais que afetam não somente aos membros de suas comunidades, mas a uma vasta população de mulheres ou homens em situação de vulnerabilidade.

Enquanto mulher cega, senti-me desafiada a ampliar o debate em torno de uma cultura da corponormatividade (MELLO, 2016) que, tanto no repertório popular, como no universo da pesquisa científica, ainda tem sido solidamente disseminada. Além disso, busco investigar a história de acadêmicas com deficiência, cujas trajetórias não se encerram nelas mesmas ou em seus corpos biologicamente limitados, mas ajudam a visualizar aspectos significativos que retratam a experiência sociocultural do coletivo de mulheres com deficiência nas últimas décadas.

Nesse sentido, Glat (1989, p. 31) afirma que histórias de vida, ou, no caso desta pesquisa, trajetórias individuais, “por mais particulares que sejam, são sempre relatos de práticas sociais: das formas com que o indivíduo se insere e atua no mundo e no grupo do qual ele faz parte”.

As palavras de Glat reforçam a relevância e as possibilidades de contribuição oferecidas pelo presente estudo, cujo foco não se fixa em três mulheres com deficiência em particular, mas em barreiras resultantes de estruturas capacitistas e de gênero que, potencializadas, geram experiências de extrema desigualdade, geralmente vivenciadas pela maior parte dos membros deste grupo social.

A biografia, perseguida no século XXI, trabalha com as particularidades de uma vida, não de maneira isolada ou atemporal, mas de maneira dialética entre acontecimentos e conjuntura, situando a vida individual no contexto geral, de modo que, em vez de simplificar a trajetória numa visão linear e teleológica, possibilita uma compreensão holística que pode variar do geral para o particular, ou vice-versa, num diálogo constante entre sujeito e contexto sócio-histórico (FIALHO, 2017, p. 26).

Dessa forma, ao fazer uso de trajetórias de vida, pesquisadores/as buscam encontrar elementos que possibilitem a compreensão da vida e da cultura de determinado grupo social,

neste caso, mulheres com deficiência, elucidando acontecimentos do tempo passado e apontando novas perspectivas de ações futuras. De acordo com Gonçalves e Lisboa (1998, p. 6), a noção de trajetória de Bourdieu, tomada como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente – ou mesmo grupo –, em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes”, permitiria deslocar-se do sujeito e situar acontecimentos biográficos em alocações e deslocamentos no espaço social.

Assim, mais que descrever acontecimentos relatados por estas professoras numa ordem cronológica, pretendo estabelecer um diálogo entre obstáculos capacitistas e de gênero identificados por elas, e as múltiplas formas de opressão que, ainda em nossos dias, ratificam posições sociais desiguais ocupadas por um considerável número de mulheres com deficiência.

Nessa perspectiva, no presente estudo advogo que, uma vez conscientes em relação às barreiras que produzem estruturas capacitistas e de gênero desiguais, é possível reunir mecanismos para enfrenta-las, visando, com isso, promover transformações no status econômico e social dos indivíduos a exemplo do que ocorreu nas trajetórias das três professoras entrevistadas.

Se as entrevistas, tomadas como fontes, são uma forma de nos aproximarmos da realidade (do passado e do presente), cabe perguntar o que podemos aprender especialmente com elas. Por que procuramos uma pessoa e pedimos que nos conte sua experiência em determinado acontecimento ou situação? (ALBERTI, 2004, p. 78).

Ao ouvir a experiência de vida das entrevistadas nesta pesquisa, busco encontrar elementos que ofereçam a mulheres com ou sem deficiência a possibilidade de transformar situações de crise em oportunidades de crescimento pessoal e coletivo (FARIAS, 2011) quer no espaço da academia, quer nos mais diversos ambientes onde suas vozes permanecem no anonimato.

3.2 Procedimentos de pesquisa

3.2.1 Do acesso e realização das entrevistas

Ao tomar a decisão de que os sujeitos da investigação seriam mulheres docentes que apresentassem distintos tipos de deficiência, o passo seguinte foi a realização de uma busca ativa junto aos núcleos ou comitês de acessibilidade das universidades federais brasileiras.

Para tanto, foi enviado via e-mail, carta ao núcleo/comitê (ver Apêndice A), visando verificar, além da presença, a incidência e a participação destas docentes no cenário universitário.

Em paralelo à circulação deste instrumento, visitei departamentos do Campus I da UFPB com a finalidade de contactar mulheres com deficiência que atuam como docentes e, assim, verificar seu interesse e desejo de colaborar como depoente na realização da presente pesquisa.

Concluída a etapa de busca, diante de quatorze núcleos/comitês de acessibilidade contactados via internet, menos de 50 % destes responderam a contento. O resultado deste trabalho, no qual não estava inclusa a UFPB, já que decidi realizar a busca pessoalmente nesta universidade, indicou a existência de 9 professoras com deficiência, a maioria atuantes nas regiões Sul e Sudeste do país, sendo 7 surdas e 2 com deficiência física.

É importante destacar que o avanço de professoras surdas no ensino superior, ocorrido nesta última década, deve-se à instituição da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em 2002, bem como à obrigatoriedade do ensino dessa língua em todos os cursos de Licenciatura no ano de 2005.

Ao finalizar este processo, tomei a decisão de entrevistar professoras de uma única instituição de educação superior, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB): Maria Aparecida Ramos de Menezes, Joana Belarmino de Sousa e Nayara de Almeida Adriano.

Mais que tão somente pela facilidade de acesso, já que também resido no Estado, optei por entrevistar estas professoras com a finalidade de evidenciar trajetórias nordestinas de sujeitos vulneráveis que, devido à cultura capacitista e às desigualdades de gênero, permanecem invisíveis no cenário nacional.

Optei ainda por entrevistar mulheres que apresentassem distintas deficiências (física, visual e auditiva), por razões que vão além dos obstáculos advindos do modelo médico, já que pretendo evidenciar as barreiras que negam a estas pessoas o direito ao acesso, à informação e à comunicação em igualdade de oportunidade com as demais.

No tocante ao processo de realização das entrevistas, considero importante afirmar, em primeiro lugar que, o fato de haverem se realizado em ambientes distintos, por si só já lhes dá um tom diferenciado.

A primeira entrevistada foi Joana Belarmino, por quem fui recebida em casa, num clima fraterno e aconchegante, no dia 15 de março de 2016. Não sei se em razão de ambas sermos cegas, ou em virtude dos contatos anteriores que já havíamos estabelecido, o fato é que nossa primeira conversa, aliás, a mais longa, se deu em seu quarto. Isso, a meu ver,

imprimiu um caráter de intimidade e confiabilidade o qual gerou, inclusive, a possibilidade de uma nova entrevista, desta feita por *skype*, o que, graças aos avanços tecnológicos, é perfeitamente possível a duas pessoas cegas.

Cida, por sua vez me recebeu no dia 12 de abril de 2016 na sede da Secretaria de Desenvolvimento Humano do Estado, onde, ao ocupar o cargo de secretária, assume, diariamente, uma agenda repleta de atividades, o que me levou a uma espera de cerca de duas horas. Finalmente, entre rápidas mensagens via *e-mail* ou *whatsapp* que respondia no decorrer da entrevista, conversamos por aproximadamente 1 h e 20 min, tempo em que, sem pressa, a professora demonstrou disposição e abertura para narrar sua trajetória, da infância à vida adulta. Posteriormente trocamos alguns e-mails e, após dois rápidos contatos, a professora autorizou a publicação das informações coletadas por ocasião da entrevista.

Diferentemente dos obstáculos arquitetônicos que enfrentei para chegar, sozinha, à secretaria ou à casa de Joana Belarmino, percurso que realizei de táxi, na entrevista com Nayara, a qual realizou-se na coordenação do curso de Letras Libras da UFPB, em 13 de maio de 2016, as principais dificuldades de acessibilidade relacionavam-se às possibilidades de comunicação entre nós. Nesse sentido, o fato da professora ser oralizada e sobretudo a presença do intérprete (o que na UFPB é assegurado sempre que se realizam atividades com presença de pessoas surda, mediante solicitação por meio de formulário próprio ao Comitê de Inclusão e Acessibilidade) no decorrer da entrevista foram determinantes para que Nayara relatasse, com segurança, elementos significativos de sua trajetória, desde o contexto familiar até o campo educacional e profissional.

Para a elaboração do roteiro das entrevistas, optei por não adotar perguntas fechadas, a fim de não limitar a resposta das entrevistadas. Assim, a partir das minhas experiências pessoais enquanto mulher com deficiência, no decorrer das entrevistas, utilizei questionamentos abertos, interpelando as narradoras a livremente expressarem seus sentimentos em relação a determinadas épocas, acontecimentos ou experiências que evidenciassem vulnerabilidade, ora decorrentes do capacitismo, ora por força das desigualdades de gênero.

As experiências adquiridas no processo de contato, realização, transcrição e reescrita das entrevistas, etapas que desenvolvi com autonomia, constituíram para mim momentos enriquecedores, uma vez que me possibilitaram a construção de uma série de novos conhecimentos relacionados ao universo da deficiência os quais aprofundarei posteriormente em minha atuação enquanto docente e pesquisadora da área de educação especial.

As falas das entrevistadas, contidas nos capítulos III e IV, são resultado das entrevistas realizadas nos meses de março, abril e maio de 2016, cujas autoras, Maria Aparecida Ramos de Menezes, Joana Belarmino de Sousa e Nayara de Almeida Adriano, serão identificadas a partir do seu primeiro nome, o que, a meu ver, facilitará a compreensão dos leitores e leitoras.

3.2.2 Seleção e organização de dados

Aqui, descrevo o processo de seleção e tratamento dos dados coletados, o que fiz com base em tecnologias que asseguram legitimidade e rigor científico à pesquisa.

“Se narrar é humano, o trabalho de biografização é uma ação civilizatória que exige o manuseio de tecnologias marcadas pela cultura que arrastam consigo relações de poder e implicam saberes, querer e deveres” (PASSEGGI, 2010, p. 104).

As palavras de Passeggi iluminaram o caminho que percorri durante o processo de escolha e organização dos dados, no qual procurei alinhar minhas intenções pessoais como pesquisadora aos procedimentos e técnicas cientificamente recomendados. Assim sendo, após a realização das entrevistas que ocorreram nos meses de março, abril e maio de 2016, procedi à produção de um texto bruto¹¹, no qual estão contidos, inclusive, ruídos e entonações que colaboram na elucidação de determinadas informações nem sempre reveladas nas palavras das entrevistadas.

O passo seguinte consistiu na releitura e na consequente reescrita destas trajetórias, com foco em experiências de desigualdades capacitistas e de gênero, que, a meu ver, retratam contextos vulneráveis vivenciados por mulheres com deficiência, que se aproximam do que também eu tenho experienciado como mulher cega.

Esta releitura me permitiu identificar possíveis categorias de análise, claramente explicitadas no quinto capítulo desta tese, por meio de experiências de desigualdades capacitistas e de gênero, manifestas no cotidiano de mulheres com deficiência, seja na sua relação com o corpo e a sexualidade, seja através de práticas de superproteção, discriminação e exclusão escolar, ou ainda por um contexto de violação e negação dos direitos humanos fundamentais.

¹¹ Esse texto bruto se encontra à disposição de pesquisadores e pesquisadoras interessados.

Finalmente, procedi à análise dos dados, através da qual estabeleço um diálogo entre as três entrevistas, em sintonia com o referencial teórico relacionado a gênero e deficiência, palavras chave utilizadas neste estudo e que definem parte da minha própria trajetória.

Se tento dar um relato de mim mesma, se tento me fazer reconhecível e compreensível, devo começar com o relato narrativo da minha vida. Mas essa narrativa será desorientada pelo que não é meu ou que não é só meu. E até certo ponto, terei de me fazer substituível para me fazer reconhecível. A autoridade narrativa do eu deve dar lugar à perspectiva e à temporalidade de um conjunto de normas que contesta as singularidades de minha história (BUTLER, 2015, p. 52).

Esta é uma experiência recorrente em minha trajetória como docente e pesquisadora cega diante de uma sociedade que, fundamentada em princípios capacitistas, está constantemente questionando a assertividade de ações desenvolvidas por indivíduos que fogem aos padrões corponormativos.

Eis o primeiro desafio: apesar da limitação visual, procurei me esforçar, por meio dos sentidos remanescentes, para apreender aquelas informações que as palavras das entrevistadas não descreveram suficientemente, o que é perfeitamente possível a uma pessoa cega, tendo em vista que são os sentidos remanescentes que nos ajudam a perceber o mundo e as coisas à nossa volta.

Desafio maior, no qual me lancei ao realizar esta pesquisa, foi o diálogo com uma professora surda. Neste sentido, se por um lado a comunicação por meio da palavra constitui experiência privilegiada de uma pessoa cega, a pessoa surda, por sua vez, enfrenta esta experiência como uma barreira, que se agrava em virtude da Língua Brasileira de Sinais ser raramente explorada pela cultura ouvinte.

O fato da professora Nayara ser oralizada, de certa forma, ajudou-me na compreensão, transcrição e interpretação da entrevista. Todavia, o papel do intérprete foi de fundamental importância neste processo, que se tornou ainda mais complexo por tratar-se de uma relação entre entrevistadora cega e entrevistada surda.

Para mim, reconstituir a trajetória de mulheres docentes com deficiência, constitui uma oportunidade ímpar de colocar no palco estes dois grupos que, como é possível perceber, ao longo da história, mantiveram-se apagados da cena. "Que interessante reconhecer que, em meio a conjunturas, em meio a estruturas, há pessoas que se movimentam, que opinam, que reagem, que vivem, enfim" (ALBERTI, 2004, p. 14). É este movimento, cujo olhar se volta para as possibilidades de poder e participação social de mulheres com deficiência, em meio a uma cultura machista e capacitista, que pretendo evidenciar no presente estudo.

3.2.3 Analisando os dados da pesquisa

Após um maior amadurecimento em relação ao uso de ferramentas necessárias a uma construção biográfica, por ocasião da análise dos dados, trabalhei com a convicção de que, mais que destacar feitos heroicos destas professoras, seus depoimentos deveriam culminar com a produção de um documento que convocasse mulheres com ou sem deficiência a

Rever conceitos historicamente produzidos e universalizados em torno de uma representação de mulher. Buscamos perceber as experiências, as definições vividas por elas, tanto individualmente como enquanto grupo, e entender como interpretam suas trajetórias, táticas e suposições, dilemas e alegrias (BÉLENS, 2008, p. 133).

Ao dar voz à prática individual de Cida Ramos, Joana Belarmino e Nayara Adriano, busco identificar elementos que se traduzem em experiências empoderadas de mulheres com deficiência, que ainda correspondem a uma minoria, se considerarmos que uma grande maioria permanece aprisionada por força de padrões culturais que as mantêm à margem da escola e da sociedade.

Segundo Butler (2015, p. 33), “o sujeito sempre faz um relato de si mesmo para o outro, seja inventado, seja existente. E o outro estabelece a cena de interpelação como uma relação ética, mais primária do que o esforço reflexivo que o indivíduo faz para relatar a si mesmo”. Foi este compromisso ético para com a comunidade pesquisada que moveu a realização da presente pesquisa. Neste sentido, acredito poder contribuir contribuindo para que nós, mulheres com deficiência, a partir do lugar que ocupamos e das comunidades nas quais atuamos, encontremos mecanismos de poder e enfrentamento das desigualdades capacitistas e de gênero, o que não se fará sem a eliminação das barreiras que utilizam esquemas corporais para padronizar pessoas e grupos sociais.

Como aponta Vasconcelos (2006, p. 63), “contar a própria vida é também contar uma época histórica, um momento específico, um lugar, uma cultura formada de um coletivo de histórias”. Assim, ao penetrar os meandros da vida das entrevistadas, possibilitarei que rebuscassem sentimentos, pessoas e acontecimentos que marcaram sua vida, sua época e, o que para mim é mais importante, resgatassem experiências significativas relacionadas à vida, à cultura e a contextos de opressão historicamente vivenciados por mulheres com deficiência.

Ainda segundo Vasconcelos (2006, p. 63), “devemos entrar no universo dessas pessoas um pouco a convite delas mesmas. Assim retornamos à necessidade de conceber uma relação íntima, geradora de confiança, a fim de que possamos chegar ao núcleo emotivo de nosso interesse de pesquisa, o coração da demanda”. É nesta relação salutar, pesquisadora

versus pesquisada, que esta última vai aos poucos revestindo-se de condições que lhe permitirão rever aspectos de sua vida, e assim dar um significado novo às suas ações.

Compreender a própria vida implica poder abraçá-la, cercá-la e reconstituí-la, segundo os autores, pelo fato de enriquecer seu percurso.

3.3 Dilemas éticos da pesquisa

Ao reconstituir as trajetórias familiar, escolar e acadêmica de mulheres com deficiência, a partir de experiências que por vezes se misturam à minha própria história, estou ciente quanto aos riscos de interferência que a conjunção de experiências tão similares poderá trazer ao meu trabalho de pesquisadora.

Diante destes riscos, Paulilo (1999, p. 3) adverte que sendo o/a pesquisador/a membro da sociedade, cabe-lhe o cuidado e a capacidade de relativizar o seu próprio lugar ou de transcendê-lo de forma a poder colocar-se no lugar do outro. Mesmo assim, a realidade, familiar ou inusitada, será sempre filtrada por um determinado ponto de vista do observador, o que não invalida seu rigor científico. Em todo caso, para alcançá-lo, será de fundamental importância que se estabeleça uma relação plena de confiabilidade entre entrevistador/a e entrevistado/a.

Embora se tenha conferido, ao longo de sua história, um caráter de neutralidade à ciência e, por conseguinte, a seus métodos, é visível que, em se tratando de ciências humanas, e até mesmo em relação às ciências naturais, isto já não é possível. O que ocorre é que, ao desenvolver uma pesquisa, o/a pesquisador/a traz consigo, no mínimo, uma intenção que perpassa todas as etapas da pesquisa. Tal fato é mais evidente quando o/a pesquisador/a é elemento constitutivo da comunidade pesquisada.

Neste sentido, não haveria como me lançar em um trabalho deste porte deixando para trás meu envolvimento e, mais que isto, minha experiência como mulher, docente e cega, já que na família, na escola e na universidade também me deparei com uma série de obstáculos capacitistas e de gênero.

A meu ver, tal envolvimento pode ser positivo, uma vez que sendo um membro ativo e comprometido com a comunidade pesquisada, trabalho com o propósito de identificar suas reais necessidades e, assim, por meio da pesquisa, descobrir elementos que colaborem para dar respostas a seus anseios e inquietações.

Estou ciente de que meu envolvimento com o objeto de estudo pode comprometê-lo e até interferir nos resultados da pesquisa. Tal fato caracterizou-se como um dilema ético, que

me esforcei para ir superando no decorrer de sua realização. Assim a aplicação do método foi determinante para enriquecer minhas experiências pessoais a partir dos novos conhecimentos que emergiram dos dados coletados.

Atenta a estes dilemas, mas, sobretudo por acreditar na importância e na relevância da pesquisa, a submeti ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), que a aprovou por meio do parecer número 1.560.2016.

A realização deste estudo quer oferecer, não somente a mulheres com deficiência, mas a todos os grupos vulnerabilizados de nossa sociedade, conhecimentos que venham suscitar novas reflexões e, conseqüentemente, novas práticas, no propósito de encorajar a todos/as a fim de que se engajem na luta pela construção de uma sociedade inclusiva.

Com este estudo, espero oferecer ao movimento de mulheres e aos ligados às pessoas com deficiência, um trabalho que lhes sirva como um instrumento a mais na luta em favor de sua emancipação social.

Ao adotar a história oral como método de pesquisa, faço referência às palavras de Meihy (2007, p. 166):

História oral é um documento transitório, que tem valor do momento em que é textualizado e transcrito – o que não é negativo –, pois mostra seu valor interventivo e transformador de realidades, que estavam, de certa forma, estagnadas em padrões repetitivos de pensar, sentir e agir.

Diante destas palavras, espero que os achados da presente pesquisa venham responder aos desafios dos novos tempos, contribuindo para a adoção de práticas de intervenção e transformação das realidades socioculturais sexistas, racistas, capacitistas e, por isso mesmo, estagnadas, que vulnerabilizam mulheres, pessoas com deficiência, pobres, negros e outros grupos aos quais são negados o direito à cidadania e à igualdade de condições e oportunidades.

4 INTERSECÇÕES, GÊNERO E DEFICIÊNCIA: NARRANDO AS TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS DAS ENTREVISTADAS

As trajetórias de Cida, Joana Belarmino e Nayara, apresentadas neste capítulo, revelam o quanto a força de uma cultura da corpo normatividade ainda se faz sentir em nossa sociedade. Por meio de seus testemunhos, estas mulheres identificam experiências capacitistas que, decorrentes de limites corporais físicos ou sensoriais, resultam, para o coletivo de mulheres com deficiência, em uma série de obstáculos que materializam experiências de desigualdade e exclusão social.

4.1 Uma releitura da deficiência física na perspectiva feminista

Nesta sessão, apresento a trajetória familiar, escolar e acadêmica da professora Cida Ramos, elencando obstáculos capacitistas e de gênero, que, desde a infância até sua inserção profissional, a caracterizavam como uma pessoa diferente, já que seu corpo não atendia aos padrões culturais estabelecidos como normais.

Nestas páginas, evidencio experiências de exclusão de mulheres que, em proporções elevadas, adquirem deficiência física pela ausência de prevenção, ora por parte da família, ora por parte do Estado, seja por meio de epidemias que, em décadas passadas afetaram todo território brasileiro, seja por meio da violência urbana que, atualmente, é a maior causadora desta deficiência no país.

Assim, tal qual se verificou com as epidemias, quando se pensa em prevenir a deficiência, torna-se necessário investir em práticas de combate e prevenção da violência urbana. Para se ter uma ideia, uma pesquisa realizada pelo IBGE (2014), em convênio com o Ministério da Saúde, revelou que 5,5% da população brasileira adquiriu lesão provocada por acidentes, agressões ou violência.

Nascida em 1965, no município de Sapé/PB, Maria Aparecida Ramos de Menezes, popularmente conhecida como Cida Ramos, casada, mãe, doutora em Serviço Social, professora do Departamento de Serviço Social da UFPB e Secretária de Desenvolvimento Humano do estado da Paraíba, como a maior parte das pessoas com deficiência que nasceram em sua época, adquire deficiência física aos três anos, quando é acometida de paralisia infantil, decorrente de um grande surto que desde a década de 1950 acometia o país.

Neste sentido há indicativos de que “a partir de 1950, foram descritos surtos em diversas cidades, com destaque para o de 1953, a maior epidemia já registrada no Brasil, que

atingiu o coeficiente de 21,5 casos por 100 mil habitantes, no Rio de Janeiro” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 28).

O fato de Cida estar apresentando um quadro febril levou sua avó, que, aliás, exerceu forte influência na formação da personalidade da professora, a decidir que, diferentemente de seus primos e suas seis irmãs, a mesma não participaria da campanha de vacinação contra a pólio ocorrida naquela época. Para seus pais, no primeiro momento foi assustador. Os temores advindos do capacitismo os perturbavam. Para eles a deficiência era algo estranho e desconhecido, já que não havia pessoas nesta condição na família, na vizinhança e entre o ciclo de amigos. Todavia, apesar da constante preocupação por não saber como lidar com a deficiência, a professora destaca que: *“Minha mãe foi muito valente, porque eu sou de Sapé e ela vinha todos os dias fazer reabilitação comigo aqui em João Pessoa. Ela procurava ao máximo não fazer diferenciação entre as filhas e tudo que as minhas irmãs faziam eu tava lá no meio”* (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).¹²

Cida passou a maior parte da infância ao lado de sua avó, cujo repertório era marcado pela experiência cultural advinda do senso comum. Apesar de impedir que a menina participasse da campanha de vacinação contra a pólio, sua avó a ensinou desde cedo que era preciso conviver com a deficiência e, diante dela, adotar estratégias de participação nos mais diversos grupos e nas mais variadas situações.

“Embora não tivesse ensino formal, ela era uma mulher muito sábia. E, desde pequena, ela me disse que o mundo ia ser mais difícil pra mim e que eu iria ter mais dificuldades para executar as ações que as outras pessoas executavam, mas que o mundo também poderia ser meu” (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

Atualmente, crianças e jovens com deficiência têm a seu favor um marco regulatório que lhes permite transitar livremente, na escola e fora dela, de forma que, ao menos do ponto de vista legal, esta condição não se caracteriza como impedimento a sua participação.

Tal fato deve-se à expansão de um movimento mundial em torno da educação inclusiva, o qual se caracteriza como “uma ação política, cultural, social e pedagógica desencadeada em defesa do direito de todos no sentido de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (BRASIL, 2008, p. 2).

¹² MENEZES, M. A. R. de. **Entrevista II**. [abr. 2016]. Entrevistador: Adenize Queiroz de Farias. João Pessoa, 2016.

No entanto, a conjuntura sociocultural e familiar que regulou a educação de Cida, fortemente sustentada nos pilares capacitistas, convertia-se em experiências bem distintas deste ideal, que, na prática, ainda não foram superadas.

“Na cidade de Mari sempre tinha uma festa de São Sebastião. E um dia, quando a festa terminou, já de madrugada, vovó pediu ao dono do parque que abrisse a roda gigante, e ela foi, só tínhamos eu e ela na roda gigante” (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

Práticas como estas decorrentes dos limites advindos do modelo médico da deficiência, caracterizam essa condição como uma tragédia pessoal. O fato de sua avó haver levado a menina a roda gigante de madrugada, quando todos haviam deixado a festa, indica que a deficiência é matéria de âmbito privado e que, por causar estranhamento em virtude de padrões corporais fora da norma, convém, quando possível, evitar relações de convivência na esfera pública.

Possibilidades de ruptura diante dessa lógica capacitista são apontadas pelo modelo social, o qual argumenta que “[...] sentir-se deficiente dependerá do contexto social e da trajetória pessoal na construção da experiência com a deficiência, na qual a identidade é formada, refutando ou aceitando alguns atributos” (MARTINS; BARSAGLINI, 2009, p. 114).

Como ocorre na maior parte dos ambientes familiares onde há crianças com deficiência, desde a infância, Cida conviveu em um espaço hostil diante de sua condição, o que a levou a desenvolver atitudes de poder e de liderança, o que, de acordo com ela mesma, foi determinante no enfrentamento dos embates que mais tarde haveria de travar na vida pública. Desta forma, ela destaca:

Eu tinha até uma certa liderança entre as irmãs. Elas iam mais pelas minhas conversas e pelo que eu indicava e até pra fazer trela, pra desobedecer, elas iam muito a partir das minhas indicações. E isso aí possibilitou um ambiente em que eu fosse muito resistente do ponto de vista do preconceito (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

Desafio ainda maior a ser enfrentado por ela e por sua família foi a necessidade de assumir publicamente a condição da deficiência, em meio a conjuntura econômica e cultural na qual as relações eram estabelecidas com base no modelo médico, de acordo com o qual “os indivíduos eram classificados como “normais”, ou seja, os que possuíam as funções e características biológicas perfeitas, que se constituíam de um “corpo e uma mente sã”, e “anormais” que, ao contrário dos primeiros, eram imperfeitos do ponto de vista biológico” (GLAT; ANTUNES, 2012, p. 3).

A meu ver, esta é uma concepção ainda disseminada, se considerarmos que, para muitas pessoas com deficiência, a vida, de fato, se encerra nos limites de seu corpo. Paradoxo que, para Cida resultou em uma trajetória marcada por uma série de conflitos, com os quais ela passa a conviver nos primeiros anos de sua vida. A respeito deste período inicial de sua vivência, ela comenta que:

Minha mãe arrumava as sete filhas e colocava na calçada. Eram sete banquinhos. E eu lembro que quando eu tinha assim uns sete anos, por aí, passavam uns moleques na rua e mangavam muito de mim. E qual foi a minha reação? Eu peguei um pedaço de tijolo e meti neles, entendeu? Isso deu uma polêmica, gerou uma confusão (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

Experiências de desigualdade ainda mais fortes ficaram registradas na memória da professora. Os posicionamentos capacitistas de seus pais revelam que, quando se trata de uma mulher com deficiência, ampliam-se as práticas de superproteção, resultantes de uma cultura que privilegia a infantilização e a dependência familiar, ainda recorrente para uma significativa parcela da população de pessoas com deficiência. Ao se referir à sua relação com os pais, neste contexto, Cida rememora situações semelhantes.

Outro dado que eu me lembro muito era meu pai que tinha mais dificuldade de aceitar essa deficiência. Minhas irmãs tinham que estudar, ganhar o mundo e se fazer por si próprias. Ele dizia que só tinha obrigação comigo e com minha mãe. Isso aí foi muito forte pra mim, na minha infância (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

De acordo com a entrevistada, sua família não tinha grandes posses, mas não enfrentava dificuldades financeiras. A renda do pai, que era caminhoneiro, garantia alimentação, roupa e educação a todas as filhas. O fato de ter uma madrinha com deficiência visual e de, aos 12 anos, estar inserida no GEN, (grupo de jovens ligado à igreja) foi determinante para sua afirmação como pessoa e para o modo pelo qual reinventava situações em meio à estrutura familiar capacitista na qual convivia.

Na época de escolarização da professora, havia uma total despreocupação governamental em relação ao ingresso de pessoas com deficiência no ensino comum. Como resultado da política de educação inclusiva, hoje a presença destes estudantes na escola regular vem alcançando índices nunca vistos na história do país, totalizando 698 mil matrículas no ano de 2014 (BRASIL, 2015). No entanto, garantir a matrícula aos estudantes com deficiência, não é condição suficiente a sua educação, “tanto a família quanto a escola, devem conscientizá-los politicamente, para que continuem lutando contra o poder que os subestima” (SANTOS, 2009, p. 24).

Foi nesta perspectiva que, diferente do que ocorria com a maior parte dos estudantes com deficiência, geralmente segregados nas escolas especiais, Cida frequentou a escola regular do município de Sapé. Desta época, ela destaca a importância de seus professores, que eram todos universitários, no processo de sua formação política, determinante diante dos embates que haveria de enfrentar mais tarde. *“A minha trajetória teve elementos muito positivos, com esses professores, com a capacidade de conversa, de acesso à informação”* (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

A cobrança dos pais para que todas as irmãs estudassem era recorrente. Quando ingressavam no segundo grau, vinham para João Pessoa, onde permaneciam até a conclusão do curso superior. *“Quando chegou a minha vez, aí o problema estava criado, porque pra mim necessitava de uma estrutura maior. E eu lembro que alguns tios meus diziam: “Não! pra que vai levar essa menina? Bote uma máquina de costura!”* (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

Esta é uma prática comumente vivenciada por jovens com deficiência que, quando chegam a ingressar no mercado de trabalho, geralmente ocupam posições subalternas, reservando-se a ambientes domésticos ou a atividades manuais repetitivas, sem maiores perspectivas de impacto ou visibilidade social.

Mais que nas trajetórias de Joana Belarmino e Nayara, é nítido em Cida o compromisso de combater as desigualdades femininas, desafio que ela enfrenta já no ensino médio, ocasião em que se depara com seus primeiros embates políticos, visando à conquista de espaços até então reconhecidamente masculinos. *“O Centro Cívico era composto de meninos, e eu ousei dizer que eu queria participar desse negócio”. E o diretor me chamava... Enfim, a gente acabou impondo a presença feminina nessa instância”* (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

A carência econômica é fato comum a uma parcela significativa da população de mulheres com deficiência, a quem falta principalmente uma formação política e humana que lhes ofereça condições de realizar escolhas conscientes, visando à superação dos desafios postos por uma sociedade ainda despreparada para responder às suas demandas. Daí a necessidade de que governo e sociedade civil estimulem o empoderamento destas mulheres que, consiste, de acordo com Fisher *“en la adquisición del poder para manejar y comprender la vida propia y influir en torno, implica el fortalecimiento individual, autoestima y confianza*

en las propias capacidades, pero también capacidad de influir en torno inmediato” (informação verbal)¹³.

É dotada desta consciência que Cida faz a opção de tornar-se assistente social, o que, de acordo com seus próprios relatos, foi determinante para a melhoria de suas condições econômicas, mas, sobretudo, para consolidar sua atuação em defesa dos direitos dos grupos vulneráveis.

Meus professores e o diretor 2001 diziam: "Vá prá área jurídica". E eu por outro lado era muito boa em Física. Eu ganhava até os simulados que tinha. Sempre as maiores notas em Física eram minhas. Então eu pensava em fazer Física, sonhava em ser uma Física Nuclear, uma coisa assim, mas acabei no Serviço Social. Eu acabei no Serviço social porque eu achava que era um curso que tinha muita relação com as pessoas. Então a escolha foi muito por aí. Eu gostava e ainda gosto muito de trabalhar com gente. Então a escolha pelo serviço social foi muito centrada nessa possibilidade de trabalhar com pessoas e de discutir políticas públicas (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

Essa consciência política, progressivamente construída na trajetória de Cida, certamente foi consequência das barreiras à acessibilidade que, ainda jovem, ela precisou enfrentar para o alcance de seus objetivos. Um de seus depoimentos explicita bem esta situação.

Quando eu tinha 17 anos, pra ir pra escola eu saía de Cruz das Armas, andava duas quadras pra pegar um ônibus pra vir pra lagoa e depois pegar outro pra ir pra universidade. Eu andei a minha vida inteira de ônibus. Eu só vim ter acesso a bens, só vim ter acesso a carro, depois que eu terminei o curso, que fui fazer meu mestrado. Quando eu fiz o mestrado a gente já tinha uma bolsa que era muito boa. E desse dinheiro eu sempre ajudei em casa (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

O fato de uma mulher com deficiência ir além da docência, ocupando na universidade e em uma secretaria de estado, cargos de chefia, até então exercidos exclusivamente por homens, causou certo estranhamento, resultando em embates frente a concepções capacitistas e de gênero desiguais e, por isso mesmo, excludentes, o que possibilitou uma visibilidade ainda maior a sua trajetória política, dentro e fora da universidade.

A invisibilidade feminina, que se potencializa quando se trata de uma mulher com deficiência, pode ser claramente observada ainda em nossos dias. Em geral, estas mulheres são desacreditadas pela sociedade, o que exige delas próprias considerável esforço no sentido de superar, intrínseca e extrinsecamente, aquelas concepções centradas no biopoder, as quais

¹³ Palestra concedida no I Foro Latinoamericano de Mujeres con Discapacidad Visual, realizado no Panamá em 24 nov. 2015.

excluem da participação pública aqueles corpos esteticamente estranhos, ou incapacitados do ponto de vista da produção econômica. Diante disso, percebe-se que

[...] a mulher com deficiência tem que estar sempre duplamente lutando para ocupar seu espaço social, no estudo, no trabalho e na vida afetiva, uma luta árdua para ser atendida em suas especificidades, reconhecida como mulher, cidadã e contribuir cada vez mais para o respeito à diversidade das pessoas com deficiência (DANTAS, 2013, p. 09).

A trajetória de Cida, que, embora distanciada dos movimentos de pessoas com deficiência, compreende o preconceito que esta condição lhe impõe, parece surpreendente inclusive ao seu círculo de amigos, em geral condicionados aos modelos capacitistas, o que, aliás, ocorre em grande parte da sociedade, que, por não conhecer, rechaça o potencial das pessoas e, particularmente, das mulheres com deficiência.

“Uma coisa que os meus amigos sempre me disseram: “Eu não consigo lhe ver como pessoa com deficiência”, o que também já é um preconceito. Isso é porque eu sou uma pessoa muito elétrica, muito agitada, a minha cabeça pensa rápido demais” (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

Na verdade, de acordo com o modelo médico, pessoas com deficiência ficam realmente consideradas incapazes de realizar determinadas tarefas. Entretanto, para o modelo social, que concebe a deficiência como um conceito político em evolução, (NAÇÕES UNIDAS, 2006), ambientes favoráveis possibilitam a ruptura diante de experiências ou situações restritivas.

“Eu viajava o Brasil inteiro com uma mochila nas costas, sozinha, de ônibus, eu ia pra todo canto, pra São Paulo, pra Brasília, pra Gramado, pra onde fosse” (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

Nesta direção, a efervescência política da época estimulava o compromisso com as causas sociais, o que, para Cida, se caracterizou como um contexto favorável que lhe permitiu romper os limites físicos de sua condição de deficiência e, assim, percorrer o Brasil, repleto de estruturas físicas e sociais pouco ou nada acessíveis, a fim de engajar-se nas lutas coletivas.

Além das barreiras arquitetônicas, numa sociedade que privilegia valores aparentes, mulheres com deficiência são, o tempo todo, categorizadas como seres anormais, porque não correspondem aos padrões de estética e beleza formalmente instituídos.

Neste sentido, Silveira argumenta que “Se durante muitos anos a mulher não teve direito de escolha sobre o próprio corpo apenas pelo fato de ser mulher, a mulher com

deficiência sofre duas vezes o preconceito: sofre o preconceito de gênero e o da deficiência” (SILVEIRA, 2012, p. 364).

Em seus relatos, Cida reconhece haver vivenciado esta experiência sobre a qual afirma: *“Certamente que a deficiência interfere até porque se tem um padrão de beleza, um padrão de mulher que nós não representamos”* (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

Em suas palavras, Cida registra a experiência de um considerável número de mulheres com deficiência que, devido à ação reguladora da corponormatividade, são impedidas de casar ou de construir vínculos afetivos diante de pessoas ou grupos para quem a deficiência é considerada como uma condição marginal.

“A família do meu esposo, eles não me aceitaram. Não posso dizer todos, mas a mãe e o pai, muita resistência. Nós casamos, mas eu passei oito anos sem conviver com a família dele” (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

Esta narrativa indica que os aspectos socioculturais que geram a exclusão da mulher com deficiência na esfera pública se refletem, de igual maneira, nos espaços privados, materializando-se por meio de discursos e práticas que versam sobre sua incapacidade para a constituição de vínculos familiares.

Nessa lógica, *“Sob o olhar da sociedade, os papéis de esposa, mãe e cuidadora não são alcançados porque elas são vistas como incapazes de se relacionar sexualmente e, consequentemente, gerar filhos”* (CARVALHO; BRITO, 2014, p. 393).

O casal já havia decidido por uma vida sem filhos, visto que os médicos descartavam essa possibilidade. Todavia, ao engravidar, Cida identifica na maternidade uma experiência de poder, que possibilitou a mudança no olhar e na relação com os membros da família de seu marido que, até então, a consideravam incapaz de desempenhar este papel. Em suas palavras:

Os médicos antes diziam que eu não ia poder ter filhos. E isso aí a gente, como casal, já tinha combinado que ele não queria também adotar e a gente vivia tranquilo. Essa gravidez veio com preocupação na família, se eu poderia ter ou não essa filha, qual era o risco? Tive a menina. Parto Cesário. Mas andei até o dia de ir pra maternidade de muletas, barrigão. E depois do nascimento da minha filha, da primeira, a minha sogra, que era a madrinha dela, passou a ter uma relação diferente. Eu passei a frequentar, né? Passei a uma aceitação na família (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

A noção capacitista que associa deficiência a impossibilidades, assim como, extremas situações de dependência, constitui fato recorrente em um grande número de famílias. Nesse sentido há, por um lado, membros que exploram as pessoas com deficiência e fazem uso dos benefícios previdenciários que estas recebem. Por outro lado, há casos em que pessoas com

deficiência são consideradas como um fardo, necessitando, dessa forma, de assistência e cuidados permanentes por parte dos membros “normais” de sua família, conforme pensavam as filhas de Cida: “*Mainha, quando a gente crescer vamos tomar conta de você*”. Eu digo: “*De jeito nenhum, porque quando vocês crescerem, eu quero tomar conta de mim, como também não quero tomar conta de vocês a vida inteira. Eu quero que vocês voem*”. Então eu acho que é essa relação que fortalece uma perspectiva feminista, uma perspectiva de gênero na sociedade (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

A liderança desempenhada por Cida na família, na universidade ou à frente da Secretaria de Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba, evidencia uma trajetória de quem assume publicamente os riscos de sua condição. Entretanto, em suas falas, ela reconhece que não se identifica com os movimentos de pessoas com deficiência, o que, a meu ver, trata-se de uma concepção capacitista herdada da convivência com seus pais e com sua avó. Assim sendo, em seus discursos, a professora afirma que a causa dos direitos humanos constitui uma questão mais ampla.

Eu tive contato com pessoas ligadas ao movimento da deficiência. Mas é interessante, porque eu nunca quis me inserir nesses movimentos, porque eu sempre achava que... (silêncio). Pode até ter sido um preconceito meu, porque o fato de ser deficiente não me livra de preconceito. Mas eu nunca gostei de ficar presa, eu achava que a luta era mais geral, que era importante, mas não única à luta da pessoa com deficiência. Ela tinha que se inserir numa mais ampla, que era uma luta de transformação da sociedade. Então minha participação nunca foi de protagonista, ela sempre foi mais secundária nesses movimentos, eu participava de encontros, mas não protagonizando, era sempre como coadjuvante (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

Apesar de ciente de que sua trajetória distingue-se da realidade sociocultural excludente de seus pares, a professora reconhece que os passos percorridos, desde sua chegada à escola, até o exercício dos cargos mais elevados, constituem experiências de enfrentamento em meio aos inúmeros obstáculos capacitistas e de gênero desiguais, com os quais se deparou no decorrer deste percurso.

No entanto, ela tem consciência de que sua experiência não pode ser tomada como modelo diante de outras mulheres com deficiência que, conforme denunciavam as ativistas deste movimento, por conviverem em ambientes marcados por extremas desigualdades, não encontram condições de lutar por uma vida mais justa.

Eu acho que não é questão de exemplo, porque eu detesto ser exemplo, já que a realidade da mulher e da pessoa com deficiência ainda é muito dura. Eu digo que a minha trajetória não é a trajetória da ampla maioria das pessoas com deficiência, portanto não pode botar um sinal de igualdade, não é essa a realidade. Eu conheço

muita gente com bastante capacidade, bastante potencial e que não tem ainda as condições mínimas para se inserir numa escola, pra ter uma vida de mais sociabilidade. Então, não gosto muito de ser exemplo (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

Cida é conhecedora dos desafios que a deficiência produz na vida da mulher, da mãe, da profissional. No entanto, ao compreender que estas desigualdades afetam qualquer mulher, independentemente de sua condição biológica, ela reconhece que precisa ser ela mesma, a primeira a enfrentar estes embates, assumindo-se como sujeito responsável por suas escolhas e consciente de seu papel social.

Uma mulher com deficiência tem todas as necessidades que qualquer mulher tem. Nós nos inserimos num gênero e nós temos problemas afetivos, nós temos problemas profissionais, quando somos mães nós temos problemas de relacionamento com os filhos... Qual é a grande questão? É que pra gente a vida exige ainda mais do que pra outra pessoa, exige que a gente vença os medos, vença os limites, que a gente supere os preconceitos, que a gente procure um espaço. Eu acho que a gente tem que se colocar da mesma forma. Com os filhos também (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

É esta consciência, que, em geral, falta à maior parte das famílias, das escolas, dos médicos, etc. Tal fato interfere diretamente na alteridade de meninas e mulheres com deficiência que, em grandes proporções, consideram-se incapazes de realizar escolhas e tomar decisões por conta própria.

A releitura da trajetória de Cida Ramos é uma experiência significativa, na medida em que oferece a possibilidade de rever o caminho percorrido pelo movimento da pessoa com deficiência. Ao conviver com preconceito, decorrente de concepções corpo-normativas, que afetam significativamente a vida da mulher com deficiência, sua atuação como estudante, docente e gestora revela atitudes de abertura e diálogo com segmentos sociais mais amplos. Somente assim será possível a superação das culturas capacitista e de gênero desiguais que, ainda em nossos dias, caracterizam-se como obstáculo à inclusão escolar e social destas pessoas.

4.2 Capacitismo e Deficiência Visual: uma chave para compreensão da Invisibilidade Feminina

Nesta sessão, apresento os olhares de uma mulher com deficiência visual nascida no ano de 1957, que, interpelada a rever sua trajetória no tempo presente, faz uma releitura de acontecimentos marcantes, desde a infância aos tempos presentes, destacando experiências

capacitistas que ainda hoje excluem mulheres da participação na vida pública em razão de sua condição de deficiência.

Nascida em Angico Torto, povoado situado entre os municípios pernambucanos de Itapetim e São José do Egito, região que faz fronteira com o estado da Paraíba, a jornalista e professora universitária Joana Belarmino de Sousa é uma das filhas do meio numa família de treze irmãos, entre os quais sete são pessoas com deficiência visual. *“Eu sou filha de pais camponeses, meu pai era agricultor, minha mãe é doméstica. Eu passei a minha primeira infância num sítio lá nesse município de Itapetim”* (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).¹⁴

Tão desafiadora quanto à condição biológica daqueles sete irmãos era a realidade socioeconômica e cultural de toda família, cuja sobrevivência provinha do trabalho agrícola em terras arrendadas pertencentes a latifundiários da região.

Seis décadas se passaram e apesar dos avanços na legislação que assegura os direitos humanos às pessoas com deficiência, os desafios ainda persistem, particularmente para as residentes nas localidades rurais, que em muitos casos sequer chegam a ser identificadas. Assim sendo, “o que sabemos sobre a situação em que estão vivendo as pessoas com deficiência nos locais mais afastados dos centros urbanos é insuficiente para que qualquer política pública seja realmente eficaz” (RIBAS, 2011, p. 21).

Este quadro se agrava quando associado à cultura do conformismo, negando a uma parcela expressiva da população de pessoas com deficiência a possibilidade de visualizar horizontes mais promissores. *“Em relação à cegueira, minha e de meus irmãos, minha mãe, assim como a maior parte das mães de crianças com deficiência, particularmente as da zona rural, reagia de maneira resignada. ‘Deus quer isso, Deus quer assim...’”* (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

No sítio Angico Torto, onde Joana Belarmino viveu os primeiros anos de sua infância, a casa era de taipa e as crianças pequenas dormiam em rede. No entanto, o quintal e a geografia do entorno eram um ambiente rico em elementos que favoreciam a exploração dos sentidos remanescentes. *“Perto da roça onde o meu pai trabalhava tinha uma caverna e a gente brincava ali, naquela caverna. Eu brincava com pedra, com terra, com pedaço de pau”* (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

Mais que tão somente uma atividade lúdica, a brincadeira é ferramenta vital ao desenvolvimento de crianças cegas, muitas das quais, tanto na família como na escola, por

¹⁴ SOUSA, J. B. de. **Entrevista I**. [mar. 2016]. Entrevistador: Adenize Queiroz de Farias. João Pessoa, 2016.

força de concepções capacitistas, são cotidianamente privadas deste direito, acarretando em sérios prejuízos a sua aprendizagem e ao contato com o mundo exterior. Estudos na área da deficiência visual revelam que, para estas crianças,

A utilização do brinquedo é de fundamental importância para aproximação das mesmas ao mundo real, oportunizando a exploração do referido recurso pedagógico de maneira concreta, tendo a percepção tátil enquanto principal meio de interação na ação educativa, bem como estimulando a criança para reconhecimento das formas e funções de cada brinquedo, proporcionando assim relação entre o imaginário e o mundo real da própria criança (TELLES, 2014, p. 11).

Como ocorria na maior parte das numerosas famílias do interior nordestino nos anos 50 e 60, Joana Belarmino e seus irmãos vivenciaram períodos de intensa precariedade econômica e material. Aos pais faltavam, inclusive, informações sobre o que deveriam fazer em relação à educação daquelas sete crianças cegas. Por um lado, tal fato foi positivo, já que as atitudes de superproteção, normalmente praticadas por pais de crianças com deficiência, eram forçosamente dedicadas aos filhos mais novos, independentemente destes serem cegos ou não. No caso específico de Joana Belarmino, ela narra que não sentia que houvesse superproteção.

Nós podíamos fazer tudo que os que enxergam faziam. Como minha mãe tinha muito filho, ela protegia sempre os mais novos, que eram o bebê de colo e o depois, independente de ser ou não cego. Pelo contrário, a gente era muito solto, porque a gente vivia no mato. Eu me lembro muito que a gente tinha a rotina de todo dia ir buscar água. E eu me lembro que minha mãe, geralmente, ela levava duas latas e os irmãos mais velhos também levavam uma ou duas latas, fossem cegos ou não (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

O fato de desde cedo precisar colaborar para a sobrevivência diária da família, fez de Joana Belarmino uma mulher consciente das dificuldades econômicas e sociais enfrentadas, em meio a situações igualmente decorrentes da deficiência e da pobreza. “A gente, os pequenos, não tinham escova de dente. Isso hoje a gente tem que contar pra que as pessoas compreendam... Era muito difícil” (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

Diante de uma sociedade ainda assistencialista, este estado de consciência é uma postura necessária no combate a atitudes de vitimização e acomodação por parte de pessoas que se escondem detrás de uma deficiência ou condição social.

Para Joana Belarmino, é preciso que mulheres com deficiência recebam informações em relação à opressão que, ora pelo capacitismo, ora pelas desigualdades de gênero, apodera-se de sua força e de seus corpos. Os latifúndios nordestinos daquela época constituíam um

indicativo desta experiência. *“E aí um dia minha mãe se rebelou e disse que não ia votar naquele candidato do fazendeiro. Alguém disse pro fazendeiro que minha mãe não tinha votado no candidato dele. O fazendeiro foi lá, se encontrou com meu pai e houve uma briga terrível dos dois e ele expulsou meu pai da fazenda”* (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

Na década de 1960, as perversas estruturas políticas vivenciadas no interior da região Nordeste, onde quem mandava era o dono da terra, afetavam drasticamente a família de Joana Belarmino, cujos pais, embora analfabetos, sonhavam em oferecer instrução e vida digna, inclusive aos filhos cegos. Com este intento, o pai procura, sem sucesso, o juiz e, posteriormente, o padre da cidade, que o encaminha ao Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha, o que levou os sete irmãos cegos a deixarem sua família, e assim, migrar para a escola, em busca de atendimento especializado.

A passagem pela escola é condição determinante para o empoderamento de pessoas com deficiência, tendo em vista que, para além do acesso à leitura e escrita, lhes oferece um conhecimento que as torna mulheres e homens conscientes de seus direitos e responsabilidades perante a sociedade. Assim, ao ingressar na escola, estes estudantes devem

ser igualmente valorizados, reconhecidos como igual, devem se apoiar mutuamente, colaborar entre si e, acima de tudo, devem encontrar as mesmas oportunidades de formação humana, de aprendizagem e de participação na vida escolar (incluindo a sala de aula e o acesso ao currículo), a fim de poderem no futuro encontrar chances para se tornarem cidadãos ou cidadãs ativo(a)s e produtivo(a)s na vida adulta (FERREIRA, 2009, p. 12).

A cada início de ano, de acordo com a faixa etária, mais um irmão deixava o interior e seguia para João Pessoa. Na saída, restava uma sensação de vazio em casa. Já no retorno, que só acontecia nas férias de fim de ano, havia certo estranhamento, devido aos novos comportamentos trazidos pelas crianças que voltavam da capital, diferentes daqueles aprendidos na cultura do interior.

“Eu me lembro que os meninos vinham e eu achava eles muito diferentes. Eu, uma caipira e eles chegavam falando: “Me desculpe, com licença, por favor”. Isso não existia lá. E eu dizia: O que é isso? Era um choque” (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

Esta narrativa expressa uma total falta de instrução dos membros daquela família e, curiosamente, contrariando a mentalidade capacitista da época, observou-se que a chegada das crianças na escola, deu novo rumo à história daquela família, em particular à vida de seus pais, já que no futuro, foram eles, os filhos cegos, que uma vez detentores de condições

econômicas e, conscientes de suas responsabilidades para com a família, lhes deram o suporte necessário à melhoria de sua qualidade de vida.

Ainda hoje, são nítidas na memória de Joana Belarmino, lembranças de dor no peito, de angústia, de saudade que viveu no dia em que cruzou a cerca e partiu para a escola. Para ela, foi um verdadeiro corte o fato de ter que deixar a família e ir para a cidade, onde tudo era diferente. *“Mas eu reconheço que foi um ato de coragem, porque eu era, vamos dizer assim, a queridinha do meu pai. Se eu tivesse dito: “Eu quero ficar pai”, eu tinha ficado, ele não tinha me levado”* (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

A estrutura do Sistema Braille, sob a forma de pontos em relevo, torna sua leitura complexa e desafiadora, demandando maior estimulação tátil no decorrer da educação infantil, bem como a implementação de práticas pedagógicas diferenciadas, se comparada à alfabetização das crianças videntes. Estas têm

[...] acesso natural a diferentes produções de escrita (jornais, livros, rótulos, panfletos, etc.), estabelecendo um contato precoce mesmo antes de ingressar na escola. O mesmo não acontece com a criança cega, em virtude de o Braille não ser um objeto socialmente estabelecido, não fazendo, portanto, parte da sua vivência diária (LIMA, 2011, p. 111).

Esta é mais uma característica que distingue a alfabetização de crianças videntes e crianças cegas. As primeiras têm a seu favor um vasto repertório de leitura, cujo contato vai desde aquelas propiciadas na escola, até a oferta dos mais variados tipos de textos, dentro e fora de suas casas. Isso não é possível às crianças cegas que, por sua vez, não têm em suas mãos um acervo que lhes garanta a alfabetização na idade certa, o que, em geral, para estas crianças, tem retardado este processo.

Em suas narrativas, Joana Belarmino conta que, apesar da experiência de perda e de dor pelo fato de ter que deixar a família, o cuidado com Inácia e Susy (suas irmãs mais novas), o gosto pela leitura, as visitas frequentes à biblioteca, além da intensa curiosidade pelo novo, são algumas passagens prazerosas que marcaram sua infância, contribuindo, inclusive, na ruptura diante de estruturas capacitistas de sua época, e nas futuras escolhas profissionais.

“Eu pegava num punhado de terra e perguntava: ‘Mas, do que é feita a terra?’ Eu pegava duas pedras e ficava atritando as duas pedras pra sair aquela faísca. E eu dizia: ‘Mas o que é isso?’ quer dizer, eu tinha essa curiosidade” (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

Crenças infundadas em relação à incapacidade de pessoas com deficiência ainda hoje são preservadas pela escola, o que constitui obstáculo para que crianças cegas despertem, como narrado por Joana Belarmino, para experiências relacionadas à busca do novo.

Tal fato se deve à consolidação de estruturas escolares capacitistas, que, no século XX instituíram o processo de segregação das pessoas com deficiência, materializado nas diversas instituições especializadas que se espalhavam por todo o país. Aspectos culturais e econômicos subjaziam a este processo, que, de acordo com Santiago,

[...] resguardou a sociedade dos malefícios oferecidos pelos deficientes e fundamentou o discurso de menos valia desses indivíduos. Isso, no contexto da época significou afastar os indesejáveis para que o progresso social aconteça, tendo em vista serem estes sujeitos totalmente dispensáveis aos objetivos econômicos em voga (SANTIAGO, 2009, p. 184).

Se, por um lado, a expansão dos Institutos de Cegos numa perspectiva de internato, tal qual ocorria na França, trouxe significativos avanços a estas pessoas, particularmente no campo intelectual e cognitivo, há, por outro lado, relatos de práticas perniciosas que resultaram em experiências de segregação, vigilância e abuso sexual de crianças e jovens com deficiência.

No tocante à educação, as mulheres nesta condição eram duplamente marginalizadas, já que inicialmente não tinham acesso a estas instituições. Exemplo disso é que, no Brasil, as ações voltadas à educação destas pessoas, ainda no século XIX, já caracterizavam a desigualdade de gênero, visto que a primeira instituição para atendimento educacional a pessoas com deficiência recebeu a denominação de Instituto Imperial dos Meninos Cegos, pelo governo brasileiro, no ano de 1854.

Na segunda metade do Século XX, época em que Joana Belarmino chega à escola, esta barreira, ao menos do ponto de vista legal, parecia superada, já que nesse período também as meninas poderiam ingressar nos institutos. No entanto, suas narrativas apontam para práticas de vigilância e separação entre meninas e meninos.

A relação entre meninos e meninas no Instituto dos Cegos era muito complicada. Havia uma separação, tinha o lado dos meninos e o lado das meninas e a gente só se encontrava em atividades de sala de aula e éramos vigiados. Eu me lembro que um dia a gente estava tudo brincando: meninos, meninas, eu batendo palmas. A mãe da diretora chegou, me deu um cascudo e disse: "Você tá muito assanhadinha, pare! Pare!" Ou seja a gente estava brincando, batendo palmas e aconteceu isso. Então, nós éramos muito vigiadas. Tanto que à noite todo mundo saía pra passear em dois terraços que havia, então as meninas ficavam de um lado, os meninos ficavam de outro, provocando conversas, mas ninguém se encontrava (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

Outra característica capacitista e desigual que marca este período é a carência na estrutura física, no mobiliário e até nas condições materiais destas instituições e de seu corpo discente, o que levava as crianças a compartilhar inclusive as roupas que cada um trazia de casa, conforme relatado por Joana Belarmino: “*Quando chegávamos das nossas casas, a governanta recolhia as roupas de todos e botava num armário comum*” (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

A trajetória de Joana Belarmino traduz a experiência de grande parte das mulheres com deficiência, cujas vidas se tornam precárias devido à força de experiências excludentes e discriminatórias, que vão desde práticas de intenso controle e vigilância que pesam sobre seus corpos, até situações de extrema pobreza e vulnerabilidade social.

Apesar de tratar-se de um ambiente hostil, observa-se, por outro lado, que, ao colocá-la em contato com o mundo da literatura, a passagem de Joana Belarmino pela escola foi determinante para que a mesma pudesse enxergar e, assim, romper as desigualdades capacitistas e de gênero tão marcantes na conjuntura sociocultural de sua época.

Esta consciência do mundo e das coisas à sua volta, é ricamente detalhada nos vários artigos que escreve a este respeito.

Queria pensar nessa questão com o auxílio de concepções como “mistério”, “intervalo” e “zona de sombra”. O que percebemos quando não vemos? Gosto dessas concepções vagas, isentas de cientificidade, porque elas me ajudam a repercutir essa questão dentro de mim mesma, no meu nicho particular onde sou pessoa cega e de onde parto para perceber o mundo. Gosto dessas concepções porque elas me conduzem ao lugar da emoção, da afetividade, da poética e da estética, da memória e das recordações (SOUSA, 2009, p. 180).

A professora permaneceu interna na instituição nas décadas de 1960 e início de 70, época em que o país vivia o regime ditatorial. Sobre este período, suas narrativas registram experiências de repressão e castigos, o que, por vezes, a tornavam uma criança triste e solitária.

Às vezes eu passava dias a fio com um sentimento de muita tristeza. Eu detestava o domingo. O domingo era o dia de visitação na escola, e eu odiava. Eu vim recuperar o prazer pelo domingo depois de muito tempo. Primeiro que de manhã tinha uma missa que a gente tinha que ir em jejum, desde os pequeninhos aos adultos. E depois a visitação. Então, o domingo não era nosso, não nos pertencia. Eu era torturada na infância, eu era obrigada a comer, enfiava a comida goela abaixo. Eu me lembro que me deram o almoço e eu fui vomitar no banheiro (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

O sistema educativo adotado pelas freiras caracterizava-se por práticas capacitistas e desiguais de extrema rigidez, impedindo os internos/as de falar ou tomar decisões por conta própria. Foi mais uma barreira superada por Joana Belarmino que, rompendo os limites corpor-normativos culturalmente postos pela condição de deficiência, foi autônoma na escolha de sua profissão, a qual exerceu por vários anos, destacando-se, ainda hoje, na formação dos novos profissionais que atuarão na área.

A freira que cuidava da questão da profissionalização, quando eu dizia que queria ser jornalista, ela ria, tripudiava dessa minha intenção. Ela dizia: "Aaah! Você vai ser jornalista? Você acha que você vai trabalhar onde? Como?" E aos 15 anos ela tentou me treinar para alguma ocupação industrial. Não deu certo, não consegui me adaptar. E eu acabei sendo jornalista (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

Esta narrativa revela experiências de desigualdade enfrentadas por pessoas e particularmente por mulheres com deficiência que, desejando ingressar no mercado de trabalho, geralmente são submetidos/as a práticas de rejeição ou discriminação, já que, mais uma vez, a descrença em relação às suas capacidades as leva a assumir atividades inferiores e mal remuneradas.

Além disso, o contexto de vulnerabilidade experienciado por aqueles sete irmãos cegos, potencializado por uma precária realidade socioeconômica, revela a força de práticas caritativo assistenciais adotadas à época para com as pessoas com deficiência, que ainda hoje parecem estar longe de ser superadas.

A madre achou que os meus pais tinham que vir pra cidade, porque ela recebia as cartas do meu pai e lia pra nós. E aí ela dizia: "Olha, o Roberto Carlos vem à Paraíba e você vai pedir uma ajuda pra comprar uma casa pra seus pais. Nessa época eu tava com 14 anos, e a madre escreveu uma carta muito bonita em Braille, armou lá o esquema. E me levaram pro show e eu li essa carta pro Roberto Carlos e foi um auê muito grande. Passou-se um tempo e ele não ajudou. Aí depois ele veio pra Recife, aí intermediaram, falaram. Eu sei que Roberto Carlos autorizou uma doação na época de 3 mil cruzeiros. Eu não me lembro quanto era a casa. Meus pais colaboraram, todo mundo colaborou, mas o dinheiro dele ajudou. Então meus pais vieram morar aqui e eu fui pra minha casa (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

Esta página curiosa na trajetória de Joana Belarmino explicita a omissão do governo brasileiro em relação à adoção de políticas públicas voltadas à garantia de direitos às pessoas com deficiência, somente institucionalizadas a partir da constituição de 1988. Até então, restava-lhes a dependência das instituições filantrópicas, que, em muitos casos, expunham as situações de vulnerabilidade daquelas pessoas, a exemplo do que ocorreu com Joana

Belarmino e com sua família, que provavelmente chegou ao conhecimento de toda a sociedade pessoense.

Agora adolescente, Joana Belarmino destaca mais uma perda, diante da qual se vê impactada por um novo conflito, decorrente do fato de ter que deixar o internato e, novamente, voltar ao convívio de seus pais.

“Esse momento foi muito curioso, eu senti um baque muito grande, uma perda, assim desse convívio da escola especial, mas também uma alegria por estar com meus pais, foi um momento muito curioso” (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

Este episódio foi importante em seu amadurecimento, já que, o fato de abdicar da segurança que a escola especial lhe proporcionava, passando a conviver com colegas videntes, numa época em que a inclusão e as possibilidades de convivência com pessoas com deficiência sequer eram discutidas, proporcionou maior autonomia e confiança em si mesma, condições determinantes ao seu ingresso na universidade e, posteriormente, no mercado de trabalho.

Esta experiência se dá no ensino médio, quando ela vai estudar numa escola da rede estadual no município de Bayeux, onde passou a residir com seus pais. No decorrer desta etapa, apesar de desenvolver uma forte liderança junto aos seus colegas videntes, dentro e fora de sala de aula, Joana Belarmino afirma que a presença de seu irmão cego a tranquilizava, o que me leva a observar que também neste período havia experiências de rejeição e descrédito diante da condição de deficiência visual. Além disso pode-se observar, mais uma vez, a experiência da força e dominação masculina (BOURDIEU, 2011) já que, embora cego, era a presença do irmão, homem, que a fazia se sentir segura nesta nova etapa em sua trajetória.

A quebra do regime militar coincide com sua chegada à universidade, onde, mais uma vez, Joana Belarmino depara-se com barreiras no tocante à comunicação e à aquisição de novos conhecimentos, já que as leituras sugeridas por seus professores estavam em formatos pouco ou nada acessíveis, fato que ainda é recorrente aos estudantes com deficiência que ingressam no ensino superior.

Na convivência com universitários de classe média, mais uma vez Joana Belarmino é desafiada a romper os padrões culturais discriminatórios e às experiências de múltipla vulnerabilidade igualmente resultantes de fatores de gênero, deficiência e classe.

Quando eu fui para a faculdade, minha vestimenta era diferente da vestimenta das minhas colegas. Sabe, uma peça aqui, outra acolá, coisas que não combinavam. Quando eu e meu irmão nos inscrevemos no crédito educativo, a primeira coisa que eu fiz foi comprar camiseta e calça jeans que era a vestimenta das minhas amigas. E

eu me lembro que um dia eu cheguei no instituto e uma freira disse: "Agora você tá parecida com suas amigas (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

Atualmente, os discursos em favor da inclusão escolar e social da diversidade humana, assim como as medidas legais visando à garantia de acessibilidade, têm favorecido a que um número cada vez maior de estudantes com deficiência matriculados no ensino superior chegue ao final do curso.

Todavia, a arquitetura, o currículo e as atividades, o ambiente universitário devem ser verdadeiramente acolhedores, de forma que o respeito à dignidade do ser humano seja não apenas discutido, como também exercido no dia-a-dia por toda a comunidade universitária (MACHADO, 2008).

Em sua época de estudante universitária, Joana Belarmino não contava com esta garantia legal, razão pela qual lamenta a existência de lacunas em relação ao ensino e à aprendizagem de estudantes com deficiência, as quais, seja na preparação para o vestibular, seja durante a graduação, resultaram em perdas que, segundo ela, se refletiram no decorrer de toda sua vida.

O fato de você não ter acesso, naquele momento àquele conteúdo, já é uma perda muito grande. Ou seja, às vezes você só tem acesso aos conteúdos quando os outros estão falando na sala de aula, a partir das leituras dos outros. É um hiato que você tem e que eu digo que se reflete até hoje (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

Este depoimento deve-se à inexistência de literatura em Braille voltada à educação superior que, na época da passagem de Joana Belarmino pela universidade, somava-se ao fato de que os conteúdos necessários no decorrer do curso não estavam disponíveis em formatos digitais, o que a levava a acessá-los pela via oral, por meio de gravadores ou de trocas com os colegas, experiência recorrente a pessoas cegas que ingressaram na universidade brasileira até os anos de 1990.

A crença acerca da incapacidade da pessoa, em particular da mulher com deficiência, se amplia quando o assunto é sexualidade. Nesse sentido, dados de uma pesquisa realizada com mulheres cegas e não cegas revelam que:

[...] mulheres cegas têm menos conhecimento sobre sexualidade, receberam informações acerca das questões sexuais e começaram a vida sexual com idades mais avançadas do que as mulheres dotadas de visão, sugerindo assim uma necessidade de educação sexual destinada especificamente para essas pessoas (FRANÇA, 2013, p. 103).

Apesar de haver relatado a possibilidade de algumas leituras em relação ao tema, ao longo das entrevistas, Joana Belarmino traz presentes obstáculos capacitistas, cuja consequência era uma total falta de informação, o que se deve à constante omissão da família, das escolas e mesmo dos profissionais de saúde, quando a questão envolve a sexualidade de meninas e mulheres com deficiência.

Nessa época era muito complicado. Aos 11 anos, eu li o livro “Nossa Vida Sexual”. Foi um impacto muito grande. Eu e minhas amigas ficamos traumatizadas. A gente disse: “Não, minha mãe e meu pai não fizeram essas coisas, né”? A gente não tinha ideia de como era, a gente ficou com nojo. Experiência de namoro eu só vim ter aos 18 anos. E aí foram as descobertas, os namoros (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

Joana Belarmino expressa que desde muito jovem era latente o desejo pela maternidade, o que é, por vezes, contestado quando se trata de uma mulher com deficiência. No entanto, contrariando a dúvida de seus familiares em relação à capacidade de desempenhar esse papel, por meio desta experiência, ela afirma que, apesar do medo na realização de algumas tarefas, sentia-se realizada pelo fato de ser mãe de duas filhas, experiência que, segundo ela, marcou profundamente sua trajetória.

Antes de nascer vem aquela sensação de alegria e ao mesmo tempo de angústia, porque a gente se pergunta: e agora? Quando nasceu, havia coisas que eu fazia com naturalidade, inclusive no hospital. Em casa, eu não tinha medo de segurar, de trocar fraldas, eu fazia com certa facilidade. Mas tinha medo de dar banho no bebê (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

Antes de tornar-se professora universitária, ainda na década de 1980, Joana Belarmino exerceu sua profissão num dos jornais de grande circulação da capital paraibana. Com o auxílio da reglete, rascunhava as reportagens em Braille e as transcrevia numa máquina de datilografia comum, semelhante às dos demais repórteres. No exercício desta função, há um relato de Joana Belarmino que revela a força da cultura capacitista, por meio da qual ela novamente se sente desafiada a prestar contas de sua eficiência a um nordestino iletrado, que não conhecia o sistema Braille, sendo necessário garantir a quem nada sabia sobre a cegueira, que seus apelos seriam publicados.

Chegara pois o momento crucial. Era a hora do confronto entre um mundo cristalizado que pensava a cegueira como incapacidade absoluta e a realidade que numa redação de jornal, uma repórter cobria o desafio diário de enfrentar esse mesmo mundo sob a moldura da sua cegueira. “Eu sou cega. Isto é o modo como eu escrevo. Isto é o Braille” (SOUSA, 2004, p. 03).

Apesar de sua trajetória profissional, como jornalista ou como docente estar dissociada do trabalho voltado à pessoa com deficiência, Joana Belarmino assume a identidade de mulher cega e é ciente de seu papel, seja como mãe, seja como ativista nacionalmente reconhecida por seu envolvimento na luta pela garantia de direitos a este grupo social.

Este envolvimento a leva a participar das comemorações ocorridas na França, no ano de 2009, por ocasião do bicentenário de nascimento de Louis Braille, nas quais foi a única mulher cega que representou o Brasil.

Ao rever os desafios vivenciados ao longo de sua trajetória familiar, escolar e acadêmica, Joana Belarmino parece manter o olhar fixo numa realidade ainda capacitista e desigual, buscando, em si mesma, motivações que a nutrem neste caminho de enfrentamentos e rupturas.

Vá lá perguntar: Por que isso aconteceu? Era porque eu pressentia a injustiça da vida dos meus pais? Por que era isso? Não sei. Era pelo ambiente de efervescência? Porque eu podia ter tido uma vida de Patricinha, sabe? Uma vida inconsciente, como tinham tantas pessoas, mas o ambiente do jornalismo e da Comunicação ele obriga você a refletir sobre essas questões (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

A experiência de entrevistar e posteriormente reescrever a trajetória de Joana Belarmino constituiu, para mim, momento valioso de encontro comigo mesma e com minha trajetória familiar, escolar e acadêmica. Estas páginas visualizam a experiência de mulheres que, em meio a realidades econômicas e culturais excludentes, conseguem enxergar possibilidades de poder e participação social, o que se evidencia por meio da visibilidade de Joana Belarmino no Movimento Nacional da Pessoa com Deficiência Visual, da minha atuação enquanto gestora do Instituto dos Cegos de Campina Grande, assim como o engajamento de um número cada vez maior de mulheres cegas no movimento associativista em todo país.

Diante dos relatos acima, considero que o maior desafio consiste em transformar as estruturas educacionais e sociais capacitistas e desiguais, oferecendo a mulheres, cegas e videntes, mecanismos que lhes permitam descobrir as próprias capacidades e assim olhar para a realidade, conscientes da força de sua ação transformadora.

4.3 Capacitismo no contexto da cultura surda: a invisibilidade feminina na escola, na universidade e no mercado de trabalho

Essa sessão destaca a voz da professora Nayara, mulher surda que, compreendendo os limites de sua condição biológica, integra-se a uma associação, na qual adquire um conjunto de novas informações que a levam a renunciar ao aconchego da superproteção familiar e assumir, sozinha, os riscos de estudar e trabalhar em ambientes capacitistas, nos quais a cultura surda é pouco ou nada reconhecida.

Ao articular a trajetória da professora e os elementos que caracterizam a cultura surda, espero contribuir no sentido de dar voz a este grupo social, historicamente silenciado. Nayara de Almeida Adriano nasceu no município de Fortaleza/CE e tem apenas uma irmã, mais velha, ouvinte.

A causa da surdez é um pouco complicado, porque a minha tia relata que foi rubéola, e a minha mãe não relata nada. É um mistério. A minha mãe fala que descobriu minha surdez porque estava tendo barulho, batendo em uma panela pra ver se eu escutava. Um barulho muito alto e eu não tive reação. E daí minha mãe descobriu que eu era surda (NAYARA ADRIANO, 2016, informação verbal).¹⁵

O silêncio da mãe de Nayara denuncia que esta, provavelmente, não aceitava o fato de ter uma filha surda o que a levou a buscar na medicina um tratamento que trouxesse solução ao problema.

Fundamentada em perspectivas capacitistas, a medicina, que tem avançado consideravelmente no tocante ao implante coclear e à oralização de pessoas surdas, atua com base em princípios de normalização, sendo atualmente o maior veículo de contestação e negação das perspectivas culturais emergentes acerca da surdez.

Adeptos destas novas correntes, que negam a relação entre deficiência e surdez, considerando-a como um estilo de vida, advertem que concepções capacitistas provocam posicionamentos equivocados em relação a este grupo social. Além disso, estes ativistas denunciam que grande parte da população surda é constituída por “[...] pessoas geralmente colocadas às margens do mundo econômico, social, cultural, educacional e político, pessoas narradas como deficientes, incapazes, desapropriadas de seus direitos e da possibilidade de escolhas” (SILVA, 2010, p. 272).

¹⁵ ADRIANO, N. de A. **Entrevista III**. [maio 2016]. Entrevistador: Adenize Queiroz de Farias. João Pessoa, 2016.

Nayara nasceu em 1983, quando a surdez era fortemente concebida como uma deficiência auditiva. Por esta razão, ainda na infância, muda-se para São Paulo com sua mãe que, extremamente preocupada, investiga possibilidades de uso de aparelhos amplificadores. “Eu fui pra São Paulo pra fazer uma análise pra tentar comprar aparelho, pra ver se eu precisaria usar” (NAYARA ADRIANO, 2016, informação verbal).

A narrativa abaixo evidencia que estes aparelhos se caracterizam como elementos corpo-normativos, devido à força cultural que exercem, uma vez que estigmatizam pessoas surdas diferenciando-as dos sujeitos identificados como normais.

E na época era um aparelho grande que se colocava num cordão. Ficava pendurado o aparelho, como se fosse um cordão. E o aparelho era um aparelho quadrado. Quadrado com fio e daí esse fio levava até aos ouvidos. E daí minha mãe começou a lutar com tratamento, com fono, com vários médicos, questão de aparelho, até hoje, uso aparelho do lado direito (NAYARA ADRIANO, 2016, informação verbal).

Ainda hoje, pessoas, em particular mulheres surdas, experimentam os efeitos desta concepção, advinda do modelo médico que, no século passado, exerceu forte influência na educação destes sujeitos, que em grande maioria mantiveram-se afastados dos espaços públicos.

A maioria das mulheres surdas ainda não tem conhecimento sobre identidade surda, cultura surda, leis, pelo fato de ser tardia a aquisição da Libras, em virtude das famílias ainda muitas vezes não permitirem a participação das jovens surdas, ocasionando contatos muito restritos e mantendo principalmente a oralização com suas filhas surdas (SILVA, 2010, p. 5).

Nayara vivenciou esta experiência e, em função da limitação sensorial, semelhante ao que ainda hoje ocorre com um considerável número de pessoas surdas, passava o dia inteiro estudando. Por esta razão, teve pouco contato com a família e acabou imersa em uma rotina diária que a levou a sentir-se diferente da irmã ouvinte.

De manhã eu estudava numa escola especial, com surdos, com a metodologia oralista, e à tarde ia numa escola regular. A minha mãe me criava como se fosse uma fábrica, tipo assim, escola, fono, casa, estudar. A relação familiar mesmo foi muito pouca, a gente viajava junto, passava o final de semana junto, mas não era uma relação de conversa, de muito diálogo, eu sempre vivi no meu mundo, trabalhando com um objetivo e a minha irmã tinha o caminho dela, o objetivo dela (NAYARA ADRIANO, 2016, informação verbal).

O relato acima explicita o distanciamento entre a comunidade surda e a cultura ouvinte que, ao associar surdez e incapacidade, demonstra pouco ou nenhum interesse em estabelecer vínculos mais próximos com essas pessoas.

Embora a situação econômica da família de Nayara lhe proporcionasse uma condição de vida tranquila, seus relatos indicam que, assim como ocorre com as famílias de ouvintes, a educação da jovem é igualmente afetada pelos desafios da sociedade moderna, entre os quais destacam-se as dificuldades no relacionamento conjugal de seus pais e o pouco tempo que dedicavam ao acompanhamento dos filhos.

Eu morava num bairro bom, minha casa também era boa. Minha mãe era bancária, meu pai era comerciante e pra mim eu vivia bem. Teve a separação dos meus pais, quando eu tinha cerca de 20 anos. Fiquei morando com minha mãe. Minha mãe era ocupada, trabalhava, eu tinha babá que me levava e me buscava (NAYARA ADRIANO, 2016, informação verbal).

Entre tantos desafios a serem enfrentados na relação entre surdos e ouvintes, penso que a sociedade deve sentir-se convocada a empenhar-se no propósito de superar as dificuldades de comunicação com a comunidade surda, o que se fará através da garantia de intérpretes, sobretudo nos espaços públicos, como também da disseminação da língua de sinais, para além das escolas especiais e/ou associações de surdos. Em função desta barreira, diferentemente do que ocorreu na trajetória de Nayara, há casos em que surdos/as são impedidos/as de estudar e de trabalhar. Faltam-lhes informações acessíveis e a maioria dos espaços públicos encontra-se despreparada para prestar serviços que respondam às demandas desta população.

Seja pelo senso comum, seja por parte de profissionais "qualificados", disseminou-se a crença capacitista em nome da qual, considera-se que

As pessoas surdas são: subculturais, não têm cultura própria, têm algumas adequações, deficientes que necessitam entrar na linha da normalização, precisam urgentemente ser iguais à maioria, precisam falar, ver, ouvir, andar, fazer parte de uma cultura dita padrão para serem então considerados inclusos na sociedade (SILVA, 2010, p. 274).

Quando ainda era adolescente, Nayara se reconheceu carente de informações acerca do mundo e das coisas que a envolviam. Compreendendo que o enfrentamento deste desafio somente ocorreria por meio de sua inserção na comunidade surda, ela decide ingressar numa associação que, de acordo com seus relatos, foi determinante para a interpretação de questões que até então não tinham sido levadas ao seu conhecimento.

A Associação de Surdos foi uma chave que abriu a porta do mundo para mim, e através dessa porta eu recebi muitas informações, muito cedo. Então eu conversava com surdos adultos e eu ficava no meio daquele círculo e tinha muitas mulheres casadas nesse meio. E eu sentava nesse meio, tinha uns 13, 14 anos. E elas falavam

sobre o marido, e eu ficava recebendo aquela informação, observando. E daí eu comecei a me desenvolver (NAYARA ADRIANO, 2016, informação verbal).

Este depoimento indica que a adolescência de Nayara foi marcada por uma série de cortes, os quais são resultado de experiências capacitistas que provocam desde a omissão de informações importantes acerca do exercício de sua sexualidade, até a negação das possibilidades de convivência e socialização com pessoas da mesma idade.

Minha mãe nunca falou sobre sexo, sobre namoro, nunca falou sobre esses assuntos. Então, nessa fase de inocência, de descobrimento mesmo, foi a Associação dos Surdos que me ajudou. Foi uma fase muito difícil a adolescência, porque era uma fase nova, no namoro, na questão das roupas, eu não sabia a importância da festa de 15 anos. E eu não convivia com meus colegas pra pedir opinião sobre a escolha nos 15 anos, sobre o vestido, sobre os detalhes da festa. Eu acho que uma fase mais difícil em minha vida foi a adolescência. Agora que eu estou refletindo (NAYARA ADRIANO, 2016, informação verbal).

Por outro lado, o uso da língua de sinais, elemento característico da cultura e da identidade surda, assegura a noção de pertencimento dessas pessoas a uma coletividade, garantindo-lhes plenas possibilidades de expressão e compreensão das informações e da realidade a sua volta.

Para Santana e Bergamo (2005, p. 567) “O que ocorre, na verdade, é que, em contato com outro surdo que também use a língua de sinais, surgem novas possibilidades interativas, de compreensão, de diálogo, de aprendizagem, que não são possíveis apenas por meio da linguagem oral”.

Nayara recorda que teve oportunidades de brincar com as crianças da rua, de praticar esporte com os colegas da escola, de festejar carnaval, forrós e vaquejadas com as primas... Mas é, de fato, no contato com pessoas surdas, cuja luta gira em torno da ruptura diante de estruturas capacitistas, que ela se desenvolve e vive a experiência de sentir-se igual.

Quando eu fazia mais ou menos o quinto ano era escola integral. De manhã era aula normal, eu sempre sentava na frente do professor pra eu conseguir fazer leitura labial e a tarde era esportes, brincadeiras, mas não eram amizades assim muito próximas, tinha amizades... Eu não sentia vergonha, eu conversava, mas mesmo assim eu me sentia excluída, as pessoas me deixavam de lado. Quando eu comecei a conviver com surdos, aí daí eu tive um desenvolvimento e um relacionamento pessoal de igualdade. Então eu me desenvolvi muito rápido (NAYARA ADRIANO, 2016, informação verbal).

Ao fazer memória de fatos que marcaram sua adolescência, ela traz presentes sentimentos de rejeição, solidão e de um profundo desconhecimento acerca do como viver esta fase, os quais, até hoje, estão registrados em suas lembranças.

No ensino médio, assim como no ensino fundamental, ela contava com professores que a auxiliavam na realização das atividades. Ainda assim, a professora relata que havia um total desconhecimento acerca de seus direitos, o que ainda é recorrente para maior parte dos que integram a comunidade surda. A aprovação no vestibular parecia algo inalcançável, diante das muitas barreiras de informação e comunicação. Por isso, o primeiro ingresso no ensino superior se dá numa universidade privada.

Minha mãe queria que eu fosse pra área da Saúde, passei em Odontologia. Se eu soubesse que existia a lei, eu já tinha entrado há muito tempo na vaga pra pessoa com deficiência. Eu tinha 18, 19 anos, não tinha conhecimento. Se a minha mãe tivesse participado da associação Apada, se ela tomasse conhecimento, seria mais fácil dela me conduzir pro meu direito (NAYARA ADRIANO, 2016, informação verbal).

A fala de Nayara evidencia experiência recorrente no tocante ao desconhecimento e, conseqüentemente, à negação de direitos vivenciada pela população surda, o que se dá em primeiro lugar pela ausência de informações em formatos acessíveis. Além disso, como ocorreu com Nayara, há muitos casos em que são os familiares, muitas vezes, sem instrução ou sem conhecimento da legislação, que falam por eles o que reforça a dificuldade no tocante a reivindicação de seus direitos.

Por esta razão, há ainda muito a se fazer diante de realidades capacitistas e desiguais que envolvem a comunidade surda, que, entre outros direitos, já assegurados por lei, porém ainda não concretizados, solicitam: “Divulgação da Libras – Língua Brasileira de Sinais, o acesso à informação (exigência de filmes brasileiros e de programas de TV com legendas ou com janelas de interpretação na língua de sinais), à educação, à saúde pública e ao mercado de trabalho” (KLEIN; FORMOZO, 2007, p. 2).

É em torno dessa luta que a comunidade surda se forma e se articula. Nesse sentido, para Nayara, o ingresso na universidade, juntamente com outros colegas surdos, constituiu mais um momento de ruptura e empoderamento em sua trajetória.

Quando eu entrei na faculdade de Letras Libras, eu era a mais nova, tinha muitas pessoas adultas, surdas. E do grupo dos surdos eu era a mais nova. Então, entre esse grupo havia um compartilhamento, havia uma interação. Esse grupo me fortaleceu pra que eu entendesse. E era o meu mundo, era o mundo ao meu redor. Vida social, lazer, praia, diversão, boate... Nessa época foi um novo mundo que se abriu para mim (NAYARA ADRIANO, 2016, informação verbal).

Embora contrariando os interesses de sua mãe, a jovem finalmente conquista, por si própria, o direito de fazer escolhas e tomar decisões sobre sua vida, o qual permanece cerceado a uma considerável parcela da população de pessoas com deficiência.

E eu fiquei tão feliz porque passei no vestibular de Pedagogia. Minha mãe não achou nada, não teve nenhuma importância. Era mesmo que nada pra ela. Mas pra mim foi uma alegria. Eu não entendia a importância de estudar na Saúde. Minha mãe queria que eu fosse dermatologista, trabalhasse com cirurgia plástica. Aí eu passei na Uva e passei em Letras Libras, que era pública (NAYARA ADRIANO, 2016, informação verbal).

Apesar de incomodada com a indiferença de sua mãe em relação ao ingresso na área da educação, que aliás, era o primeiro passo para o exercício da docência, Nayara conta com o apoio da irmã, que embora pouco ou nada conhecedora da cultura surda, defende o direito de acesso à universidade pública.

Minha irmã falou assim: "A Nayara também tem o direito de estudar numa escola pública. Porque ela também tá estudando pra isso". Ela queria que eu fizesse igual. Aí eu disse pra ela: "Eu sou diferente menina". E ela não entendia isso, disse: "Pra mim não é, você não é diferente". Eu já tinha noção do lado dela, pra ela não tem diferença nenhuma, é igual, igual [...]. E aí quando eu passei, eu falei pra minha irmã: "Agora eu estou estudando numa universidade federal", que era o curso de letras libras. E fiz mestrado numa universidade federal, sou doutoranda numa universidade federal, agora. É o que ela queria que eu enfrentasse, e eu fui vencendo essas etapas (NAYARA ADRIANO, 2016, informação verbal).

Vozes semelhantes à da irmã de Nayara são raras numa sociedade capacitista, de acordo com a qual diferenças corporais são tomadas como parâmetro para o estabelecimento de desigualdade e exclusão social.

Diferente do que ocorria em décadas passadas, mais que uma conquista meritocrática ou ação de cunho caritativo, a oferta de educação, pública e gratuita, a estudantes com deficiência é um direito estabelecido pela Lei n. 13.146/2015, a qual assegura: “adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino” (BRASIL, 2015).

Ciente de que, por si só, a trajetória familiar escolar e acadêmica de Nayara fala em defesa dos movimentos da cultura e da comunidade surda, com esta reescritura, espero contribuir no sentido de dar voz a tantas outras mulheres que, emudecidas em função de práticas oralistas capacitistas, condicionam suas escolhas e decisões à vontade de seus “responsáveis”, os quais mantêm a última palavra sobre suas vidas.

Para mim, o diálogo com estas trajetórias, que por vezes se misturam às minhas vivências pessoais, constituiu uma experiência enriquecedora, porque me ajudou a identificar elementos que evidenciam situações de precariedade na vida de mulheres com deficiência, as quais, conforme discuto no capítulo de revisão da literatura, ocorrem pela intersecção de desigualdades que resultam, ao mesmo tempo, de opressões capacitistas e de gênero.

5 AS DESIGUALDADES CAPACITISTAS E DE GÊNERO NO COTIDIANO DA MULHER COM DEFICIÊNCIA

Ao analisar a trajetória escolar e acadêmica de Joana Belarmino, Cida Ramos e Nayara Adriano, neste capítulo, discuto como a força do capacitismo e das desigualdades de gênero operam na vida de mulheres com deficiência, traduzindo-se em contextos de exclusão e negação de direitos na família, nos espaços escolares e laborais e nas decisões relacionadas ao exercício de sua sexualidade. Finalmente, ao articular estas trajetórias por meio de uma leitura feminista acerca da deficiência, aponto possibilidades de eliminação de barreiras e de ruptura com as múltiplas formas de vulnerabilidade, o que auxiliará tais mulheres na identificação de novas formas de poder e participação social, como também na implementação de ações justas em favor de indivíduos e grupos que se mantêm socialmente excluídos em razão de sua deficiência.

5.1 A mulher com deficiência na relação com o corpo e a sexualidade

Nas obras: *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 1979) e *Corpos que Pesam* (BUTLER, 1999), seus autores associam-se em relação ao argumento de que, historicamente o corpo tem servido como instrumento de aprisionamento, opressão e dominação. “[...] quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana” (FOUCAULT, 1982, p. 74).

Para a mulher com deficiência, a violação do direito à sexualidade, constitui experiência marcante no tocante ao exercício do controle de seus corpos, resultando em prejuízos, cujas consequências tornam-se visíveis no decorrer de toda sua vida. Neste sentido,

[...] a caracterização das mulheres com deficiência como seres assexuados contribui para uma representação social que não lhes condiz, ou seja, a de que as mulheres com deficiência não experimentam desejo sexual, não são desejadas por alguém. Essa visão, aliada a representações conservadoras que vinculam sexualidade à reprodução, restringe-lhes as possibilidades de reconhecimento como sujeito, já que para muitas sociedades contemporâneas as mulheres com deficiência representam “o degenerado que não deve ser reproduzido” (MELLO; NUERNBERG, 2013, p. 8).

Embora tenha vivenciado a adolescência no final do século XX, quando os discursos em torno da inclusão social já vinham ganhando força no Brasil, os relatos de Nayara

explicitam o quanto, para a cultura ouvinte, ainda parecem hostis quaisquer possibilidades de aproximação ou atração física por uma pessoa surda.

Eu não era muito escutada, já fui desprezada por pura inocência. Eu paquerei com um rapaz ouvinte, muito bonitinho e ele estava paquerando com minha amiga, só que minha amiga não queria, e daí eu me interessei por ele, e eu boba, ficava sempre acompanhando ele. Aí nesse momento, (foi horrível essa história), teve muita gente, uma multidão, que queria namorar com ele, e eu queria namorar, ele não queria, então eu me sentia pra baixo. Ele me desprezava. Foi um fato muito forte pra mim, foi um momento terrível, até hoje eu lembro (NAYARA ADRIANO, 2016, informação verbal).

Embora o artigo 23 da Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência, (UNITED NATIONS, 2007), seja claro no tocante à garantia de direitos, tais como:

Fertilidade, acesso a informações, casamento, assim como sobre o direito de decidir livremente acerca do número de filhos, observa-se que a crença sobre a incapacidade sexual e reprodutiva da pessoa e em particular da mulher com deficiência, é tão fortemente consolidada, que família e escola são negligentes inclusive na promoção do acesso a informações sobre a questão.

Nayara recorda a ausência destas informações no período de sua adolescência, quando afirma: “*Minha mãe nunca falou sobre sexo, sobre namoro, nunca falou sobre esses assuntos. Em nenhum momento, minha mãe me aconselhava, conversava comigo. Então eu conversava com surdos adultos*” (NAYARA ADRIANO, 2016, informação verbal).

O modelo médico, principal mecanismo de controle dos corpos de pessoas com deficiência, é, ainda hoje caracterizado por práticas abusivas que, no mundo inteiro, legitimam a interrupção do direito à maternidade e sexualidade de mulheres com deficiência, experiência que Nayara contrapõe graças às informações que adquire com o ingresso na associação dos surdos.

Alguns médicos tem a visão de que eu sou ignorante, então eu não gosto. Eu lembro de uma médica que passou tipo umas vacinas pra evitar o problema, tipo relação sexual – e ela queria me proteger, me passar um receituário, mas eu já tinha essa informação na Associação de Surdos. Eles abriram essa porta pra mim (NAYARA ADRIANO, 2016, informação verbal).

Apesar de um tema pouco investigado na academia, a maternidade é mais um aspecto que torna precária a vida da mulher com deficiência, que por vezes é forçada a lançar mão do cuidado e da educação de seus filhos/as, o que passa a ser de responsabilidade de seus pais, ou de profissionais exclusivamente contratados com este fim.

O fato de Joana Belarmino e Cida haverem desempenhado, com êxito a função de ser mãe, acompanhando a educação de suas filhas dentro e fora dos ambientes domésticos, não as isentaram de expressões preconceituosas, olhares discriminatórios e atitudes de dúvida ou curiosidade quanto a sua capacidade para o exercício desta tarefa.

Sobre esta questão, Joana Belarmino recorda que, por ocasião do nascimento de sua primeira filha, havia ações que realizava com muita naturalidade, como, por exemplo, a amamentação e a troca das fraldas.

Mas eu tinha medo de dar banho e minha prima foi ficar comigo uns dias. E eu tinha ciúme dela por causa do bebê, porque entrava em cheque o que eu sabia e o que eu não sabia fazer. E inconscientemente ela se colocava como se soubesse cuidar do bebê melhor que eu. Lembro ainda que quando eu namorava um rapaz que era cego, os pais dele me diziam: Quando vocês tiverem um filho, é agente que vai cuidar dele (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

Embora não contemplado nas vozes das entrevistadas, estudos recentes dão conta de que, ao potencializar a vulnerabilidade feminina, a condição de deficiência aumenta para tais mulheres os riscos e a exposição a práticas de violência e abusos sexuais. Para Mello, [...] “as mulheres com deficiência experimentam com maior intensidade situações de violência e de exclusão social do que os homens com deficiência e as mulheres sem deficiência, em parte devido aos valores patriarcais dominantes em sociedades contemporâneas” (MELLO, 2016, p. 87).

Diante do exposto, considero que um caminho ao enfrentamento da opressão sexual como forma de vulnerabilidade e precariedade da vida de mulheres com deficiência, consiste na formação de redes de apoio no propósito de estimular a adoção de práticas de educação, prevenção e combate às mais diversas formas de violência. Nesta perspectiva, penso que este processo deve resultar em uma consciência tal que ajude meninas e mulheres com deficiência na descoberta de condições e oportunidades, não apenas para o exercício de vivências sexuais seguras e prazerosas, mas, sobretudo, na luta contra práticas machistas/capacitistas, tão comuns em nossa cultura, em nome das quais a estas pessoas é negado o direito de expressão da sexualidade, fundamental à vida e à dignidade humana.

5.2 A superproteção familiar como expressão de desigualdades capacitistas e de gênero

Nesta sessão, discuto o relevante papel a ser desempenhado pela família no processo de empoderamento e participação social da mulher com deficiência. Para tanto, elenco uma série de obstáculos apontados pelas entrevistadas, os quais revelam o quanto à condição de deficiência se mantém associada ao âmbito privado, materializando-se por meio de práticas de dependência e superproteção familiar.

Embora se tenha teoricamente anunciado que o paradigma atual é o da inclusão, de acordo com o qual a sociedade deve estar preparada para conviver com todas as pessoas, indistintamente, o que se verifica, na prática, é a permanência de uma cultura de normalização, para a qual pessoas com deficiência são consideradas inválidas e, no caso das mulheres, pouco ou nada produtivas do ponto de vista econômico e social.

É desta concepção que decorrem atitudes de conformismo, angústia ou não aceitação diante do nascimento de um bebê com deficiência, como relatado a seguir:

“A reação, eu acho, de qualquer pai, de qualquer... É sempre uma reação de, no primeiro momento ter um susto muito grande. Susto, preocupação, não saber lidar inicialmente”. (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

[...] tanto ele como a minha mãe, sentiam: Como é que eu vou dizer? Eles sentiam compaixão pelo fato de aqueles filhos serem cegos. Eu me lembro muito que minha mãe, as vezes chegava uma vizinha lá em casa e diziam: “Dona Geci, elas são tão bonitas”. Aí ela dizia: “Mas são cegas”. Era a frase com a qual ela finalizava (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

Nesta perspectiva, é comum que pais, irmãos ou cuidadores(as) se sintam eternamente responsáveis por estas pessoas.

“[...] lembro muito, era meu pai que tinha mais dificuldade de aceitar essa deficiência, ele dizia muito em casa: “Aqui eu só tenho obrigação com uma pessoa”, que era comigo” (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

Assim, estes passam a atuar como tutores das pessoas com deficiência, gerenciando sua educação, saúde e, no caso da população economicamente carente, manipulando a renda decorrente de recursos oriundos da previdência social.

O fato de que, tal como ocorreu na infância de Joana Belarmino, ainda hoje uma considerável parcela da população de pessoas com deficiência viva em situação de extrema pobreza, é condição determinante para que permaneçam à margem do acesso a informações, saúde, cultura e lazer.

Nenhuma condição de acesso à saúde, saneamento básico, informação e comunicação. Eu me lembro que, a primeira vez que eu escutei um rádio foi na casa

da fazenda. Eu tinha cerca de 3 anos e eu cheguei lá, (acho que foi com minha mãe). E a dona Rosa, que era a esposa do fazendeiro, ligou o rádio, e eu fiquei muito assustada, assustada não, eu fiquei impressionada (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

Outro agravante ao empoderamento da pessoa com deficiência, diz respeito ao fato de que, a maior parte dos membros de sua família, em particular suas mães, tem a vida precarizada por força de aspectos relacionados à dominação masculina (BORDIEU, 2011).

Sem apoio, sem emprego, sem instrução e, sobretudo, sem a consciência de sua dignidade humana, estas mulheres limitam suas vidas a um percurso diário que vai de suas casas às escolas ou aos centros onde buscam a reabilitação dos filhos/as.

A mentalidade rural da metade do século passado, na qual Joana Belarmino nasceu e viveu sua primeira infância, era um reflexo desta experiência.

A minha mãe era inteiramente dedicada à família. Minha mãe não tinha uma vida, dela. Ela não dispunha do seu corpo, ela não dispunha de seus braços, da sua vontade. Ela tava totalmente entregue à família. [...] Meu pai não podia votar porque era analfabeto, mas ele era o dono do voto da minha mãe (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

Por outro lado, a mãe de Nayara, que detinha um nível maior de esclarecimento, conseguiu refutar os equívocos produzidos pelo modelo médico, que, fundamentado na ideia de incapacidade, ainda em nossos dias, reforça as práticas de superproteção das pessoas com deficiência no âmbito familiar.

“Minha mãe me levou lá no médico e esse médico me laudou como deficiência mental. E minha mãe não acreditou nesse laudo. E minha mãe disse: “Não, minha filha não é deficiência mental, ela só tem a surdez” (NAYARA ADRIANO, 2016, informação verbal).

Observa-se, portanto, a necessidade de se investir em uma formação acerca do papel político das pessoas com deficiência, assim como dos membros de sua família, a fim de que atitudes de desvalorização e superproteção deem lugar a experiências de solidariedade e cooperação.

Somente assim será possível ampliar o número de mulheres com deficiência munidas de condições que lhes permitam encontrar formas de romper com o paternalismo e a dependência familiar, tornando-se, ao contrário, sujeitos financeira e socialmente responsáveis por sua manutenção, assim como ocorreu nas trajetórias de Joana Belarmino, Cida Ramos e Nayara Adriano.

5.3 Obstáculos e experiências de vulnerabilidade de mulheres com deficiência no âmbito escolar e acadêmico

Ainda que bem sucedidas, as trajetórias escolares e acadêmicas das entrevistadas, são marcadas por uma série de obstáculos, identificados no decorrer desta sessão, que, ao constituírem impedimentos para o acesso ao conhecimento formal, precarizam a vida de mulheres com deficiência, a tal ponto que muitas, sequer chegam a concluir a educação básica.

A ideia de incapacidade de uma pessoa com deficiência é tão fortemente disseminada, que as expectativas de sucesso escolar por parte de pais e educadores/as diminuem consideravelmente quando se trata de estudantes nesta condição.

Mais que os obstáculos arquitetônicos que certamente eram encontrados nas escolas onde Cida cursou a educação básica, o que, de fato a inquietava, era a visão reducionista de muitos de seus professores(as) acerca de sua condição, em nome da qual, ainda hoje, estudantes com deficiência são dispensados de realizar determinadas atividades, o que compromete a construção de sua aprendizagem, dentro e fora da escola.

Lembro até da professora de artes, nós tínhamos que fazer atividades artísticas e ela fez uma peça de teatro e ela dizia: "Cida, você vai preparar as atividades manuais para o pessoal da apresentação". Eu dizia: "De jeito nenhum, eu quero fazer parte da peça" e era uma briga, uma discussão na escola (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

A fala de Cida revela que os avanços no tocante às recomendações internacionais e às normativas brasileiras com vistas à implementação de políticas de educação inclusiva, parecem insuficientes para assegurar o respeito aos desejos e às demandas específicas dos estudantes com deficiência em sala de aula. Para tanto, penso que avanços na produção do conhecimento científico também se fazem necessários, já que de acordo com Silva e Ferreira, a maior parte das pesquisas na área mantém

[...] o foco na deficiência ou na patologia do estudante enquanto grupo diferenciado. Nem mesmo quando os estudos tratam de 'aprendizagem na escola', o foco continua sendo colocado no 'problema' do/a estudante – no distúrbio, transtorno ou dificuldade –, ao invés de estar focado na sala de aula, no espaço interacional onde a aprendizagem ocorre, na relação docente-estudantes ou estudantes-estudantes, na colaboração na sala de aula, ou na interação professor/a de sala de aula regular e professor/a do atendimento educacional especializado (SILVA; FERREIRA, 2017, p. 7).

Enquanto professores/as, gestores/as e outros segmentos que compõem a comunidade escolar preservarem tal concepção, haverá ainda muitos estudantes com deficiência que, escolarizados no século XXI, repetirão os mesmos reclames de Joana Belarmino, que, em sua narrativa, expressa com clareza as lacunas presentes em sua trajetória escolar.

O meu histórico escolar em algumas disciplinas é medíocre. Meu aprendizado da matemática é quase nulo, eu sei as 4 operações, mas... E curiosamente, eu acho uma beleza a matemática, é muito bonito. E lastimo que eu não tenha me desempenhado bem. Então, são muitas lacunas e, se você for ver, elas podem reaparecer em qualquer momento de nossas vidas. Essas lacunas você não recupera mais, mesmo na faculdade (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

Identificar a adoção de perspectivas curriculares homogêneas e generalistas no processo de escolarização de estudantes com deficiência constitui um caminho para a compreensão de que, comprometidos com uma cultura que naturaliza as desigualdades humanas, são os ambientes e as estruturas sociais que, desiguais, constroem a incapacidade de uma pessoa com deficiência, fato que se potencializa nas áreas mais afastadas dos centros urbanos.

No estado da Paraíba, por exemplo, cujas pessoas com deficiência totalizam 27,7% da população (IBGE, 2010), ainda é recorrente, particularmente nas comunidades rurais e nos denominados municípios de pequeno porte, a ausência de estruturas ou metodologias de ensino adequadas à escolarização de estudantes com deficiência, o que implica na negação do direito à educação a crianças e jovens que, assim como Joana Belarmino, desde cedo, sonham com esta experiência.

Eu tinha muita vontade de estudar. Eu me lembro que meu irmão que enxerga e ficou em casa, ele tinha uma cartilha, eu pegava a cartilha dele e ficava inventando que tava lendo, inventando palavras, inventando que tava lendo na cartilha dele que era a cartilha em tinta. Quando minha mãe arrancava a folhinha do calendário eu corria pra pegar, então eu já tinha fixação por papel (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

Migrar para municípios maiores em busca do suporte oferecido pelas escolas especiais, é uma alternativa que muitos/as estudantes continuam buscando no propósito de construir uma aprendizagem mais significativa. Tal fato revela a relevância histórica destas escolas na educação das pessoas com deficiência. Penso, contudo, que é importante considerar ambiguidades e contradições que marcaram a vida destes estudantes no Século XX. Além dos sofrimentos pessoais e da quebra de vínculos familiares, as experiências capacitistas, decorrentes do paradigma da educação especial, materializaram a invisibilidade e,

consequentemente, a negação do direito de participação social às pessoas com deficiência. Nesse sentido, o rigor na formação humana e intelectual nas instituições especiais em regime de internato se encerrava em práticas que distanciaram os estudantes de sua família e da sociedade em geral, convertendo-se em experiências de dor, cujas marcas podem se perpetuar no decorrer de toda sua vida.

E eu me lembro que, não sei por que razão, nesse ano nós não pudemos ir de férias pra casa, só quem foi a minha irmã mais velha, que não ia ficar mais na escola. Foi um ano muito triste, eu me lembro que no dia do exame meu pai tava muito triste, eu tava com ele no dito terraço. E ele disse: "Fifia, tu tá triste!" Nessa hora eu tava doente de novo e eu fiz diarreia nas calcinhas. Meu pai assistiu a isso. Quer dizer, eu devia tá com um nível de ansiedade muito grande (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

Por outro lado, as experiências das professoras, assim como a minha própria experiência enquanto criança alfabetizada numa escola especial, possibilitaram vivências de autonomia e empoderamento determinantes ao enfrentamento dos desafios que até hoje excluem pessoas com deficiência da escola e da sociedade.

“Eu acho que a escola foi fundamental na minha vida. Na escola a gente era muito solto, brincava muito nas horas vagas, tinha muita fruta, tinha aula de ginástica, a gente corria, tinha muito lazer, muita brincadeira [...] na escola especial eu sabia de tudo e eu não dependia de ninguém” (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

“[...] desde pequena eu comecei a estudar em escola especial, então isso me deu uma segurança porque eu encontrava outras pessoas surdas [...] de manhã eu estudava numa escola especial, com surdos, com a metodologia oralista. Foi muito fácil porque todos eram surdos, então o relacionamento era muito bom” (NAYARA ADRIANO, 2016, informação verbal).

Ao convocar a sociedade a uma maior abertura para a convivência com a diversidade, os movimentos em torno da educação inclusiva chamam a atenção para o fato de que

[...] a presença dos alunos com deficiência nas escolas da rede comum de ensino, sobretudo nas públicas, representa um avanço significativo, na medida em que ajuda a romper com a falsa ideia, ainda presente, da deficiência como uma grande "desgraça" ou da total inutilidade dessas pessoas para o trabalho (UNIOESTE, 2013, p. 48).

Na contramão das políticas oficiais, observa-se, a partir das narrativas das entrevistadas, que as reais necessidades educacionais de estudantes com deficiência estão longe de ser contempladas, o que resulta em experiências de isolamento e fracasso escolar.

“Na escola regular eu fiquei isolada. [...] eu sempre ficava pra trás. Os alunos avançavam e eu ficava para trás, na escola regular” (NAYARA ADRIANO, 2016, informação verbal). *“Às vezes eu me sentia solitária dentro da família, dentro da escola”* (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

Diante deste cenário adverso, creio que uma saída viável no sentido de ampliar as possibilidades de poder e participação das mulheres com deficiência, consiste em ressignificar políticas e práticas atualmente adotadas no ensino superior brasileiro, o que, a meu ver, contribuirá para a construção de uma cultura menos excludente por parte dos profissionais em formação.

O acesso de pessoas com deficiência no ensino superior é um desafio na contemporaneidade, os embates, os conflitos, a disputa de poder se dá todos os dias nos diferentes espaços onde estes sujeitos se encontrem. É nesta correlação de forças, que os sujeitos são constituídos e constituem a materialidade de suas vidas na sociedade em que vivem (ANSAY, 2015, p. 183).

Mesmo com o aumento no número de matrículas de estudantes com deficiência no ensino superior, que em 2003 era de 2078 e em 2013 totalizavam 29.034, observa-se que o fato de apenas 6,7% terem concluído esta etapa de ensino (ANSAY, 2015), se dá em função de barreiras de ordem arquitetônica, comunicacional e atitudinal que impedem sua permanência na universidade, o que constitui mais um indicativo no processo de precariedade de suas vidas.

“Na universidade as dificuldades ainda persistem. Se hoje temos, na minha época ainda era maior, de acessibilidade, de caminhos, de distâncias para a gente percorrer. Essas barreiras arquitetônicas eu tive dificuldades sim” (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

“Na universidade eu diria que havia um profundo desconhecimento da situação, que também eu posso dizer que acontecia nas escolas do ginásio, etc.” (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

“Na época de entrar na universidade não tinha intérprete, foi difícil, muito difícil. Eu passei numa universidade particular, na última colocação, lá embaixo”. (NAYARA ADRIANO, 2016, informação verbal).

Numa cultura em que um corpo com impedimento constitui elemento visível de desigualdade social, penso que a conclusão de um curso superior, é apenas um primeiro passo rumo ao empoderamento de mulheres com deficiência, se considerarmos, por exemplo, que, no mercado de trabalho, suas desvantagens se acentuam se comparado às mulheres sem deficiência ou aos homens com deficiência.

A fala de Cida, que atua respectivamente na docência e no serviço social, áreas notadamente feminilizadas, ilustra esta realidade: *“Tem muitos desafios na carreira docente. É um desafio constante, porque você tem que estar sempre inovando a didática, porque você não pode o tempo inteiro estar dando aula em pé, você não pode estar circulando muito”* (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

Ao considerar que escola e universidades reproduzem obstáculos que reforçam experiências de desigualdades/vulnerabilidade de mulheres com deficiência, observo a necessidade de se investir numa mudança na estrutura educacional oferecida a estas pessoas, de modo a permitir que elas próprias, tomem consciência de seu papel enquanto agentes de transformação e remoção dos obstáculos que afetam particularmente aquelas mulheres que, além da deficiência, são multiplamente oprimidas por condições geográficas, raciais, econômicas, dentre outras.

5.4 A violação de direitos e a consolidação das desigualdades capacitistas e de gênero

O processo de silenciamento das pessoas com deficiência, provocou, no decorrer da história, um quadro hostil de negação de direitos que as manteve invisíveis na esfera pública, que, por sua vez, permaneceu omissa em relação à implementação de políticas de acesso a bens ou a serviços de saúde, educação, cultura, lazer... voltadas a este segmento.

É possível visualizar esta experiência na trajetória de Nayara que, em função das condições econômicas de sua família e diferente do que ocorre com a maior parte da população de pessoas com deficiência, encontra possibilidades de deixar o nordeste em busca de serviços de saúde mais avançados no sudeste brasileiro. *“Lá em Fortaleza, na época, não tinha atendimento para a pessoa surda, tinha poucos profissionais que trabalhavam com oralização, então minha mãe ficou muito preocupada e mudou para São Paulo”* (NAYARA ADRIANO, 2016, informação verbal).

Se por um lado, aqui no Nordeste, Nayara carecia de serviços de saúde mais eficazes diante das necessidades geradas pela deficiência auditiva, observa-se, por outro lado, que a saúde da mulher com deficiência, assim como de qualquer mulher, necessita de melhorias já na atenção básica.

É possível afirmar que a questão da deficiência tende a ser uma relevante problemática de saúde coletiva e de saúde da mulher ao longo de seu ciclo de vida. Trata-se de um segmento da população que conta com ações inexpressivas voltadas para as suas necessidades nos serviços de atenção primária em saúde, que embora historicamente privilegiem a clientela feminina pouco reconhecem os aspectos relativos aos direitos sexuais e reprodutivos e à dupla vulnerabilidade que as

acometem por serem mulheres e portarem deficiências (NICOLAU; SCHRAIBER; AYRES, 2013, p. 2).

Nesse sentido, a negação do direito a intérpretes de libras, receituários em braile, informativos em linguagem simplificada ou equipamentos que possibilitem a realização de exames ginecológicos em mulheres com deficiência física, denunciam que as barreiras para a acessibilidade aos serviços de saúde brasileiros, reforçam as experiências de precariedade na vida de tais mulheres.

No caso das pessoas com deficiência, a cultura capacitista é tão fortemente disseminada que suas possibilidades de relações de poder em casa, na escola e nos ambientes de trabalho, ficam praticamente anuladas.

Tais posturas resultam de concepções caritativas, ainda não superadas acerca da deficiência, que, por exercer grande influência na mentalidade nordestina do início dos anos 60, marcaram profundamente a infância de Joana Belarmino e de seus irmãos.

Há uma história familiar que meus irmãos mais velhos contam, que o meu pai, que na época já tinha mais de cinco filhos cegos, um dia foi visitar o juiz da cidade e disse: "Mas senhor juiz, o que é que eu faço? E o juiz disse pra ele: "Seu Mariano, o senhor compre sanfona, compre rabeca, leve essas criança pra feira, o senhor vai ganhar muito dinheiro, o senhor vai ser um homem rico" (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

O fato de mulheres com deficiência estarem mais frequentemente expostas a atitudes paternalistas e superprotetoras, não apenas reforça suas chances de permanência no âmbito familiar/privado, mas, sobretudo, “indica que historicamente, essas pessoas com deficiência foram rotuladas, classificadas, e vistas a partir do corpo deficiente pela perspectiva do corpo mutilado, discutido numa abordagem médica visando cuidado, reparação e adequação aos modelos sociais” (SILVA, 2006).

A ênfase na ideia de naturalização dos corpos, assim como nas práticas de diagnóstico e cuidado voltadas a este segmento, confirma a centralidade do modelo médico, que, ao concentrar seus estudos em técnicas de normalização, desvinculam-se de quaisquer discussões em torno da garantia de direitos e do compromisso político para com este grupo social.

Esta problemática se reflete também no âmbito da academia, cujas pesquisas revelam uma total falta de preocupação dos movimentos feministas com a questão da deficiência; e dos movimentos de pessoas com deficiência em relação à importância de outras categorias identitárias, em especial a de gênero, igualmente significativas para a formação da identidade das pessoas com deficiência (MELLO; NUERNBERG, 2012, p. 5).

Ao tomar consciência destas lacunas, são as próprias feministas que, compreendendo as múltiplas formas de desigualdade que caracterizam a exclusão e negação de direitos às pessoas com deficiência, ampliam o debate, a tal ponto de se instituírem agendas governamentais em âmbito internacional, motivadas pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UNITED NATIONS, 2007).

Nesta perspectiva,

A Convenção inova ao reconhecer expressamente o caráter social da discriminação e os fatores ambientais, sociais e econômicos como agravantes da deficiência e ao buscar impedir quaisquer ações que restrinjam os direitos humanos da pessoa com deficiência, alargando o conceito de discriminação por motivo de deficiência (LIMA; CORREIA; LEÃO, 2011, p. 30).

A meu ver, o reconhecimento de que mulheres com deficiência são sujeitos de direitos, expresso no artigo VI desta convenção, constitui um passo importante para a desconstrução de uma cultura de segregação que as mantém em posições desiguais, dentro e fora dos movimentos de pessoas com deficiência. O passo seguinte consiste em transformar tais recomendações em realidades concretas, a fim de assegurar condições acessíveis, de modo que estas mulheres possam estudar, trabalhar e frequentar dignamente os espaços de saúde, cultura e lazer.

Assim sendo, para tais mulheres, ampliam-se as possibilidades de ressignificar as práticas de poder e opressão, que as mantêm invisíveis, quer nos movimentos feministas, quer no segmento das pessoas com deficiência.

5.5 Ressignificando o poder sob a perspectiva feminista da deficiência

À luz das trajetórias familiares, escolares e acadêmicas de Joana Belarmino, Cida Ramos e Nayara Adriano, nesta sessão, discuto perspectivas de ruptura em meio a experiências de precariedade do outro, (BUTLER, 2011), que, no contexto desta pesquisa, trata-se de mulheres com deficiência, ainda oprimidas, seja pela carência nas condições materiais, pelo controle no exercício de sua sexualidade ou pela negação dos direitos fundamentais que lhes garantiriam a dignidade humana. Nas palavras de Butler, tal processo consiste em

Responder ao rosto, entender seu significado quer dizer acordar para aquilo que é precário em outra vida ou, antes, àquilo que é precário à vida em si mesma. Isso não pode ser um despertar, para usar essa palavra, para minha

própria vida e, dessa maneira, extrapolar para o entendimento da vida precária de outra pessoa. Precisa ser um entendimento da condição de precariedade do Outro. É isto que faz com que a noção de rosto pertença à esfera da ética (BUTLER, 2011, p. 19).

É este exercício que, enquanto mulher cega, tenho me esforçado para desenvolver junto aos meus pares desde o início de minha atuação como pesquisadora. Ciente de que são ambientes desiguais e estruturas despreparadas que caracterizam a precariedade na vida da mulher com deficiência, sinto-me desafiada a dar visibilidade a rostos que, socialmente considerados sem vida, encontram elementos que lhes permitem enfrentar lógicas de poder machistas e capacitistas que até então as oprimiam. Nas palavras de Butler,

Es importante afirmar que nuestros cuerpos son en un sentido nuestros y que estamos autorizados a reclamar derechos de autonomía sobre ellos. Esta afirmación vale tanto para las reivindicaciones de gays y lesbianas del derecho a la libertad sexual como para la reivindicación de transexuales y transgéneros del derecho a la autodeterminación, así como para la reivindicación de intersexuales del derecho a no someterse a ninguna intervención médica o psiquiátrica forzada. Vale tanto para el derecho a estar libre de ataques racistas, físicos y verbales, como para la reivindicación feminista de la libertad reproductiva, así como vale también para todos aquellos cuyos cuerpos trabajan bajo coacción, política y económica, bajo condiciones de colonización y de ocupación (BUTLER, 2010, p. 51).

Considero, portanto, que já é tempo de os apelos midiáticos em torno da inclusão social, darem lugar a expressões de poder que, de fato, contemplem as aspirações e necessidades das mulheres com deficiência, o que somente se fará se forem elas próprias as autoras destes discursos.

Considero, portanto, que já é tempo de os apelos midiáticos em torno da inclusão social, darem lugar a expressões de poder que, de fato, contemplem as aspirações e necessidades das mulheres com deficiência, o que somente se fará se forem elas próprias as autoras destes discursos.

O desafio seguinte consiste em estabelecer relações de consenso entre ambos os segmentos, afim de que cheguem ao entendimento de que “a completa invisibilidade das mulheres com deficiência e suas condições de opressão, subjugo e violência dentro dos movimentos de mulheres e a ausência de recorte de gênero presente nos movimentos de pessoas com deficiência precisavam ser enfrentados e urgentemente revistos” (FERREIRA, 2014, p. 2).

Retirar tais mulheres da condição de anonimato e isolamento social, favorecendo-lhes oportunidades de aproximação, diálogo e troca de informações com outros grupos de mulheres, com ou sem deficiência, pode constituir uma saída viável neste processo. Assim

aconteceu com Nayara, que afirma haver encontrado na associação de surdos o suporte que, segundo ela própria, foi negligenciado por sua mãe.

Eu era sócia da Associação de Surdos, participava da dança, dos movimentos, das lutas surdas, das assembleias, eu sempre estava dentro, sempre participava. Quando eu tinha 12 anos, eu comecei a frequentar a Associação de Surdos, então foi algo clareador na minha vida, foi uma ajuda muito clara (NAYARA ADRIANO, 2016, informação verbal).

Ao contrário do que concebe o modelo médico, o qual define que o desenvolvimento da pessoa com deficiência é uma ação individual, compreendo que o empoderamento de mulheres com deficiência se constrói a partir de um esforço coletivo e resiliente, o que as provoca a fazer de seus limites, oportunidades de crescimento, para si e para o grupo com o qual se identificam (FARIAS, 2011).

Assim, articuladas e conscientes de seus direitos, “tais mulheres recusam as diferenças construídas sob a ordem patriarcal ou sob a cultura da normalidade como parâmetros para o justo, sejam elas assentadas em diferenças reais ou não, vez que foram impostas e conformaram as possibilidades das mulheres e das pessoas com deficiência ao longo dos anos” (PEREIRA, 2013, p. 76).

O acesso à leitura, somado a outras experiências de formação oportunizadas desde a infância de Cida, evidenciam que, de posse de instrumentos e condições apropriadas, pessoas com deficiência tornam-se capazes de atitudes de reflexão e de recusa em meio a práticas de opressão ou exclusão social.

Eu aprendi muito cedo que o preconceito das pessoas era delas e que a minha parte era fazer com que esse preconceito não me absorvesse, ele se transformasse em limites que eu teria que superar. Então assim, essa resiliência, que hoje se fala muito na universidade, ela vem muito da minha formação. Eu sempre me coloquei como sujeito (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

Não há dúvidas quanto ao fato de que, para além de capacitar pessoas com deficiência para competir ou ingressar no mercado de trabalho, a formação que lhes é oferecida, seja em escolas, seja em instituições de apoio às quais estejam vinculadas, deve estar permeada por um viés político que lhes auxilie na compreensão da ampla e complexa teia que é a sociedade, sem perder de vista os desafios culturalmente postos por sua condição de deficiência.

Joana Belarmino, Cida Ramos e Nayara Adriano detinham este conhecimento e, ao mesmo tempo, demonstravam estar conscientes de que “la discapacidad y el genero no se suman, se potencian, se multiplican. Por eso violencia de genero y discapacidad van

dramaticamente unidas, por eso la mujer discapacitada sabe tanto de opresion, de amordazamiento social (MOYA, 2010, p. 22).

Na condição de gestora pública, Cida enfrenta estes embates cotidianamente e, ao tratar da questão, destaca a necessidade permanente de ter que se impor, seja como mulher, seja como pessoa com deficiência.

Primeiro como mulher, não é fácil no espaço de poder você se impor como mulher. É um desafio que não é só meu. Todos os dias, todas nós enfrentamos um desafio de nos impormos como gestoras. Isso aí é um processo diário. E no tocante à deficiência, eu acho que às vezes eles se perguntam: "Como é que uma pessoa com deficiência se impõe de forma tão forte assim?" Porque perante eles, a gente se impõe como mulher, como pessoa com deficiência, mas ainda tem muito a questão da barreira arquitetônica, que muitas vezes eles não observam. Convocam a reunião em locais que tem muita escada e aí você tem que gritar, que falar, tem que dizer que não sobe, que eles que desçam, então tem ainda essa coisa de na própria gestão, você ir impondo que as barreiras sejam diminuídas. Isso aí também é uma batalha diária e que a gente vai avançando e conquistando espaços nesse processo (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

Ações como estas, constituem indicativo de que, a conquista do poder por parte de mulheres com deficiência, se traduz por meio de experiências que dão visibilidade a sua participação na sociedade, onde, do lugar de mulher com deficiência, elas são capazes de inserir-se e posicionar-se em meio a realidades ainda fechadas diante desta condição.

Esta necessidade de interlocução com outros grupos vulneráveis foi determinante para aproximar a luta das pessoas com deficiência à de outros movimentos sociais, o que possibilitou o início de um diálogo entre os estudos de gênero e os estudos sobre a deficiência. “As lutas dos movimentos sociais de pessoas com deficiência guardam um ponto em comum com os movimentos feministas e de lésbicas, gay, bissexual, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTTTI), que é o de questionar o construto do corpo como um dado natural que antecede a construção dos sujeitos” (MELLO; NUERNBERG, 2012, p. 640).

Além de alargar as possibilidades de diálogo com outros grupos, as leituras que Joana Belarmino realizou por ocasião de seu ingresso na universidade, somadas ao processo de redemocratização do país, a fizeram perceber que, mais que uma realidade natural, sua deficiência, assim como a sociedade deveriam ser concebidas como uma construção cultural em constante transformação.

“A faculdade tava numa efervescência muito grande. A gente começou a fazer leituras: ‘O que é a Revolução?’, começou a ler Paulo Freire. Eu cheguei a ir em palestras com Paulo Freire na universidade” (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

Tais bibliografias parecem estar distante do que leem e do que pensam as gerações mais jovens, o que, a meu ver, é reflexo das políticas de globalização dos anos 90, as quais contribuíram decisivamente para o enfraquecimento dos movimentos sociais e da luta pela garantia dos direitos humanos.

Ao olhar para esta conjuntura, compreendo que as trajetórias educacionais aqui apresentadas, revelam a necessidade de investir, seja nas instituições de ensino especializado, seja naquelas escolas que se denominam inclusivas, em estratégias visando romper com uma cultura histórica de silenciamento e, ao mesmo tempo, estimular atitudes de participação nas mais diversas instâncias sociais, a exemplo do que ocorreu na juventude de Joana Belarmino e Cida.

“Eu era uma aluna muito próxima daquele grupo que fazia movimento estudantil, a gente perdia muita aula, a gente ia muito pras assembleias” (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

Eu sempre me coloquei como sujeito. Eu vim estudar, fiz aqui segundo grau e logo me envolvi no movimento estudantil, o que também foi muito importante, o movimento estudantil secundarista, entrei em movimentos de igreja, entrei em partidos de esquerda: o PC do B. Então tudo isso me deu uma formação e alimentou ainda mais a minha resistência, me fez me compreender como sujeito político e perceber que o preconceito era algo que não se dirigia só a mim, se dirigia a diversos segmentos da sociedade, dentre eles a pessoa com deficiência (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

Enquanto as pessoas com deficiência se mantiverem isoladas em suas lutas e os movimentos feministas conceberem que, no tocante às desigualdades de gênero a deficiência é, tão somente o etecetera, creio que tais mulheres terão dificuldade em reconhecer sua condição de pertencimento e, assim, realizar escolhas conscientes e livres das determinações de outrem. Por outro lado, “a pessoa com deficiência empoderada se vê como um sujeito capaz de fazer escolhas na sua vida e responsabilizar-se por suas decisões” (DANTAS; SILVA; CARVALHO, 2014, p. 559).

Ainda que contrariando aos desejos de seus "responsáveis", acredito que é esta capacidade demonstrada por Joana Belarmino, Cida Ramos e Nayara Adriano, de se reconhecer como sujeitos, capazes de decidir e assumir suas próprias escolhas, que precisam ser urgentemente recuperadas por parte da mulher com deficiência. Assim, atitudes de passividade e rejeição diante de um corpo limitado, darão lugar a atuações ativistas, cujas contribuições sociais extrapolam o universo da deficiência. *“A minha vida foi muito centrada na militância, era atuação direta.”* (CIDA RAMOS, 2016, informação verbal).

Eu participava dos movimentos, mas era uma característica minha. Hoje eu não sou filiada ao Partido dos Trabalhadores, mas participei da fundação do PT. Eu brinco: A primeira ata do PT estadual, numa assembleia geral que houve em Bayeux foi escrita em Braille, ninguém se lembra disso não. Mas eu me envolvi nisso (JOANA BELARMINO, 2016, informação verbal).

Compreender estas experiências de poder e participação social, à luz de perspectivas feministas acerca da deficiência, implica em pensar na construção de relações de interdependência, no propósito de eliminar barreiras a fim de que, às pessoas, famílias e cuidadores/as fragilizadas pela condição da deficiência, sejam oportunizadas justas condições para uma vida digna e equânime.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pergunta que conduziu o presente estudo, a saber, de que forma as desigualdades capacitistas e de gênero se evidenciam nas trajetórias familiares, escolares e acadêmicas de professoras com deficiência, que se tornarão professoras da UFPB, considero que os dados obtidos por meio de entrevistas e de outras fontes escritas, ofereceram informações consistentes que possibilitaram o aprofundamento do objeto da pesquisa.

No capítulo de revisão da literatura, apresento o capacitismo que, à luz da crítica feminista ao modelo social da deficiência, refere-se a toda e qualquer forma de desigualdade e vulnerabilidade gerada pelo modelo médico. Entretanto, senti a necessidade de recorrer à classificação das deficiências, já que, numa sociedade notadamente marcada pelo modelo médico, esta é a principal responsável pelo estabelecimento de barreiras que negam a estas pessoas o direito de participação plena, além de se caracterizar como um dos mais visíveis e substanciais marcadores de diferenças.

Nesta perspectiva, a docilidade e fragilidade culturalmente atribuídas ao corpo feminino se potencializa quando se trata de uma mulher com deficiência, cuja estética corporal distancia-se dos padrões estabelecidos pela sociedade, o que a exclui da participação nos espaços formais de construção do conhecimento, assim como dos ambientes produtivos.

Uma pessoa com deficiência física, por exemplo, é comumente impedida de exercer o direito de ir e vir, já que encontra dificuldade de ocupar determinados ambientes, pouco ou nada acessíveis diante desta diferença. Por estarem imersas em uma sociedade visuocêntrica, pessoas cegas deparam-se diariamente com uma série de obstáculos no tocante ao acesso às informações, cujos formatos, em geral, estão indisponíveis a elas. Já as pessoas surdas enfrentam o desafio de comunicar-se numa sociedade em que a língua de sinais sequer é utilizada nos serviços de atenção básica à saúde e educação, cerceando-lhes o direito de expressar suas necessidades. Não menos desafiadoras são as barreiras permanentemente enfrentadas por pessoas que apresentam dificuldades cognitivas que, em face das dificuldades de compreensão e de expressão de seus sentimentos, sentem-se marginalizadas inclusive dentro do movimento das pessoas com deficiência, nos quais, geralmente, suas vozes não são privilegiadas.

Diante desta conjuntura, ao apontar obstáculos capacitistas e de gênero vivenciados nas trajetórias de uma mulher com deficiência física, uma mulher cega e uma mulher surda, espero abrir caminhos para que mulheres com ou sem deficiência descubram mecanismos que

lhes auxiliem no enfrentamento dos embates culturais diante de mentalidades hétero e corpo-normativas, resultando em uma participação mais efetiva nas atividades econômicas e sociais.

Discutir experiências de precariedade da vida humana à luz das trajetórias de Cida, Joana Belarmino e Nayara implica pensar o coletivo de mulheres com deficiência, cuja realidade é marcada por experiências de extrema desigualdade, o que lhes nega possibilidades de poder e participação na família, na escola e no mercado de trabalho.

Nesta perspectiva, considero que um dos grandes obstáculos que ainda hoje contribui para a exclusão educacional e social de meninas e mulheres com deficiência é o baixo índice de escolarização de sua família, o que, como evidenciado nas experiências apresentadas neste estudo, resulta em desafios que se perpetuam ao longo de sua existência, dentre os quais destaco a ausência de informações, como também a carência de recursos econômicos, o que impede a melhoria de sua qualidade de vida.

Esta é uma diferença notável na trajetória das mulheres entrevistadas. Se por um lado os pais de Cida Ramos e Nayara Adriano, escolarizados e dotados das condições para custear seus estudos e tratamento médico, concentram todos os esforços neste propósito, os pais de Joana Belarmino, por sua vez, ávidos de informações e sem possuir sequer casa própria para abrigar os treze filhos, abdicam da convivência com as sete crianças cegas, que deixam o interior de Pernambuco a fim de buscar educação na capital paraibana, onde estabeleceram residência e, anos depois, conquistaram a ascensão profissional que assegurou a sobrevivência da família.

Em suas falas, Cida Ramos e Nayara Adriano também afirmam que o ingresso na carreira profissional, que ainda não foi alcançado por um considerável número de mulheres com deficiência, foi determinante para sua autonomia, o que indica que, ao assumir posições econômicas e profissionais de destaque, estas mulheres contribuem para a superação do mito em relação à extrema e permanente dependência financeira de uma pessoa, em particular, de uma mulher com deficiência.

Em relação ao processo de escolarização de pessoas com deficiência, os acontecimentos narrados pelas professoras indicam que, uma vez superada a adoção de práticas pedagógicas voltadas tão somente ao cuidado e ao diagnóstico destes estudantes, será possível, por meio da educação, empoderá-lo/as, de forma que, conscientes de suas potencialidades, assim como de seu papel enquanto atores sociais, possam, além de garantir sua sustentabilidade, atuar proativamente em vista do desenvolvimento da sociedade.

Outra evidência revelada pelo estudo diz respeito aos processos identitários que cada uma das professoras vai construindo no decorrer de sua trajetória. Neste sentido, apesar das

três utilizarem a academia como espaço de ativismo, observa-se que, por estar desde a infância em contato permanente com pessoas cegas, Joana Belarmino identifica-se profundamente com este movimento, o que se verifica por sua participação em eventos, como também por meio de sua produção escrita em torno da questão e, sobretudo, pelo respaldo nacional que seu nome conquistou nos últimos 20 anos.

Nayara, por sua vez, somente tomou consciência da identidade surda a partir do ingresso na associação. O fato de passar a conviver com pessoas que vivenciavam experiências capacitistas comuns às suas, desperta na jovem novas possibilidades de convivência social e a motiva ao engajamento nas lutas surdas, processo que foi interrompido após sua chegada à Paraíba, já que, segundo a professora, não havia um movimento consolidado em torno desta causa.

Por outro lado, impregnada por uma mentalidade corpo-normativa, a família de Cida a cercava de cuidados e, embora lhe tenha apresentado inúmeras possibilidades de convivência social, a manteve distanciada do universo das pessoas com deficiência. Por esta razão, os relatos da professora indicam que o compromisso social assumido por ela em defesa dos estudantes e de outros grupos vulneráveis, parece deslocar-se de um compromisso mais efetivo com a causa da pessoa com deficiência, na qual ela não se deixou enraizar.

Como mulher cega, também me identifiquei com uma série de elementos capacitistas elencados nas três trajetórias. Considero que, para superar tais obstáculos, torna-se necessário que desde cedo mulheres com deficiência tomem consciência de sua identidade de gênero, considerando os aspectos dicotômico e fluido deste conceito, como também de sua condição de deficiência, que deve ser entendida a partir de experiências de pertencimento a um movimento que hoje tem um caráter político e social.

A meu ver, não se trata de estimular a existência de uma cultura à parte. Considero, igualmente, que a presença de mulheres e pessoas com deficiência nas escolas regulares, nos espaços de trabalho formal ou em quaisquer ambientes culturais convencionais, fortalece a construção de uma sociedade inclusiva.

Este diálogo, no entanto, deve ser enriquecido com elementos específicos à identidade de gênero e de deficiência que, quando negados, reforçam a manutenção de estruturas capacitistas e desiguais que perpetuam a exclusão social para ambos os grupos.

Ora como estudante, ora como professora do ensino superior, recorro haver me deparado com uma série de barreiras à permanência na universidade, as quais vão desde a ausência de literatura em formato acessível, ao distanciamento de alguns colegas de

departamento, que à época, além de se recusarem a receber alunos com deficiência em seus projetos de pesquisa, questionavam a minha maneira de lecionar.

Obstáculos semelhantes foram narrados pelas professoras no decorrer das entrevistas, resultantes de uma cultura capacitista que fragiliza igualmente mulheres e pessoas com deficiência e que precisam ser urgentemente compreendidos e assumidos por elas, fortalecendo, dessa forma, as lutas empreendidas por ambos os grupos, visando à igualdade e inclusão social. É certo que há um crescente número de mulheres que estudam, trabalham fora, lideram e ainda se engajam no ativismo em defesa de seus direitos e na superação de práticas culturais androcêntricas.

Na mesma direção, ampliam-se as perspectivas de empoderamento e participação social das pessoas com deficiência que, por força de lei, deixam os espaços privados, exigindo da esfera pública maior qualificação para o acolhimento de suas demandas.

Contudo, quando se trata da intersecção gênero e deficiência, tenho a impressão de estar diante de uma problemática ainda não superada. Nesse estudo, evidencio que a vida destas mulheres se torna precária devido à ausência de políticas de acessibilidade à educação, à saúde e às informações necessárias ao exercício de sua sexualidade, fato que é igualmente negligenciado pelas agendas feministas e pelo movimento de pessoas com deficiência.

Diante deste panorama, as trajetórias destas professoras no âmbito pessoal e profissional, cujos acontecimentos datam de uma época em que a legislação era omissa em relação a direitos e possibilidades de mulheres com deficiência, me permitem compreender que, quando lhes são oferecidas oportunidades e condições dignas, é possível romper as reduzidas expectativas da sociedade, e assim desempenhar com êxito os papéis relativos ao cuidado pessoal e à atuação nos espaços públicos.

Assim, anseio que as experiências de vida aqui descritas, que tantas vezes se misturam às minhas próprias, tornem-se um subsídio a mais, a fim de que mulheres, com ou sem deficiência, diplomadas, trabalhadoras ou ainda socialmente invisíveis, tomem consciência de que são sujeitos de direitos, reconhecendo suas capacidades e identificando-se como pertencentes a um grupo social mais amplo.

Há uma parcela significativa de mulheres, sobretudo aquelas marcadas por múltiplas faces de opressão e discriminação, como é o caso da deficiência, que têm sua identidade negada, já que são os outros que pensam, que decidem, que falam e agem sobre seu corpo e sua vida.

Refletir sobre trajetórias de mulheres surdas, assim como de mulheres com deficiência física e visual, à luz dos Estudos Culturais, implica em dar visibilidade a sua identidade, bem

como às experiências de poder e participação social a partir do lugar que ocupam, o que demanda uma redefinição conceitual e cultural acerca das concepções de gênero e de deficiência. Trata-se de propor caminhos visando à superação da cultura da corponormatividade que, ao estabelecer como perfil padrão um corpo sadio e sem defeitos, anula as possibilidades de poder e participação das pessoas com deficiência, culturalmente consideradas incapazes em função de lesões ou outros limites biológicos presentes em seus corpos.

É crescente o debate em torno da participação feminina, assim como do aumento de matrículas de estudantes com deficiência no ensino superior. Além disso, observa-se que desde o século XIX, o Serviço Social e o Magistério têm sido cultural e economicamente concebidos como uma profissão passiva e dócil, e por esta razão reservada à mulher. No entanto, a academia é carente de estudos relacionados ao exercício da docência por parte de mulheres com deficiência. Nesse sentido, considero que as trajetórias apresentadas neste estudo enriquecem estas discussões, tendo em vista que destaco experiências de rupturas e enfrentamentos, em oposição ao culturalmente esperado por parte destas mulheres.

Embora os apelos midiáticos e mesmo os programas escolares estejam avançando no tocante à implementação de uma cultura que garanta o respeito à diversidade humana, observa-se, a partir das trajetórias supra apresentadas, a manutenção de uma série de barreiras sócio, histórica e economicamente postas, as quais impedem a participação plena de mulheres com deficiência.

É importante considerar que os maiores obstáculos descritos nas entrevistas, quais sejam, a carência econômica, apontada na trajetória de Joana Belarmino, a ausência de ambientes acessíveis e a pouca credibilidade da família, evidenciadas nas narrativas de Cida, assim como a associação entre surdez e deficiência, destacada na voz de Nayara, não se encerram nelas mesmas, mas são recorrentes para uma parcela significativa desta população feminina que, em decorrência de limites físicos ou sensoriais, é categorizada como incapaz, mantendo-se à margem quando se trata da participação na esfera pública.

A meu ver, a aquisição das condições para o enfrentamento de tais obstáculos somente será possível se estas mulheres, particularmente aquelas mais afastadas dos centros urbanos, contarem com uma rede de apoio que as aglutine em torno de uma consciência coletiva. Assim ocorreu com as entrevistadas neste estudo que, por meio do lastro literário, do suporte de seus professores ou da presença em associações, descobriram estratégias de empoderamento e participação social em meio às barreiras capacitistas vivenciadas no

decorrer de suas trajetórias, o que as levou a atuar na defesa de interesses comuns a seu grupo social.

Considerando o quanto, para Joana Belarmino e Nayara, as escolas especiais, assim como para Cida a escola regular, foram importantes no sentido de fortalecer o empoderamento e garantir autonomia no processo de tomada de decisões, enfatizo a necessidade de se implementar um sistema educacional inclusivo que, reformulado a partir de estruturas menos capacitistas e desiguais, possa responder às demandas específicas destas mulheres. Nesta perspectiva, para além dos laudos médicos que determinam o limite "máximo" a ser alcançado por estas pessoas, é preciso explorar suas potencialidades a fim de que, por meio do acesso à educação formal, reconheçam que, além de detentoras de direitos, são capazes de assumir responsabilidades em vista do desenvolvimento social.

Para tanto, há que se ressignificar também o conceito de acessibilidade, o qual, para além da colocação de rampas ou remoção de obstáculos arquitetônicos, demanda a eliminação das barreiras que impedem o acesso à informação e à comunicação. Nesta perspectiva, penso que, embora o país já tenha avançado significativamente em relação a leis que assegurem o combate à violência e a garantia de direitos a mulheres e pessoas com deficiência, torna-se imperativo suscitar, em ambos os movimentos, a adoção de práticas que estimulem o protagonismo de seus atores, os quais deverão estar cientes das lutas políticas que os desafiam em seu cotidiano.

As mudanças experimentadas nas últimas décadas, as quais, mais que pela vontade dos legisladores, decorrem do ativismo exercido igualmente por mulheres e pessoas com deficiência, indicam que já existem lideranças comprometidas com estas causas. Todavia, é preciso fortalecê-las, por meio de cursos de ciência política e outras ações, a fim de evitar que caiam num estado de inércia ou acomodação que, a meu ver, tem atingido os movimentos sociais brasileiros, o que tem se refletido também quando se trata de um movimento articulado em torno das lutas de gênero e deficiência.

No capítulo de revisão de literatura discuto como as lutas feministas foram determinantes para o nascimento do movimento social da pessoa com deficiência. Nesse sentido reafirmo que, se a deficiência é condição que potencializa a vulnerabilidade feminina, torna-se necessário combater o estado histórico de isolamento, precariedade e silenciamento vivenciado por este grupo social.

O desafio consiste em romper os paradigmas capacitistas que encerram a deficiência num corpo com limites, compreendendo que, além de deficientes, pessoas são oprimidas pelo fato de ser mulher, negra, pobre, analfabeta, com religião, cultura e nacionalidade distintas.

Diante disso, observo a necessidade de ampliar a presença de mulheres com deficiência, as quais deverão atuar nas mais diversas instâncias de poder e de participação social, com a consciência de que sua luta associa-se à de tantas outras que, apesar de não se encontrarem na condição de deficiência, permanecem excluídas do acesso à saúde, à educação e, sobretudo, à aquisição de bens de consumo.

Espero, portanto, que o presente estudo abra perspectivas, dentro e fora do ambiente universitário, no sentido de fortalecer, inicialmente, o processo de produção de conhecimentos, mas, sobretudo, a emergência de práticas sociais articuladas em torno de questões relacionadas a gênero e deficiência.

Trata-se de contribuir com a construção de um movimento de mão dupla, o qual poderá fortalecer o debate em torno das lutas feministas, que deverão reconhecer e combater as experiências corpo-normativas que discriminam e excluem as mulheres com deficiência. Estas, por sua vez, poderão ressignificar sua luta a partir das contribuições advindas do conceito de gênero, o qual concebe a opressão feminina como uma experiência política, decorrente de fatores externos ao seu corpo.

Além de provocar este debate junto ao movimento das pessoas com deficiência e aos movimentos feministas, respectivamente, julgo que as trajetórias de Cida, Joana Belarmino e Nayara enriquecem as pesquisas no campo dos Estudos Culturais em Educação, já que denunciam experiências de opressão e desigualdades, materializadas por meio de obstáculos vivenciados por pessoas que se mantêm invisíveis na ótica da cultura oficial.

Considero, portanto, que, ao apontar experiências de desigualdades igualmente provocadas por estruturas capacitistas e de gênero, estas trajetórias são valiosas e enriquecedoras porque suscitam em mulheres e homens, com ou sem deficiência, uma mudança de mentalidade. Trata-se de ressignificar conceitos e valores culturalmente postos, a fim de que sejam identificadas, de igual maneira, a força e a capacidade produtiva feminina, como também as potencialidades das pessoas com deficiência.

Estou ciente de que, igualmente significativas para mulheres e pessoas com deficiência, as conquistas no tocante à efetivação de novas leis e a abertura de possibilidades de engajamento e participação social, obtidas a partir das últimas décadas do século XX, tornam-se incipientes diante de uma cultura que se utiliza do corpo como instrumento de discriminação e exclusão social.

Assim, mais que tão somente olhar para corpos biologicamente impedidos de enxergar, ouvir ou caminhar com autonomia, estas trajetórias convocam a sociedade a uma mudança na mentalidade e nas estruturas desiguais que, fundamentadas em concepções

culturais capacitistas, utilizam questões relacionadas a gênero e deficiência como critérios de seleção, discriminação e exclusão social.

Ao argumentar que a intersecção entre as barreiras capacitistas e de gênero gera, em si mesma, experiências de desigualdade e vulnerabilidade femininas, potencializadas quando se trata de uma mulher com deficiência, espero oferecer à academia, a ativistas de ambos os movimentos e à sociedade em geral, um instrumento político que auxilie, não apenas na identificação estatística deste segmento, mas, sobretudo, na implementação de medidas justas a fim de assegurar a mulheres e meninas com deficiência o pleno e livre desfrute de suas potencialidades e satisfação de suas necessidades fundamentais.

Estou igualmente ciente em relação aos avanços alcançados após o exame de qualificação, à relevância da pesquisa e, ao mesmo tempo, aos limites e lacunas deixadas por este estudo, os quais serão certamente aperfeiçoados em pesquisas posteriores. Ao longo do texto, apresentei questões amplas e de grande abrangência social, num diálogo com várias perspectivas teóricas, as quais, a meu ver, carecem de maior rigor e aprofundamento, o que se deve às dificuldades relacionadas ao tempo limitado para escrita de uma tese e às condições de acessibilidade para a leitura, construção e formatação do texto.

Assim, compreendo estar diante de uma temática não esgotada, da qual resultarão, espero, num futuro breve, novas e importantes contribuições sociais.

REFERÊNCIAS

- ADRIANO, N. de A. **Entrevista III**. [maio 2016]. Entrevistador: Adenize Queiroz de Farias. João Pessoa, 2016.
- ALBERTI, V. **Ouvir, contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALKMIN, E. G. **Palestra**. [maio, 2016]. São Paulo: ONCB, 2016. ENCONTRO BRASILEIRO DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA VISUAL. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2016.
- AMARAL, W. V. do. “No princípio criou Deus...”: relações entre gênero e religião. **Paralellus**, Recife, v. 6, n. 12, p. 87-90, jan./jun. 2015. ISSN 2178-8162. Disponível em: <<http://www.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/621/481>>. Acesso em: 10 out. 2016.
- ANDRADE, S. Capacitismo: o que é, onde vive, como se reproduz? **As gordas**. 2015. Disponível em: <<https://asgordas.wordpress.com/2015/12/03/capacitismo-o-que-e-onde-vive-como-se-reproduz/>> Acesso em: 13 nov. 2017.
- ANDRADE, S. dos S.; BARZOTTO, C. E. Transversalidade de gênero: um conceito para analisar políticas públicas. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO, 6., 2015, Canoas. **Anais eletrônicos...** Canoas: UFRGS, 2015. Disponível em: <<http://www.sbece.com.br>> Acesso em: 12 ago. 2016.
- ANSAY, N. N. O acesso de estudantes com deficiência ao ensino superior no Brasil: direito ou concessão? **Revista Educação e Políticas em Debate**, Paraná, v. 4, n. 1, jan./jul. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/viewFile/31339/17051>>. Acesso em: 13 jan. 2016.
- ARAÚJO, N. de F. Desigualdade de gênero. In: TEIXEIRA, E. M. F.; MENEGHEL, S. N. (Org.) **Dicionário feminino da infâmia**: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.
- AYRES, M. **A intimidade da mulher com deficiência**: uma etnografia de tela interdisciplinar. Florianópolis: Insular, 2017.
- BAPTISTA, R. Cresce percentual de mulheres entre senadores eleitos. **Senado Notícias**, 6 out. 2014. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/10/06/cresce-percentual-de-mulheres-entre-senadores-eleitos>>. Acesso em 10 set. 2016.
- BÉLENS, J. N. M. Trabalhando feito homem: histórias de vida e representações, o caso de mulheres do Estreito-Campina Grande-PB. In: MACHADO, C. J. dos S. et al. (Orgs.). **Do silêncio à voz**: pesquisas em história oral e memória. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. **Economia das trocas simbólicas**. 5. ed., São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BRANDO, A. M. P.; WALTER, C.; NUNES, L. Relato de uma professora com deficiência no ensino superior. In: JORNADA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: EDUCAÇÃO ESPECIAL E O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM PRÁTICAS INCLUSIVAS, 10., 2010. **Anais...** Marília: UNESP, 2010.

BRASIL. **Cartilha do censo 2010**: pessoas com deficiência. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. **Dados do censo escolar indicam aumento de matrícula de alunos com deficiência**. 23 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/dados-do-censo-escolar-indicam-aumento-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia>>. Acesso: 21 out. 2016.

_____. Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Decreto n. 93.481, de 29 de outubro de 1986. Dispõe sobre a atuação da Administração Federal no que concerne às pessoas portadoras de deficiências, institui a Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 out. 1986. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D93481.htm>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher;

dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 7 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 mar. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 6 jul. 2015.

_____. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 5 fev. 2018.

_____. Lei n. 4.121, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 ago. 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/1950-1969/L4121.htm>. Acesso em: 5 fev. 2018.

_____. Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 out. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 nov. 2000a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10048.htm>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 dez. 2000b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

_____. Portaria SEDH n. 2.344, de 3 de novembro de 2010. Dá publicidade às alterações promovidas pela Resolução nº 01, de 15 de outubro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE em seu Regimento Interno. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 nov. 2010. Disponível em: <http://www.udop.com.br/download/legislacao/trabalhista/pcd/port_2344_pcd.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2018.

_____. Presidência da República. **II Plano nacional de políticas para as mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2018.

_____. Presidência da República. **III Plano nacional de políticas para as mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Presidência da República. **Orientações estratégicas para institucionalização da temática de gênero nos órgãos governamentais**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/orientacoes_estrategicas>. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Plano nacional de políticas para as mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/plano-nacional-politicas-mulheres.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

BRITES, J. G.; SCHABBACH, L. (Org.). **Políticas para família: gênero e educação**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

BURKE, P. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

BUTLER, J. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Frames of war: when is life grievable**. New York: Verso, 2009.

_____. **Marcos de guerra: las vidas lloradas**. Barcelona: Paidós Ibérica, 2010.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. Vida precária. **Contemporânea**, Revista de Sociologia da UFSCar, São Paulo, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18/3>>. Acesso em: 4 fev. 2018.

_____. **Vida precária**: el poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2004.

CABALLERO, I. Interseccionalidade. In: CABALLERO, I. et al. **La transversalidad de género en las políticas públicas de discapacidad – manual**. Madrid: Cinca AS, 2013.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 17, n. 4, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-401420030003000008&script=sci_arttext> Acesso em: 20 nov. 2017.

CARVALHO, C. F. da S.; BRITO, R. S. de. Conceptions of physically disabled women in terms of motherhood: an exploratory-descriptive study. **Online Brazilian Journal of Nursing**, [S.l.], v. 13, set. 2014. Disponível em: <<http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/4999>>. Acesso em: 13 set. 2016.

CARVALHO, M. E. P.; RABAY, G. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional do Brasil. **Estud. Fem.**, v. 23, n. 1, p. 119-136, 2015.

CARVALHO, M. E. P.; ANDRADE, F. C. B.; JUNQUEIRA, R. D. **Gênero e diversidade sexual**: um glossário. João Pessoa: Ed. Universitária, UFPB, 2009.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 1., 2004, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/anais.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – CBEE, 4., 2014, São Carlos, SP. **Anais...** São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 2014.

CORRÊA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cad. Pagu.**, Campinas, n. 16, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332001000100002&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em: 20 nov. 2017.

COSTA, M. B. da. **Palestra**. [maio 2016]. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA VISUAL. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2016.

DANTAS, T. C.; SILVA, J. S. S.; CARVALHO, M. E. P. de. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36., Goiânia. **Anais eletrônicos...** Goiânia, 2013. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt15_3045_texto.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2018.

DANTAS, V. M. C. S. Narrativas de vida das mulheres com deficiência: lutas e conquistas no contexto social. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10, 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: [s.n.], 2013. Disponível em: <

http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1381425794_ARQUIVO_VandaMariaCamposSalmeronDantas_1_.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2018.

DECLARAÇÃO universal dos direitos humanos. Paris: Comitê de Redação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2018.

DIAS, M. B. **A mulher no código civil**, 2010. Disponível em: <http://www.mariaberenice.com.br/uploads/18_-_a_mulher_no_c%C3%B3digo_civil.pdf>. Acesso em 12 out. 2016.

DINIZ, D. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. **Série Anis**, [S.l.], v. 28, p. 1-10, Brasília, 2003. Disponível em: <[http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28\(diniz\)deficienciafeminismo.pdf](http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28(diniz)deficienciafeminismo.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

DINIZ, D.; PEREIRA, L. B. **Direitos humanos no Brasil: pessoas com deficiência**. São Paulo: NAU-FFLCH, USP, 2010.

DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300010&script=sci_arttext> Acesso em: 20 nov. 2017.

ENCONTRO DA REDOR - REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 18., 2014, João Pessoa. **Anais...** Joao Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014.

ESCOSTEGUY, A. C. Estudos culturais: uma introdução. In: SILVA, T. T. (Org.). **O que é, afinal, estudos culturais?** 3. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

FARIAS, A. Q. de. **Gênero e deficiência: uma história feminina de ruptura e superação de vulnerabilidades**. 2011. 112f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

FERREIRA, L. C. **Por uma prática de direitos humanos que considere critérios universais e que respeite as diferenças plurais de pessoas e grupos**. Brasília: CONADE, 2014. (Boletim Informativo). Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_gene_rico_imagens-filefield-description%5D_100.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

FERREIRA, W. B. Direitos da pessoa com deficiência e inclusão nas escolas. [S.l.: s.n.], 2009. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03_ferreira_direitos_deficiencia.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2018.

FIALHO, L. Prefácio. In: NUNES, M. L. da S.; TEIXEIRA, M. M. (Orgs.). **Eu conto, você conta**. Fortaleza: EdUECE, 2017.

FIGUEIRA, E. **Caminhando em silêncio**: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil. Rio de Janeiro: Giz Editorial, 2008.

FISHER, A. Palestra. Autonomía, identidad y empoderamiento. Panamá: 2015. In: FORO LATINOAMERICANO DE MUJERES CON DISCAPACIDAD VISUAL, 4., Panamá, 24 nov. 2015.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. **Microfísica do poder**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FRANÇA, D. N. O. Sexualidade da pessoa cega: uma revisão sistemática da literatura. **Rev. Ciênc. Méd. Biol.**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 101-105, jan./abr. 2013.

GABRILI, M. C. **Palestra**. [maio 2016]. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA VISUAL. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para cegos, 2016.

GAVÉRIO, M. A. Medo de um planeta aleijado? – notas para possíveis aleijamentos da sexualidade. **Áskesis**, São Paulo, v. 4, n. 1, jan./jun. 2015.

GAVÉRIO, M. A.; OLIVEIRA, E. L. de. A crítica deficiente: alguns posicionamentos cripfeministas. In: SEMINÁRIO ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 4., 2015, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador, 2015. Disponível em: <<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/comunicacaooralmarcoantonioavarioevertonluisoliveira.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

GESSER, M.; NUERNBERG, A. H.; TONELI, M. J. F. Constituindo-se sujeito na intersecção gênero e deficiência: relato da pesquisa. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 18, n. 3, p. 419-429, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v18n3/v18n3a03.pdf>>. Acesso em 10 set. 2016.

GLAT, R. **Somos iguais a vocês**: depoimentos de mulheres com deficiência mental. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

GLAT, R.; ANTUNES, K. C. V. Pesquisa em educação especial: reflexões sobre sujeitos, ética e metodologia. In: TAQUETTE, S. R.; CALDAS, C. P. (Org.). **Ética e pesquisa com populações vulneráveis**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012. Disponível em: <http://www.eduinclusivapesquerj.pro.br/images/pdf/GLAT_E_ANTUNES,Capdelivro_2012.pdf>. Acesso em 20 nov. 2016.

GONÇALVES, R. de C.; LISBOA, T. K. **Trajetórias de vida**: visibilizando e reconstruindo a história das mulheres. Santa Catarina: Katálisis, 1998.

HAAS, C. A história oral como itinerário de pesquisa na educação especial: construindo narrativas de “aceitação do outro como legítimo outro”. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos...** Caxias do Sul, 2012. Disponível em: <

<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/312/683>>. Acesso em: 10 set. 2016.

HALL, S. **A identidade cultural na pós modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979/87743>>. Acesso em: 4 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sobre-censo/apresentacao.html>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

_____. **Pesquisa nacional de saúde**: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisas, 2014. Disponível em: <<ftp://ftp.ibge.gov.br/PNS/2013/pns2013.pdf>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília, 2011.

KERNER, I. Tudo é interseccional?: Sobre a relação entre racismo e sexismo. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 93, p. 45-58, jul. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000200005>. Acesso em: 25 mai. 2017.

KLEIN, M.; FORMOZO, D. de P. Gênero e surdez. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/225/172>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. (Comp.). **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LEÃO, T. M.; LIMA, I. M. S. O. Direito sanitário e pessoa com deficiência: uma análise da rede de proteção normativa à saúde no Brasil. In: LIMA, I. M. S. O.; PINTO, I. C. de M.; PEREIRA, S. de O. **Políticas públicas e pessoa com deficiência**: direitos humanos, família e saúde. Salvador: EDUFBA, 2011.

LIMA, I. M. S. O.; CORREIA, L. C.; LEÃO, T. M. Ministério Público e integralidade em saúde: direitos humanos das pessoas com deficiência. In: LIMA, I. M. S. O.; PINTO, I. C. de M.; PEREIRA, S. de O. **Políticas públicas e pessoa com deficiência**: direitos humanos, família e saúde. Salvador: EDUFBA, 2011.

LINHARES, J. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Revista Veja**, 18 abr. 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar>>. Acesso em: 20 fev. de 2017.

LOPES, P. **Notas sobre teoria crip**: desafios de “novos” horizontes de articulação. [S.l.: s.n.], 2016.

LÓPEZ, A. M. Transversalidad de género: educación, formación y empleabilidad. **Espaço do Currículo**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 176-194, mai./ago. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/download/rec.2015.v8n2.176194/13933>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

MACHADO, E. V. Políticas públicas de inclusão no ensino superior. In: SOUZA, O. S. H (Org.). **Itinerários da inclusão escolar**: múltiplos olhares, saberes e práticas. Porto Alegre: Ulbra, 2008.

MARTINS, J. A.; BARSAGLINI, R. A. Aspectos da identidade na experiência da deficiência física: um olhar sócioantropológico. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, v. 15, n. 36, p. 109-21, jan./mar. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v15n36/aop4110>>. Acesso em: 10 set. 2016.

MATOS, M. Acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. In: TEIXEIRA, E. F.; MENEGHEL, S. N. (Org.). **Dicionário feminino da infância**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

MEIHY, J. C. S. B. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MELLO, A. G. de. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade**: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

_____. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo**: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência. 2014. Dissertação (Mestre em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. **Por uma abordagem antropológica da deficiência**: pessoa, corpo e subjetividade. Florianópolis: Repositório UFSC, 2009.

MELLO, A. G. de; NUERNBERG, A. H. Corpo, gênero e sexualidade na experiência da deficiência: algumas notas de campo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 3., 2013, Salvador. **Anais...** Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2013.

_____. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 set. 2016.

MENEZES, M. A. R. de. **Entrevista II**. [abr. 2016]. Entrevistador: Adenize Queiroz de Farias. João Pessoa, 2016.

MIRANDA, C. M. Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil e no Canadá. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 9., 2014, Brasília. **Anais**

Eletrônicos... Brasília: ABCP, 2014. Disponível em: <
<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/03/movimentos-feministas-e-construcao-espacos-institucionais.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

MOYA, C. G. **El escalón de cristal**: discasfeminismo, claves para comprender la discriminación múltiple. Granada: Dauro, 2010.

NICOLAU, S. M.; SCHRAIBER, L. B.; AYRES, J. R. de C. M. Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 863-872, mar. 2013. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000300032&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 set. 2016.

OLIVEIRA, K. P. de. A trajetória da mulher na política brasileira: as conquistas e a persistência de barreiras. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 26, p. 11-49, ago./dez. 2014. Disponível em: <
<https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/18482/1/Artigo%201.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

_____. Análise da evolução da participação da mulher na política brasileira: estudo aplicado às assembleias legislativas. **Passei Direto**, Belo Horizonte, ago. 2013. Disponível em: <
https://www.passeidireto.com/arquivo/4661833/analise-da-evolucao-da-participacao-da-mulher-na-politica-brasileira_estudo-apli>. Acesso em: 16 jul. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Ano internacional das pessoas deficientes: relatório de atividades. Brasil: Comissão Nacional, 1981. Disponível em: <
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002911.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

_____. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. [S.l.: s.n.], 1979. Disponível em: <
<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

_____. Declaração e plataforma de ação de Beijing. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER, 4., 1995, Beijing. Disponível em: <
<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/BDPfA%20S.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Programa de ação mundial para as pessoas deficientes. [S.l.: s.n.], 1982. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/ProgAcMundPessDef.html> >. Acesso em: 5 fev. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, 1994. Disponível em: <
<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

PASSEGGI, M. da C.; SILVA, V. B. da. (Orgs.). **Invenções de vida, compreensão de itinerários e alternativas de formação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PAULA, A. R. de; REGEN, M.; LOPES, P. **Sexualidade e deficiência**: rompendo o silêncio. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2005.

PAULILO, M. A. S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 1, jul./dez. 1999.

PEREIRA, A. M. B. A. **Viagem ao interior da sombra**: deficiência, doença crônica e invisibilidade numa sociedade capacitista. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Mestrado e Doutorado "Pós-Colonialismos e Cidadania Global", Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Coimbra.

PEREIRA, L. B. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e justiça**: novos contornos das necessidades humanas para a proteção social dos países signatários. 2013. Tese (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília.

PRATES, D. Da violência sexual contra mulheres com deficiência: a invisibilidade. **Justificando**, 6 dez. 2017. Disponível em: <
<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/12/06/da-violencia-sexual-contra-mulheres-com-deficiencia-invisibilidade/>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

QUEIROZ, A. Deficiência, saúde pública e justiça social. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 827-829, dez. 2007. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000300020&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 12 mai. 2017.

RIBAS, J. **Preconceito contra as pessoas com deficiência**: as relações que travamos com o mundo. São Paulo: Cortez, 2011.

SALVATICI, S. Memórias de gênero: reflexões sobre história oral de mulheres. **Revista História Oral**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2005. Disponível em: <
<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=114&path%5B%5D=109>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

SANTANA, A. P.; BERGAMO, A. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 565-582, maio/ago., 2005. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a13v2691.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2016.

SANTIAGO, S. A. da S. **Exclusão da pessoa com deficiência, educação para quê?** 2009. 258f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SANTOS, E. S. dos. Comunidade surda: a questão das suas identidades. In: DÍAZ, F. et al., **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009.

SEIDMAN, S. **Queer theory/sociology**. Malden: Blackwell, 1996.

SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO, 6., 2015, Canoas, RS. **Anais...** Canoas, RS: Universidade Luterana do Brasil, 2015.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO, 3., 2015, Canoas, RS. **Anais...** Canoas, RS: Universidade Luterana do Brasil, 2015.

SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS, 2010, Rio Grande do Norte. **Anais...** Rio Grande do Norte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

SILVA, J. S. S. da; FERREIRA, W. B. Do encapsulamento da educação especial à interdisciplinaridade dos estudos culturais: revisão das noções de deficiência na produção científica brasileira. In: CONGRESO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO DE CIENCIAS SOCIALES, 4., 2017, Salamanca. **Anais...** Salamanca: Universidade de Salamanca, 2017. Disponível em: < <http://congresoflacso2017.es/wp-content/uploads/2017/07/Programa-FINAL-4%C2%BA-Congreso-Flacso-2017.pdf>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

SILVA, M. do S. E. da. Um olhar sobre a identidade surda. In: FÓRUM NACIONAL DE CRÍTICA CULTURAL, 2., 2010, Alagoinhas. **Anais eletrônicos...** Alagoinhas: UNEB, 2010. Disponível em: <<http://www.poscritica.uneb.br/anais-eletronicos/arquivos/32%20-%20UM%20OLHAR%20SOBRE%20A%20IDENTIDADE%20SURDA.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.

SILVA, R. F. da. História e biografia: relações de sentidos e possibilidades. In: NUNES, M. L. S. et al. **Eu conto, você conta: leituras e pesquisas (auto) biográficas**. Fortaleza: EdUECE, 2017.

SILVA, T. **Inclusão e exclusão de deficientes na sociedade**. [S.l.: s.n.], 2006.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SILVEIRA, B. R. A representação da mulher com deficiência física na mídia: o caso viver a vida. **Cadernos de Comunicação**, v. 16, n. 2, p. 357-373, jul./dez. 2012. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/6847>> Acesso em: 20 jun. 2016.

SIMÕES, J. Deficiência intelectual, gênero e sexualidade: algumas notas etnográficas em uma APAE do interior do Estado de São Paulo, Brasil. **Rev.fac.med.**, Bogotá, v. 63, supl. 1, p. 143-148, set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-00112015000500017&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 15 set. 2017.

SOARES, M. T. N. **Programa educação inclusiva direito à diversidade: estudo de caso sobre estratégia de multiplicação de políticas públicas**. 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SOLER, A.; TEIXEIRA, T. C.; JAIME, V. **Discapacidad y dependencia, una perspectiva de género**. Valencia: Fundación Henry Dunant, Bilbao, 2008.

SOUSA, J. B. de. **A cegueira, o braille e o jornalismo**: furos de uma reportagem. [S.l.: s.n.], 2004. Disponível em: <
http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/revistas/benjamin_constant/2004/edicao-27-abril/Nossos_Meios_RBC_RevAbr2004_Relato.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2016.

_____. **Entrevista I**. [mar. 2016]. Entrevistador: Adenize Queiroz de Farias. João Pessoa, 2016.

_____. O que percebemos quando não vemos?. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 179-184, abr. 2009. Disponível em:
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 set. 2016.

TELLES, R. dos S. A importância do brincar no cotidiano das ações educativas: um olhar pedagógico inovador para crianças cegas e com baixa acuidade visual atendidas na UEES “José Álvares de Azevedo”. **Revista dos Alunos de Pedagogia**, Pará, n. 1, ano 3, 2014. Disponível em: <<http://www.nwk.edu.br/intro/wp-content/uploads/2014/05/Pedagogia-2014-Atualizada-em-26.08.2015.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

UNITED NATIONS. Convention on the rights of persons with disabilities and optional protocol. [S.l.: s.n.], 2007. Disponível em: <
<http://www.un.org/disabilities/documents/convention/convoptprot-e.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE. **Pessoa com deficiência**: aspectos teóricos e práticos. Cascavel: EDUNIOESTE, 2013. Disponível em: <
http://www5.unioeste.br/portal/arquivos/proex/pee/A_pessoa_com_deficiencia_aspectos_teoricos_e_praticos_primeira_reimpressao.pdf>. Acesso em: 13 set. 2016.

VASCONCELOS, S. M. F. Professor: que história é essa? **Revista Educação em questão**, Natal, v. 25, n. 11, p. 62-79, jan./abr. 2006. Disponível em: <
<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8287/5960>>. Acesso em: 25 set. 2016.

WELTER, I. et al. Gênero, maternidade e deficiência: representação da diversidade. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 98-119, jan./jun. 2008.

APÊNDICE A – CARTA AOS COMITÊS DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Aos (as) coordenadores (as) dos Comitês de Inclusão e Acessibilidade

Prezado (a) coordenador (a), inicialmente gostaríamos de cumprimenta-lo (a) e ao mesmo tempo expressar a satisfação de podermos contar com parcerias como estas, as quais são de grande relevância para a inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro.

É com essa perspectiva que, enquanto mulher cega, lanço-me em uma pesquisa doutoral na qual investigo a presença, atuação e militância de mulheres com deficiência no ensino superior, procurando descobrir de que forma esta atuação docente contribui para o empoderamento de outras mulheres com deficiência.

O passo inicial para conduzir nossa pesquisa, é realizar uma busca ativa nas universidades públicas brasileiras, a fim de identificar o lócus em que atuam estes sujeitos. Com esse propósito, recorreremos a este comitê no sentido de solicitar que, dentro de suas possibilidades, nos forneça informações em relação a nomes e contatos de mulheres com deficiência que exerçam a docência nesta universidade, para que possamos dar início ao trabalho de coleta de dados.

Desde já, agradecemos a atenção e colaboração de quantos (as) possam contribuir conosco e ao mesmo tempo nos colocamos a inteira disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Adenize Queiroz de Farias (Doutoranda em Educação).

Maria Eulina Pessoa de Carvalho (Orientadora).

João Pessoa, 02 de Setembro de 2015.

APÊNDICE B – ROTEIRO ENTREVISTA

INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome:

Estado Civil:

Formação:

Atuação profissional:

1. Dados Familiares

- 1.1- Qual foi a reação de sua família ao tomar conhecimento da deficiência?
- 1.2- Já havia, por parte de seus familiares, contato ou mesmo experiência, junto a outras pessoas com deficiência?
- 1.3 - De que forma seus familiares, e em particular seus pais, lidavam com a menina com deficiência?
- 1.4 - Em seu ambiente familiar, quais eram as condições no que diz respeito a: moradia, saúde, saneamento básico, acesso a informações...?
- 1.5 - Quais eram as ocupações e os respectivos níveis de escolaridade de seu pai e mãe?
- 1.6 - Qual a participação de seu pai e sua mãe em seu percurso de vida?
- 1.7 - De alguma forma a superproteção foi fator inibitório neste percurso?

2. Dados escolares

- 2.1 - Seu processo de escolarização se deu em instituição especializada ou em escola da rede regular? Estas eram públicas ou privadas?
- 2.2 - Em que aspectos o ingresso na escola contribuiu para a construção de sua autonomia?
- 2.3. Que lembranças você preserva acerca da aquisição da leitura e da escrita?
- 2.4 - Caso tenha vivenciado, como se deu para você a passagem de uma instituição especializada para uma escola da rede regular?

3. Das relações interpessoais

- 3.1 - Como se deu na infância e adolescência o relacionamento com irmãos, parentes ou outros de mesma idade?
- 3.2 - Como eram suas brincadeiras? Que brinquedos e/ou pessoas despertavam sua atenção?

3.3 - Na fase da adolescência e juventude, como você participava em grupos tais como: família, igreja, namoro, esporte, lazer ou outros, você conseguiu incluir-se sem encontrar rejeição?

3.4 - Como era sua participação e de que maneira você colaborava para o crescimento destes grupos?

3.5 - Ao longo da vida, como era sua realidade sócio econômica?

3.6 - De sua parte, houve contribuições para modificar este quadro? Quais?

4. Da inserção no mundo do trabalho

4.1 - Que fatores influenciaram sua escolha profissional?

4.2 - Como você foi recebida no ambiente de trabalho?

4.3 - Que barreiras você encontrou neste percurso?

4.3.1 - Que estratégias você utilizou para romper com estas barreiras?

4.4 - Em que medida as estruturas física e tecnológica favoreceram ou dificultaram sua acessibilidade à escola e ao espaço de trabalho?

4.5 - Quais eram suas possibilidades de acesso ao novo aparato tecnológico, cuja finalidade é favorecer a inclusão de pessoas com deficiência?

5. Outras informações

5.1 - Como se deu o processo de constituição de uma nova família?

5.2 - Como se verificou para você o processo de tomada de consciência de sua deficiência?

5.3 - Que pessoas mereceriam destaque no decorrer deste processo?

5.4 - Sua deficiência é congênita ou adquirida?

5.5 - Existiram pessoas com deficiência que influenciaram em suas escolhas?

5.6 - Como era sua articulação com o movimento de pessoas com deficiência, tanto em âmbito local, quanto em níveis mais globais?

5.7 - Que contribuições sua história de vida oferece, não apenas às pessoas com deficiência, mas à sociedade em geral?

5.8 - Como vencer o desafio de ser mulher com deficiência na realidade social em que você encontra-se inserida?

5.9 - Atualmente, que espaços você ocupa no cenário local, nacional e/ou internacional?

Durante a entrevista procurarei obter dados sobre o tempo e a conjuntura em que cada fato foi vivenciado, conforme recomendam os textos que tratam de história de vida. Isto se faz no propósito de estabelecer relações entre o individual e o coletivo.

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA - CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MULHERES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: PARTICIPAÇÃO E PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA NO TRIPIÉ ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO DE PROFESSORAS UNIVERSITÁRIAS PARAIBANAS

Pesquisador: Adenize Queiroz de Farias

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 55967616.5.0000.5188

Instituição Proponente: Programa de Pós-graduação em Educação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.560.123

Apresentação do Projeto:

Apresenta relevância social e acadêmica.

Objetivo da Pesquisa:

Evidenciado com clareza.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os benefícios suplantam os riscos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa com pertinência acadêmica e relevância social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Conforme regras de regência.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA - CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE**



Continuação do Parecer: 1.560.123

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_711166.pdf	04/05/2016 15:51:27		Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto.pdf	04/05/2016 15:49:47	Adenize Queiroz de Farias	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_doutorado.doc	04/05/2016 14:28:57	Adenize Queiroz de Farias	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_adenize.docx	04/05/2016 14:27:25	Adenize Queiroz de Farias	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 25 de Maio de 2016

Assinado por:

Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br